





# Relatório Anual de Execução das Estratégias de Desenvolvimento Local



Data: 18/07/2022  
OG nº 52

**OG do GAL ADDLAP:**


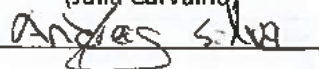
TC-14  






# ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO .....	2
1.1 - Enquadramento Socioeconómico .....	5
2 - INFORMAÇÃO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL (EDL) .....	12
2.1 - Progressos da EDL em Relação aos Objetivos Estratégicos definidos .....	12
2.1.1 - Matriz de enquadramento lógico da EDL - objetivos estratégicos metas e resultados .....	12
2.1.2 - Análise de desempenho da EDL .....	13
2.2 - Balanço Global da Implementação da EDL .....	15
2.2.1- Concursos abertos .....	15
2.2.2 - Candidaturas apresentadas e investimento proposto .....	16
2.2.3 – Análise, aprovação e contratação .....	16
2.2.4 – Execução Financeira .....	22
2.2.5 - Metas e indicadores .....	25
2.2.5.1 Indicadores comuns e de monitorização .....	25
2.3 - Balanço Detalhado por Operação .....	26
2.3.1 - Op. 10.2.1.1 Pequenos investimentos nas explorações agrícolas .....	26
2.3.2 - Op. 10.2.1.2 Pequenos investimentos na transformação e comercialização .....	27
2.3.3 - Op. 10.2.1.3 Diversificação de atividades na exploração .....	28
2.3.4 - Op. 10.2.1.4 Cadeias curtas e mercados locais .....	29
2.3.5 - Op. 10.2.1.5 Promoção de produtos de qualidade locais .....	30
2.3.6 - Op. 10.2.1.6 Renovação de aldeias .....	31
3 - INFORMAÇÃO SOBRE ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO REALIZADAS .....	32
3.1 - Avaliação da Contribuição da EDL para o Desenvolvimento Rural, Resultados e Impactos, incluindo uma Descrição da Abordagem de Avaliação e Métodos Escolhidos .....	32
4 - MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR A QUALIDADE E A EFICÁCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DA EDL .....	34
4.1 – Informação sobre Auditorias e Controlos Efetuados .....	34
4.2 – Problemas Encontrados na Gestão da EDL e Medidas Corretivas .....	34
4.3 – Relacionamento com a Autoridade de Gestão .....	37
4.4 – Relacionamento com o Organismo Pagador .....	38
4.5 – Articulação com outras Medidas do PDR e outros Instrumentos de Políticas do Território .....	38
5 - MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR OS REQUISITOS DE FUNCIONAMENTO, ANIMAÇÃO E DE PUBLICIDADE .....	40
5.1 – Funcionamento e Animação .....	40
5.2 – Informação e Publicidade .....	42
6 - INFORMAÇÃO SOBRE ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO INTERTERRITORIAL E TRANSNACIONAL .....	44
ANEXO I - Tabelas Auxiliares .....	46
ANEXO II - Relatório "Instrumentos de Avaliação do DLBC Rural e Visão Estratégica para o Futuro" .....	78

Documento Elaborado por:

  
\_\_\_\_\_  
(Júlia Carvalho)  
  
\_\_\_\_\_  
(Andreia Silva)

Documento Revisto por:

  
\_\_\_\_\_  
(Gonçalo Almeida)

Documento Visto por:

  
\_\_\_\_\_  
(Carlos Cardoso)

## 1- INTRODUÇÃO

### Resumo

A ADDLAP definiu a sua estratégia de atuação, com base na importância da existência de parcerias efetivas e diversificadas, com entidades direcionadas para a concretização dos mesmos objetivos. A fundamentação da parceria assentou na cooperação e na sinergia entre os diferentes setores de atividade.

A ADDLAP tem vinte e cinco associados e quarenta e dois parceiros, incluindo entidades públicas e privadas. Os diversos parceiros da ADDLAP, quer pelos seus fins, quer pelo conhecimento do território constituem um elemento fundamental na implementação do desenvolvimento local e rural integrado. O atual período de programação está a caracterizar-se por ser trabalhoso, com novos desafios para o GAL, que reforçou as suas competências, tanto pelo foco do DLBC mais centrado nas explorações e produções agro – alimentares, como por ser plurifundo, com vários interlocutores ao nível da gestão. Contudo, o GAL conta com os conhecimentos necessários e suficientes para a sua aplicação.

No ano de 2021 não podemos deixar de referir os **efeitos da pandemia COVID 19** na implementação do DLBC, nomeadamente ao nível da realização de eventos e nas actividades de animação e cooperação. No entanto, ao nível das operações aprovadas, houve bastante dinâmica com a apresentação de pedidos de pagamentos dos projectos que se encontravam em execução.

Nos projetos com grandes investimentos em obras de construção civil, sobretudo de natureza privada, verificou-se um abrandamento da execução, tendo os beneficiários reportado um conjunto de constrangimentos, dos quais destacamos os seguintes:

1. Concursos desertos, no âmbito do CCP;
2. Falta de prestadores de serviços (ex: trabalhos de construção civil);
3. Falta de matérias-primas essenciais;
4. Aumento de preço das mesmas.

Apesar destes constrangimentos tivemos um reforço de 682.996,36€ da despesa pública decorrente do Regime de Transição, no âmbito do PDR2020.

Além da M10 LEADER- do PDR, decorreram, também, atividades no âmbito do POCENTRO, nomeadamente a finalização das decisões e validação do início das operações do Sistema de Apoio ao Emprego e ao Empreendedorismo +CO3SO; a análise de reprogramações do Sistema de Incentivos ao Emprego e Empreendedorismo SIZÉ, e a preparação da candidatura a integrar na PI 9.10 Proteção, Valorização, Conservação e Promoção do Património Histórico e Cultural.

Neste ano, destacamos a execução, cuja taxa passou do 16% em 2020, para 33%, fruto das aprovações realizadas, anteriormente, sobretudo em 2019 e 2020. O compromisso ronda os 85%. Abriu-se o quinto aviso da medida 10.2.1.1 e iniciou-se o sexto e sétimo da medida 10.2.1.2 em dezembro.

O presente relatório está dividido em seis partes:

1. Introdução e Enquadramento Socioeconómico;
2. Informação sobre a implementação da estratégia de desenvolvimento local;
3. Informação sobre as atividades de avaliação realizadas;
4. Medidas tomadas para garantir a qualidade e a eficácia da implementação da EDL;
5. Medidas para garantir os requisitos de funcionamento, animação e publicidade
6. Informação sobre atividades de cooperação interterritorial e transnacional.

O primeiro capítulo oferece um breve enquadramento socioeconómico do território da ADDLAP e das dinâmicas dos principais setores de atividade, com informação atualizada.

No segundo capítulo é efetuada a análise das candidaturas e sua execução. Não foram incluídas as tabelas preenchidas a zero, relativas às medidas em que ainda não se verifica o encerramento de projetos.

No terceiro capítulo são caracterizadas as atividades de avaliação realizadas.

No quarto capítulo, tendo em atenção os constrangimentos, indicamos as dificuldades e as medidas adotadas para as colmatar.

No quinto abordam-se as atividades para garantir os requisitos do funcionamento, animação e publicidade, que apesar da diminuição do investimento nesta ação o GAL ADDLAP, tentou da melhor forma possível fazer chegar a informação aos seus parceiros e população em geral, bem como realizou iniciativas de apoio à dinamização do território.

Por fim, no sexto capítulo apresentam-se os projetos de cooperação e respetivas atividades.

O impacto na ETL devido à pandemia foi menor, verificou-se teletrabalho, mas a equipa já estava adaptada aos mecanismos, e apenas parte recorreu a esta solução.

Há que ter em atenção especial ao acompanhamento das EDLBC, neste período de programação, assaz, conturbado e atípico, iniciado com o impacto dos incêndios em 2017, no território, a pandemia COVID-19 nos anos 2019, 2020 e 2021. Perante estas adversidades, importa prolongar e adaptar os instrumentos de modo a dinamizar as áreas de interior e reforçar a sua capacidade de resiliência, cujo grau esforço não é uniforme em todo o território, sendo os princípios da abordagem LEADER, os que nos parecem mais adequados a esse fim.

Concluimos, que este relatório pretende caracterizar de uma forma sucinta todas as atividades do DLBC M10 LEADER, tendo consciência porém que a capacitação dos territórios e das populações continua a ser uma necessidade permanente, sem a qual a aplicação de instrumentos de apoio ficará sempre aquém do esperado e desejável.

### 1.1 - Enquadramento Socioeconómico

O território de intervenção da ADDLAP é de tipologia rural, tem área de 1.267,71 Km<sup>2</sup>, ocupa 4.5% da região centro e 36.3% da NUTIII Dão-Lafões, engloba 5 municípios (Oliveira de Frades, S. Pedro do Sul, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela) e um total de 53 freguesias. Do concelho de São Pedro do Sul não inclui as freguesias de Manhouce, Sul, União das freguesias de Candal e Carvalhais, União de freguesias de Santa Cruz da Trapa e S. Cristóvão de Lafões e União de freguesias de S. Martinho por pertencerem à ADRIMAG. Do concelho Viseu estão excluídas as freguesias de Ranhados, Rio de Loba e União das Freguesias de Viseu, por serem consideradas urbanas.

#### Ambiente e Biodiversidade

A qualidade do ambiente e a biodiversidade existente está bem patente no território, destacando-se pela sua relevância 2 Sítios de Importância Comunitária que integram a Rede Natura, respetivamente: **Cambarinho**, no concelho de Vouzela, com uma área de 23,31 ha e **Rio Paiva** que envolve os concelhos de S. P. do Sul (949 ha), V. N. de Paiva (1.912 ha) e Viseu (54 ha).

A estratégia proposta permite antever que se pretende o desenvolvimento de um conjunto de iniciativas para valorizar os espaços naturais e classificados do território, cuja gestão deverá ter um bom nível de sustentabilidade e ser uma boa prática transferível para as restantes áreas do território.

## **Dinâmica Demográfica**

As dinâmicas demográficas do território registam uma diminuição da taxa de natalidade e uma diminuição e envelhecimento generalizado da população. De acordo com o INE, entre 2011 e 2017, continua a verificar-se a redução da população, mais significativa em Vouzela, Vila Nova de Paiva e São Pedro do Sul, que se situa na ordem dos 6%, mas não tão acentuada como entre 2001-2011, que em Vila Nova de Paiva era de 15,7%.

Por outro lado, Viseu, que registou entre 2001-2011 um crescimento da população de 3.3%, entre 2011 e 2017, está ter uma diminuição de 1,7%. Apesar de esta descida ser inferior aos restantes municípios, deve merecer atenção, pois trata-se de uma das maiores cidades médias e capital de distrito, refletida na sua dinâmica e no seu desígnio de “melhor cidade para se viver”. Verificamos assim que estamos perante um território com fragilidades demográficas significativas.

Trata-se de um território que viu, na sua globalidade, a população reduzir-se em 2.8% (2011-2017), revelando, que é necessário uma atuação que reforce a capacidade de resiliência e, em alguns casos, o potencial para atrair pessoas e negócios e, assim, reverter o ciclo de perda, sendo por isso imprescindível promover ações tendentes a reter a população e evitar a fuga dos jovens. A seguir a Viseu, Oliveira de Frades é o município com menor perda de população, por força da sua dinâmica empresarial.

A estrutura etária dos residentes (2011-2017) revela sinais preocupantes de envelhecimento, se atendermos ao peso significativo das pessoas com 65 e mais anos, que representam 22,5%, e que se tem acentuado drasticamente desde 2001. O índice de envelhecimento concelhio faz sobressair, em apenas 6 anos (2011-2017), o envelhecimento galopante que ocorreu em Vouzela (236,5 para 284,1), São Pedro do Sul (219,3 para 263,2) e Vila Nova de Paiva (206,9 para 243,9). Dos indicadores analisados releva-se entre 2011 e 2017, ainda, uma diminuição da taxa bruta de natalidade na ordem dos 13%, tendência que se tem vindo a verificar sobretudo nos concelhos com maior envelhecimento.

## **Potencial Humano**

O potencial humano é uma prioridade nacional com foco na superação do défice estrutural de qualificações da população, na promoção do conhecimento científico, inovação e modernização do tecido produtivo, na estimulação da criação e qualificação do emprego e na promoção da igualdade de oportunidades.

A taxa de analfabetismo, apesar da redução desde 2001, continuava em 2011 a ter um peso muito significativo em V. N. de Paiva (12,4%), bem como em S. Pedro do Sul (9,1%). Viseu, com 5,4%, surge mais uma vez em destaque, com indicadores mais favoráveis.

Todavia, se atendermos à taxa de retenção e desistência do ensino básico regular no ano 2017, na NUTS III temos uma taxa de 3,8%, nos concelhos de intervenção, Vila Nova de Paiva com 7,1%, Vouzela com 4,8%, S. Pedro do Sul com 2,6%, Viseu com 2,4% e por último Oliveira de Frades com 2,3%. Vila Nova de Paiva tem um valor superior neste indicador, bem como já tinha em 2011, no que concerne à taxa de analfabetismo o que é um facto a reter com especial atenção.

### **Dinâmica Empresarial e de Emprego**

A dinâmica empresarial nos concelhos de intervenção acompanha de perto a da Sub-região Dão Lafões e a da Região Centro, registando-se de 2011 para 2017, um crescimento de 15,66% de empresas de diferentes ramos de atividade. Houve uma variação total percentual positiva na área de intervenção da ADDLAP, 15,66% vs 14,82% Dão Lafões.

As atividades económicas com maior representatividade em 2017 continuam a ser os setores do: “comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos”; “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”; atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares”; e “atividades administrativas e dos serviços de apoio”. São sensivelmente as mesmas empresas com importância ao nível do volume de negócios.

Em Portugal, de 2011 a 2013, a variação da taxa de desemprego foi significativa de 4,0% para 16,2%, no entanto, atualmente encontra-se a diminuir, sendo em 2017, 12,7%, segundo a PORDATA.

A análise da variação de número de desempregados inscritos nos centros de emprego no ano de 2017 nos concelhos da área de intervenção da ADDLAP, replica o modelo regional e nacional, detém uma diminuição cerca de 39,43% face a 2014, sendo o sexo feminino o mais representativo e com idade entre os 35-54 anos; com escolaridade de nível básico.

### **Dinâmica dos Setores de Atividade Relevantes**

#### **Agricultura e floresta**

Verifica-se, de forma geral, uma estabilização dos indicadores, relativos à agricultura, entre 2009 e 2019, sendo que maior decréscimo da actividade registou-se de 1999 a 2009.

Neste contexto, entre 2009 e 2019 houve uma redução de 5,42% do número de explorações no território, o que se traduziu em menos 308 explorações e menos 2767 ha. Em 2019, a **dimensão média das explorações** agrícolas 5,10 ha apresenta um valor superior ao verificado na Sub-região Dão-Lafões (4,52 ha.) mas, ainda, substancialmente, e inferior à Região Centro (10,03 ha.) e do país. Relativamente à **ocupação do solo** das explorações agrícolas, a superfície agrícola utilizada representa 55%, as matas e florestas 41%, a superfície não utilizada e outras 4%. Refira-se, que em termos absolutos, há um ligeiro aumento da superfície agrícola não utilizada e outras superfícies.

A **população agrícola familiar** continua a ter uma importância significativa no território mas houve uma ligeira redução na proporção que esta ocupa na população residente no território (de 24,75% para 20,92%) e também na mão-de-obra agrícola total (de 97% em 2009 para 94,2%). A mão-de-obra agrícola por sua vez diminuiu também de 13924 em 2009 para 12438 trabalhadores em 2019. Relativamente à **estrutura etária** dos produtores agrícolas mantém-se o elevado peso da classe etária 65 e mais anos, que representam agora 52,3% (44,7% em 2009) mas verifica-se também uma pequena subida da classe etária de 25 a 34 anos de 0,9% em 2009 para 2,3% em 2019.

Também a escolaridade é um indicador a investir, se pretendemos melhorar a inovação, a comercialização, a gestão e a produção. Em média nos 5 concelhos, “os produtores agrícolas sem escolaridade ou com apenas o 1º ciclo” continuam a representar uma % ainda bastante alta apesar de se ter verificado uma descida de 78,4% em 2009 para 59,4% em 2019. Apesar de estarmos perante um cenário de escolaridade menos favorável, releva-se o envolvimento de população com escolaridade de nível superior, com maior significado em Viseu (8%), nomeadamente os Jovens Agricultores.

A floresta é de extrema importância para a sustentabilidade do território quer para a qualidade ambiental quer para o desenvolvimento do turismo de natureza, verifica-se um significativo contraste territorial na “Área dos usos do solo” entre Oliveira de Frades (53,66% de matas e florestas sem culturas sob-coberto) e V. N. de Paiva (apenas 26,62%).

Em termos de espécies dominantes e, de acordo com o 6º Inventário Florestal Nacional de 2015, a região de Viseu Dão Lafões (onde o território da ADDLAP se insere) evidencia-se claramente a área de pinheiro bravo (66,9%), seguido eucalipto (17,55%) e dos carvalhos (3,97%). O significativo peso de matas e florestas sem culturas sob coberto (40,87%) na região é uma condicionante territorial a ter em conta, tanto mais que em 2021, considerando a distribuição de áreas ardidas em Portugal, foram estas as mais afetadas pelos incêndios.



### Atividade turística

O território em causa tem condições propícias para desenvolver uma oferta turística diversificada nos domínios do turismo ambiental, de aventura, cinegético, gastronómico, cultural, fluvial, termal, religioso, saúde e rural; apesar de carecer de uma articulação entre operadores e promotores turísticos no domínio das permutas que diminuam as perdas de efetivos e de uma estruturação de pacotes integrados que permitam valorizar diferentes ofertas, de uma forma criativa e inovadora. A análise do contexto revela uma situação tendencialmente mais favorável para S. Pedro do Sul com crescimento de 9 estabelecimentos hoteleiros, seguindo de Vouzela e Viseu.

Em 2017 registou-se no território um aumento da estadia média de hóspedes estrangeiros e um aumento da capacidade de alojamento por 1000 habitantes verificando-se a maior proporção de hóspedes estrangeiros em Viseu (27,2%).

### Indústria transformadora e comércio

Registam-se os maiores valores de VAB na Indústria Transformadora e no Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos. Relativamente ao VAB, das empresas referentes à Indústria transformadora (“Empresas no ramo de atividade da indústria transformadora”), a variação entre 2013 e 2016, foi positiva (25,85%) na área de intervenção, superior ao da região centro 19,34%.

Das atividades que mais contribuíram para o VAB, dados de 2012, das empresas da indústria transformadora, da área de intervenção, destaca-se a “Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos” (27,6%) e as “Indústrias alimentares” (15,0%).

### Cultura, saúde, bem-estar e qualidade de vida

Em termos de infraestruturas básicas de apoio à cultura, o território de atuação tem uma boa cobertura de museus, distinguindo-se:

- Museu Municipal de Oliveira de Frades;
- Museu das Termas de S. P. do Sul;
- Museu Arqueológico do Alto Paiva;
- Museu Rural Pendilhe;
- Museu Nacional Grão Vasco;
- Museu da Catedral de Viseu do Tesouro da Misericórdia;
- Museu da Cidade,
- Museu Almeida Moreira;
- Museu do Quartzo;
- Museu Etnográfico da Várzea de Calde - Casa de Lavoura e Oficina do Linho;
- Casa da Ribeira;
- Museu Etnográfico de Passos de Silgueiros;
- Museu Municipal de Vouzela.

Para além destas infraestruturas há ainda uma oferta cultural e de lazer diversificada, nomeadamente: a oferta do Teatro Viriato; a Feira de São Mateus; o Festival Internacional de Música da Primavera, o Festival Aéreo de Viseu; os Tons da Primavera, Festa das Freguesias, os Vinhos de Inverno, Cavalhadas de Vil de Moinhos e Teivas, a Feira do Fumeiro do Demo e o Festival da Truta; a Mostra Gastronómica na Capital Nacional do Frango do Campo; Doce Vouzela e as Feiras e Festivais da Vitela, em Vouzela e São Pedro do Sul.

No que concerne à saúde, na sua vertente mais natural, no território estão localizadas duas unidades termais, as Termas de S. P. do Sul e as Termas de Alcafache. Nas Termas de S. P. do Sul são disponibilizados os mais modernos equipamentos e técnicas de tratamento, de saúde e bem-estar. Segundo o Relatório de Gestão e Contas de 2018 da Termalístur - E.E.M., a empresa municipal que assegura a gestão, o número de aquisições aumentou 5% entre 2013 e 2017, passando de 15.541 para 16.302, contrariando o período anterior entre 2012 e 2013, em que se registou um decréscimo, devido à influência da crise económica, no setor da saúde e bem-estar. As Termas Sulfurosas de Alcafache funcionam desde 1962 e têm vindo, progressivamente, a adaptar-se às novas tendências do mercado do bem-estar. Para além do termalismo clássico há oferta de tratamentos de massagem sensorial com velas, vinoterapia e algoterapia, garantindo a inovação e a abertura a novos públicos.

### **Artesanato e Património Construído**

Os inúmeros exemplares com interesse cultural, relevante entre os bens que integram o imenso património do território, demarcam a identidade e o sentimento de pertença.

Regista-se no território a presença de um valiosíssimo espólio de património arquitetónico e arqueológico classificado, quer monumentos nacionais como:

- Anta pintada de Antelas; Castro de Nossa Senhora da Guia;
- Orca dos Juncas ou Anta da Queiriga;
- Sé de Viseu;
- Igreja de Santa Maria ou de Nossa Senhora da Assunção.

quer imóveis de interesse público como:

- Pelourinhos;
- Palácio de Reriz;
- Capela de Nossa Senhora da Vitória;
- Ruínas do Castelo de Vilharigues.

Ou ainda imóveis de interesse municipal.

O património cultural tem também expressão identitária na **gastronomia e vinhos** e no artesanato. Na gastronomia, rica e variada, destacam-se os sabores do Arroz de Carqueja, do Rancho à Moda de Viseu, da Vitela Assada à Moda de Lafões, do Cabrito Assado, das Trutas do Paiva, do fumeiro.

Na vitivinicultura, o concelho de Viseu encontra-se inserido numa área com uma extensão aproximada de 376 000 hectares, a região do Dão desenvolve-se entre zonas profundamente montanhosas e vales com colinas e declives suaves e arredondados, com um clima frio e chuvoso no inverno e quente e seco no verão, condições únicas para a produção de vinhos sem igual. Lafões é uma pequena região de transição, encravada entre as denominações do Dão e Vinho Verde, cortada pelo rio Vouga, com solos maioritariamente graníticos.

Em termos de doçaria destacam-se as Papas de Milho, os Pastéis de Vouzela, as Castanhas de Ovos de Viseu, os Caçoilinhos do Vouga, os Beijinhos ou as Cavacas.

No artesanato, igualmente variado, mas em risco, por não existir uma política de valorização e transmissão destes saberes-fazer, destacam-se bordados, cestaria, cantaria, ferro forjado, latoaria, estanho, linho, tecelagem.

## 2 - INFORMAÇÃO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL (EDL)

### 2.1- Progressos da EDL em Relação aos Objetivos Estratégicos definidos

#### 2.1.1 - Matriz de enquadramento lógico da EDL - objetivos estratégicos metas e resultados

Matriz de Enquadramento Lógico

	Objetivo	Indicador	Tipo de Indicador	2021	Meta 2023	% (h/k)	Medida
A	Contribuir para a criação de emprego e de uma cultura empresarial de base local						
A1	Apoiar o Desenvolvimento da Pequena Agricultura	Nº Projetos apoiados	Realização	41	82	50	10.2.1.1.1
A1	Apoiar o Desenvolvimento da Pequena Agricultura	Nº Empregos criados	Resultado	44	89	49,4382	10.2.1.1.1
A1	Apoiar o Desenvolvimento da Pequena Agricultura	Nº de Beneficiários/Explorações apoiadas	Resultado	41	74	55,4054	10.2.1.1.1
A2	Apoiar o investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	Nº Projetos apoiados	Realização	6	14	42,8571	10.2.1.1.2
A2	Apoiar o investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	Nº Empregos criados	Resultado	8	15	53,3333	10.2.1.1.2
A2	Apoiar o investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	Nº de Beneficiários/Explorações apoiadas	Resultado	6	12	50	10.2.1.1.2
A3	Fomentar a diversificação de atividades na exploração agrícola	Nº Projetos apoiados	Realização	7	7	100	10.2.1.1.3
A3	Fomentar a diversificação de atividades na exploração agrícola	Nº Empregos criados	Resultado	5	5	100	10.2.1.1.3
A3	Fomentar a diversificação de atividades na exploração agrícola	Nº de Beneficiários/Explorações apoiadas	Resultado	7	7	100	10.2.1.1.3
A4	Incentivar a criação de cadeiras curtas e mercados locais	Nº Projetos apoiados	Realização	8	8	100	10.2.1.1.4
A4	Incentivar a criação de cadeiras curtas e mercados locais	Nº Empregos criados	Resultado	1	1	100	10.2.1.1.4
A4	Incentivar a criação de cadeiras curtas e mercados locais	Nº de Beneficiários/Explorações apoiadas	Resultado	8	8	100	10.2.1.1.4
B	Promover a gestão sustentável do território valorizando os recursos endógenos e fortalecendo laços de identidade local						
B1	Promover os produtos locais de qualidade	Nº Projetos apoiados	Realização	0	0		10.2.1.1.5
B1	Promover os produtos locais de qualidade	Nº Empregos criados	Resultado	0	0		10.2.1.1.5
B1	Promover os produtos locais de qualidade	Nº de Beneficiários/Explorações apoiadas	Resultado	0	0		10.2.1.1.5
B2	Fomentar a preservação, conservação e valorização de património rural	Nº Projetos apoiados	Realização	16	21	76,1905	10.2.1.1.6
B2	Fomentar a preservação, conservação e valorização de património rural	Nº Empregos criados	Resultado	12	15	80	10.2.1.1.6
B2	Fomentar a preservação, conservação e valorização de património rural	Nº de Beneficiários/Explorações apoiadas	Resultado	16	11	145,4545	10.2.1.1.6

### 2.1.2 - Análise de desempenho da EDL

Estamos perante uma EDL de vertente rural, cujo foco temático é a **INTEGRAÇÃO URBANO-RURAL**, travejada pela boa conservação dos recursos do território (identitários e patrimoniais) e por uma cooperação interterritorial promotora do bem-estar geral, onde a prioridade ao emprego, à cultura, à educação e à saúde, à qualidade de vida em sentido lato, se assumem como oportunidades distintivas.

Como as medidas foram desenhadas sem a participação ativa das ADL e com pouca capacidade de adaptação à realidade dos territórios, o seu arranque caracterizou-se por apresentar vários estrangulamentos, tanto os objetivos como os critérios de elegibilidade das operações e dos beneficiários não eram os mais adequados ao contexto local, tornando, inicialmente, a sua implementação mais complexa. Neste âmbito destacamos a medida **10215** em que os concursos abertos ficam desertos.

A alteração do foco do DLBC mais centrado nas explorações agrícolas e nas produções agro – alimentares, levou à necessidade de reforço das competências das equipas.

As portarias, normas e orientações técnicas são um aspeto positivo, mas foram registando alterações ao longo da execução. Apesar de, algumas vezes, o objetivo ser a clarificação, também, se regista um efeito perverso, aumentando a “entropia” e criando incertezas e lapsos, no conhecimento dos normativos, por parte dos beneficiários e consultores e porque não, até nas equipas.

Verifica-se uma continuidade na gestão estratégica da entidade, nomeadamente no que concerne à monitorização e acompanhamento das operações. Conseguimos reunir os critérios de execução e compromisso que nos deram acesso em julho de 2020 ao do reforço de 682.996,36€ de despesa pública das verbas do Regime de Transição.

No final deste, último ano, a taxa de compromisso era 85%, mas para uma despesa pública de 3.837.775,97€, se considerarmos o valor atribuído, em 2015, à 10.2 Estratégias, a taxa seria de 108%.

A matriz de enquadramento lógico, apresentada, corresponde à informação que consta da plataforma *backoffice*, sendo que o número de projectos executados, em 2021, corresponde àqueles que tiveram pagamentos no ano.

Verifica-se ainda que, nas medidas **10213** e **10214**, as metas de realização foram totalmente atingidas.

A medida **10212** é que apresenta valores mais baixos nos indicadores de realização. Dadas as potencialidades em termos de os recursos, do território, foi estratégia estimular a agro indústria, sendo a medida maior número de concursos abertos.



Nos últimos avisos verificou-se um aumento da procura, dos potenciais beneficiários, sobretudo na 10211. Se, numa fase inicial, tiveram dificuldades em associar os apoios deste âmbito à ADL, actualmente, verifica-se o contrário, aumentou muito a procura, mas o instrumento tem as verbas, praticamente, esgotadas. Destacando-se aqui, o efeito da proximidade ao beneficiário como um factor positivo, que debelou as dificuldades iniciais.

A configuração orçamental da medida 10.2 Implementação das Estratégias, PDR2020, Abordagem LEADER, em vigor em 2021, resulta das reorçamentações realizadas em junho e outubro de 2019 e sobretudo do reforço, atribuído em julho de 2021, proveniente das verbas do Regime de Transição (682.996,36€) e de 137.496,02€ da 10.3 Cooperação Interterritorial e Transnacional dos GAL, onde se verificou um abrandamento das actividades devido à COVID 19.

Resultando, num valor de **3.837.775,93€** de despesa pública, mais 27% que o valor contratualizado inicialmente. As verbas da cooperação destinaram-se a suprir necessidades da medida 10211, relativamente, ao 5º aviso, e as do regime de transição, destinaram-se, cerca de metade, a uma carteira de projectos analisados, no fim de 2019, sem dotação da 10216. Após a atribuição, ficou disponível metade do valor para abertura de novos concursos.

A orçamentação em vigor no ano de 2021, após verbas do regime de transição, no GAL -ADDLAP encontra-se plasmada na tabela 1.

**Tabela 1 – Orçamentação da EDL (outubro 2021)**

Medida	EDL PROGRAMADA (2015)			EDL - REPROGRAMAÇÃO OUTUBRO 2021 APROVADA		
	Inv. Elegível (€)	Despesa pública (€)	%	Inv. Elegível (€)	Despesa pública (€)	%
10211 Regime de Pequenos Investimentos Produção	1 448 294,66	724 147,33	24,00	1 874 283,02	937 141,51	24,42%
10212 Pequenos investimentos na transformação e comercialização de Produtos Agrícolas	1 072 811,93	482 765,37	16,00	1 664 185,58	775 415,58	20,20%
<b>Sub-total</b>	<b>2 521 106,59</b>	<b>1 206 912,70</b>	<b>40,00</b>	<b>3 538 468,60</b>	<b>1 712 557,09</b>	<b>44,62%</b>
10213 Diversificação das Actividades na Exploração Agrícola	1 117 512,96	502 880,83	16,67	954 914,42	448 963,89	11,70%
10214 Cadeias Curtas e Mercados Locais	1 005 761,66	502 880,83	16,67	486 414,76	254 364,68	6,63%
10215 Promoção dos Produtos Locais de Qualidade	1 005 761,66	502 880,83	16,67	0,00	0,00	0,00%
10216 Renovação das Aldeias	603 456,71	301 728,36	10,00	1 949 607,36	1 421 890,27	37,05%
<b>Sub-total</b>	<b>3 732 492,99</b>	<b>1 810 370,85</b>	<b>60,00</b>	<b>3 390 936,54</b>	<b>2 125 218,84</b>	<b>55,38%</b>
	<b>6 253 599,58</b>	<b>3 017 283,55</b>	<b>100,00</b>	<b>6 929 405,14</b>	<b>3 837 775,93</b>	<b>100,00%</b>



## 2.2- Balanço Global da Implementação da EDL

### 2.2.1- Concursos abertos

#### A- Concursos Abertos em 2020

No ano de 2021, foram abertos, três avisos de concurso, **um na medida 10211**, de 17 de maio a 23 de julho, **dois na 10212**, um de 2 de dezembro de 2021 a 11 de fevereiro de 2022, e outro para Apoio à Aquisição de Capacidade de Armazenagem – sector do vinho, de 28 de julho a 21 de agosto, cuja verba disponibilizada correspondeu a 15% da despesa pública aprovada.

A abertura destes avisos só foi possível com as verbas de transição, pois o compromisso existente no fim do primeiro semestre de 2021 era de 90%, sem contabilizar os projectos em carteira da 10216.

Tabela 2 - Concursos abertos em 2022

Implementação da EDL		Anúncio / Períodos abertos no ano [Nº]	Dotação despesa pública [Mil euros]
10.2.1.1	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	1	247,5
10.2.1.2	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	2	322,81
10.2.1.3	Diversificação de atividades na exploração	0	0
10.2.1.4	Cadeias curtas e mercados locais	0	0
10.2.1.5	Promoção de produtos de qualidade locais	0	0
10.2.1.6	Renovação de aldeias	0	0
dotação aprovada para a EDL			3837,78
TOTAL		3	570,31
		% da dotação aprovada para a EDL	14,86%



### 2.2.2 - Candidaturas apresentadas e investimento proposto

No ano de 2021, em termos de valores absolutos entraram 35 candidaturas, com um investimento proposto 1.002,05 mil euros e verificaram-se 7 desistências. Relativamente ao acumulado registou-se a entrada de 204 candidaturas, com um investimento proposto de 12.291,71 mil euros, houve 33 desistências (Anexo I - Tabela 2.2.3.1).

Grande parte das desistências verificam-se na **10211**. Nalguns casos devem-se à elevada carga burocrática, face ao máximo elegível de investimento, que contribui para a incorrecta instrução dos processo e às reduções realizadas no âmbito da avaliação da razoabilidade de custos.

### 2.2.3 – Análise, aprovação e contratação

Em primeiro lugar referimos que a leitura das tabelas 3, 4, 5, 6 e 7 pode apresentar algumas incongruências, nomeadamente no que concerne **aos valores anuais das tabelas**, isto porque a contabilização das **candidaturas apresentadas** refere-se apenas ao ano e, no caso das **candidaturas analisadas, decididas e contratadas**, a contabilização inclui operações apresentadas no ano anterior.

Em **2021**, foram analisadas 47 candidaturas, decididas 26, sendo 23 aprovadas correspondendo a um investimento aprovado de 1.7421,28 mil euros e 26 projetos foram contratados no montante de 2.002,32 mil euros.

A taxa de análise é de 134%, porque englobou projetos de anos anteriores; a taxa de decisão é de 49%. Das candidaturas decididas a taxa de reprovação é 12%; e de aprovação é de 94%, em número de projectos entrados.

Relativamente **ao acumulado**, foram analisadas 147 candidaturas, decididas 138 e contratados 98 projetos. No que respeita à taxa de análise é de 72%, sendo superior nas medidas **10214** e **10216**. Das candidaturas decididas a taxa de reprovação é de 28%; e a taxa de aprovação é de 72%.

A taxa de reprovação tem vindo a diminuir e a de aprovação tem aumentado, tanto anualmente como em termos acumulados. Em 2018 a primeira era 20%, e em 2021 12%. A segunda era 80%, em 2018 e 88%, em 2021. Esta melhoria deve-se às **competências adquiridas pelo GAL, ao longo deste período, e à disponibilização das Normas da Análise por parte da Autoridade de Gestão.**

Também se pode verificar, pela análise da tabela 4 que, na medida **10214**, Cadeias Curtas em que as candidaturas foram simplificadas, a taxa de aprovação é de 100%. A medida **10211** apresenta a taxa mais alta de reprovação, sendo simultaneamente a que tem maior número de operações aprovadas.



A diminuição das desistências, bem como das reprovações, contribuiu para uma melhoria dos indicadores de execução. Os motivos das desistências prendem-se sobretudo com os ajustes realizados aos investimentos, tendo em conta os normativos gerais e específicos aplicáveis, nomeadamente no que concerne à **elegibilidade e razoabilidade das despesas**.

**Tabela 3 – Taxa de Análise 2021 e Acumulado**

Operações PDR 2020	ANUAL – 2021					
	Candidaturas apresentadas (1)		Candidaturas analisadas (2)		Taxa de Análise de Candidaturas %=(2/1)	
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)
PDR2020-ADDLAP-10211	35	1002,05	33	998,12	94%	100%
PDR2020-ADDLAP-10212	0	0	2	384,32	0%	0%
PDR2020-ADDLAP-10213	0	0	3	534,28	0%	0%
PDR2020-ADDLAP-10214	0	0	1	16,95	0%	0%
PDR2020-ADDLAP-10215	0	0	0	0	0%	0%
PDR2020-ADDLAP-10216	0	0	8	1067,48	0%	0%
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>	<b>1 002,05</b>	<b>47</b>	<b>3 001,15</b>	<b>134%</b>	<b>300%</b>

Operações PDR 2020	ACUMULADO					
	Candidaturas apresentadas (1)		Candidaturas analisadas (2)		Taxa de Análise de Candidaturas %=(2/1)	
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)
PDR2020-ADDLAP-10211	141	4170,29	95	2687,93	67%	64%
PDR2020-ADDLAP-10212	17	2566,11	12	1716,45	71%	67%
PDR2020-ADDLAP-10213	12	2307,59	9	1792,83	75%	78%
PDR2020-ADDLAP-10214	8	644,4	8	644,4	100%	100%
PDR2020-ADDLAP-10215	0	0	0	0	0%	0%
PDR2020-ADDLAP-10216	26	2603,32	23	2393,53	88%	92%
<b>TOTAL</b>	<b>204</b>	<b>12 291,71</b>	<b>147</b>	<b>9 235,14</b>	<b>72%</b>	<b>75%</b>



Tabela 4 - Taxa de Decisão em 2021 e Acumulado

Operações PDR 2020	ANUAL - 2021					
	Candidaturas analisadas (1)		Candidaturas decididas (2)		Taxa de Decisão %=(2/1)	
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)
PDR2020-ADDLAP-10211	33	998,12	17	499,38	42%	39%
PDR2020-ADDLAP-10212	2	384,32	2	484,88	100%	126%
PDR2020-ADDLAP-10213	3	534,28	0	0	0%	0%
PDR2020-ADDLAP-10214	1	16,95	1	16,95	100%	100%
PDR2020-ADDLAP-10215	0	0	0	0	0%	0%
PDR2020-ADDLAP-10216	8	1067,48	6	850,76	75%	80%
<b>TOTAL</b>	<b>47</b>	<b>3 001,15</b>	<b>26</b>	<b>1 851,97</b>	<b>49%</b>	<b>58%</b>

Operações PDR 2020	ACUMULADO					
	Candidaturas analisadas (1)		Candidaturas decididas (2)		Taxa de Decisão % (2/1)	
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)
PDR2020-ADDLAP-10211	95	2687,93	86	2472,45	91%	92%
PDR2020-ADDLAP-10212	12	1716,45	12	1716,46	100%	100%
PDR2020-ADDLAP-10213	9	1792,83	9	1792,83	100%	100%
PDR2020-ADDLAP-10214	8	644,4	8	644,4	100%	100%
PDR2020-ADDLAP-10215	0	0	0	0	0%	0%
PDR2020-ADDLAP-10216	23	2 393,53	23	2393,53	100%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>147</b>	<b>9 235,14</b>	<b>138</b>	<b>9 019,67</b>	<b>94%</b>	<b>98%</b>



**Tabela 5 - Taxa de Reprovação em 2021 e Acumulado**

Operações PDR 2020	ANUAL - 2020					
	Candidaturas Não Aprovadas (1)		Candidaturas decididas (2)		Taxa de Reprovação %=(1/2)	
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)
PDR2020-ADDLAP-10211	3	110,69	17	499,38	18%	22%
PDR2020-ADDLAP-10212	0	0	2	484,88	0%	0%
PDR2020-ADDLAP-10213	0	0	0	0	0%	0%
PDR2020-ADDLAP-10214	0	0	1	16,95	0%	0%
PDR2020-ADDLAP-10215	0	0	0	0	0%	0%
PDR2020-ADDLAP-10216	0	0	6	850,76	0%	0%
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>110,69</b>	<b>26</b>	<b>1 851,97</b>	<b>12%</b>	<b>6%</b>

Operações PDR 2020	ACUMULADO					
	Candidaturas Não Aprovadas (1)		Candidaturas decididas (2)		Taxa de Reprovação %=(1/2)	
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)
PDR2020-ADDLAP-10211	31	775,55	86	2472,45	36%	31%
PDR2020-ADDLAP-10212	4	381,07	12	1716,46	33%	22%
PDR2020-ADDLAP-10213	2	389,78	9	1792,83	22%	22%
PDR2020-ADDLAP-10214	0	0	8	644,4	0%	0%
PDR2020-ADDLAP-10215	0	0	0	0	0%	0%
PDR2020-ADDLAP-10216	2	94,48	23	2393,53	9%	4%
<b>TOTAL</b>	<b>39</b>	<b>1 640,88</b>	<b>138</b>	<b>9 019,67</b>	<b>28%</b>	<b>18%</b>



**Tabela 6 - Taxa de Aprovação em 2021 e Acumulado**

Operações PDR 2020	ANUAL – 2021					
	Candidaturas decididas – Aprovadas (1)		Candidaturas decididas (2)		Taxa de Aprovação %=(1/2)	
	14	388,69	17	499,38	82%	78%
PDR2020-ADDLAP-10211	2	484,88	2	484,88	100%	100%
PDR2020-ADDLAP-10212	0	0	0	0	0%	0%
PDR2020-ADDLAP-10213	1	16,95	1	16,95	100%	100%
PDR2020-ADDLAP-10214	0	0	0	0	0%	0%
PDR2020-ADDLAP-10215	6	850,76	6	850,76	100%	100%
PDR2020-ADDLAP-10216	23	1 741,28	26	1 851,97	88%	94%
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>388,69</b>	<b>17</b>	<b>499,38</b>	<b>82%</b>	<b>78%</b>

Operações PDR 2020	ACUMULADO					
	Candidaturas decididas – Aprovadas (1)		Candidaturas decididas (2)		Taxa de Aprovação %=(1/2)	
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)
PDR2020-ADDLAP-10211	55	1696,9	86	2472,45	64%	69%
PDR2020-ADDLAP-10212	8	1335,39	12	1716,46	67%	78%
PDR2020-ADDLAP-10213	7	1403,05	9	1792,83	78%	78%
PDR2020-ADDLAP-10214	8	644,4	8	644,4	100%	100%
PDR2020-ADDLAP-10215	0	0	0	0	0%	0%
PDR2020-ADDLAP-10216	21	2299,05	23	2393,53	91%	96%
<b>TOTAL</b>	<b>99</b>	<b>7 378,79</b>	<b>138</b>	<b>9 019,67</b>	<b>72%</b>	<b>82%</b>



**Tabela 7 - Taxa de Contratação em 2021 e Acumulado**

Operações PDR 2020	ANUAL – 2021					
	Projetos Contratados (1)		Candidaturas decididas – Aprovadas (2)		Taxa de Contratação % =(1/2)	
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)
PDR2020-ADDLAP-10211	15	426,9	14	388,69	107%	110%
PDR2020-ADDLAP-10212	3	567,15	2	484,88	150%	117%
PDR2020-ADDLAP-10213	1	140,56	0	0	0%	0%
PDR2020-ADDLAP-10214	1	16,95	1	16,95	100%	100%
PDR2020-ADDLAP-10215	0	0	0	0	0%	0%
PDR2020-ADDLAP-10216	6	850,76	6	850,76	100%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	<b>2 002,32</b>	<b>23</b>	<b>1 741,28</b>	<b>113%</b>	<b>115%</b>

Operações PDR 2020	ACUMULADO					
	Projetos Contratados (1)		Candidaturas decididas – Aprovadas (2)		Taxa de Contratação % =(1/2)	
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)
PDR2020-ADDLAP-10211	55	1696,9	55	1696,9	100%	100%
PDR2020-ADDLAP-10212	7	1112,39	8	1335,39	88%	83%
PDR2020-ADDLAP-10213	7	1403,05	7	1403,05	100%	100%
PDR2020-ADDLAP-10214	8	644,4	8	644,4	100%	100%
PDR2020-ADDLAP-10215	0	0	0	0	0%	0%
PDR2020-ADDLAP-10216	21	2299,05	21	2299,05	100%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>98</b>	<b>7 155,79</b>	<b>99</b>	<b>7 378,79</b>	<b>99%</b>	<b>97%</b>



## 2.2.4 – Execução Financeira

Pela análise das tabelas 8 e 9, referentes à execução financeira, verifica-se que **no ano de 2021**, foram encerrados 16 projetos e pagos 53, num total de 1.752,69 mil euros, correspondendo a uma taxa de 88% relativamente ao investimento contratado 2.002,32 mil euros. Em termos **acumulados**, face aos projetos contratados, a taxa de execução é de 33%, duplicou relativamente ao ano anterior que era de 16%. Durante o ano de 2021, o GAL, fez um esforço, junto dos beneficiários, públicos e privados, no que concerne à execução para compensar o ocorrido em 2020 em que devido à pandemia do COVID-19, não foi muito favorável à realização de investimentos, o que se traduziu num impacto negativo na execução.

De acordo com informação do Idigital, retirada pela ADDLAP, em 2021, foram submetidos 65 pedidos de pagamento (2 Adiantamentos e 63 Reembolsos). Foram liquidadas 86 operações.

Como é expectável à medida que avançam as aprovações e contratações, aumentam o número de pagamentos submetidos. Neste contexto, o número de pedidos de pagamento entrados em 2021 é o dobro dos de 2019 e 2020.

Os beneficiários, tanto públicos como privados, continuam a apresentar dificuldades, no que diz respeito à correta instrução dos pedidos de pagamento, tanto no preenchimento da informação, como nos requisitos que devem apresentar os documentos de despesa, sobretudo em termos de **elegibilidade material e normativa**, em fase de execução são submetidas muitas alterações/adaptações, que por vezes, o enquadramento legal aplicável não permite acomodar.

Por outro lado, vão sendo acrescentados, novos procedimentos em sede de análise do controlo administrativo e de verificação física, durante o período de programação, aumentando a probabilidade de erro por desconhecimento das matérias pelos promotores.



**Tabela 8 - Taxa de Execução em 2021 e Acumulado**

Operações PDR 2020	ANUAL - 2021					
	Projetos Pagos (1)		Projetos Contratados (2)		Taxa de Execução % (1/2)	
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)
PDR2020-ADDLAP-10211	27	498,77	15	426,9	180%	117%
PDR2020-ADDLAP-10212	4	286,12	3	567,15	133%	50%
PDR2020-ADDLAP-10213	6	445,08	1	140,56	600%	317%
PDR2020-ADDLAP-10214	7	186,81	1	16,95	700%	1102%
PDR2020-ADDLAP-10215	0	0	0	0	0%	0%
PDR2020-ADDLAP-10216	9	335,91	6	850,76	150%	39%
<b>TOTAL</b>	<b>53</b>	<b>1 752,69</b>	<b>26</b>	<b>2 002,32</b>	<b>204%</b>	<b>88%</b>

Operações PDR 2020	ACUMULADO					
	Projetos Pagos (1)		Projetos Contratados (2)		Taxa de Execução % (1/2)	
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)
PDR2020-ADDLAP-10211	41	699,54	55	1696,9	75%	41%
PDR2020-ADDLAP-10212	6	438,74	7	1112,39	86%	39%
PDR2020-ADDLAP-10213	7	452,24	7	1403,05	100%	32%
PDR2020-ADDLAP-10214	8	197,45	8	644,4	100%	31%
PDR2020-ADDLAP-10215	0	0	0	0	0%	0%
PDR2020-ADDLAP-10216	16	599,11	21	2299,05	76%	26%
<b>TOTAL</b>	<b>78</b>	<b>2 387,08</b>	<b>98</b>	<b>7 155,79</b>	<b>80%</b>	<b>33%</b>



**Tabela 9 - Taxa de Encerramento em 2021**

Operações PDR 2020	ANUAL - 2021					
	Projetos Encerrados (1)		Projetos Pagos (2)		Taxa de Encerramento % (1/2)	
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)
PDR2020-ADDLAP-10211	10	252,52	15	426,9	67%	59%
PDR2020-ADDLAP-10212	2	279,04	3	567,15	67%	49%
PDR2020-ADDLAP-10213	1	178,69	1	140,56	100%	127%
PDR2020-ADDLAP-10214	0	0	1	16,95	0%	0%
PDR2020-ADDLAP-10215	0	0	0	0	0%	0%
PDR2020-ADDLAP-10216	3	1635,33	6	850,76	50%	192%
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>875,58</b>	<b>26</b>	<b>2002,32</b>	<b>62%</b>	<b>44%</b>

Operações PDR 2020	ACUMULADO					
	Projetos Encerrados (1)		Projetos Contratados (2)		Taxa de Encerramento % = (1/2)	
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)
PDR2020-ADDLAP-10211	16	379,13	55	1 696,9	29%	22%
PDR2020-ADDLAP-10212	2	279,04	7	1112,39	29%	25%
PDR2020-ADDLAP-10213	1	178,69	7	1 403,05	14%	13%
PDR2020-ADDLAP-10214	0	0	8	644,4	0%	0%
PDR2020-ADDLAP-10215	0	0	0	0	0%	0%
PDR2020-ADDLAP-10216	3	165,33	21	2299,05	14%	7%
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>1 002,19</b>	<b>98</b>	<b>7 155,79</b>	<b>22%</b>	<b>14%</b>



## 2.2.5 - Metas e indicadores

### 2.2.5.1 Indicadores comuns e de monitorização

São indicadores de desempenho na sua maioria quantitativos e traduzem a dinâmica de implementação da EDL:

- número de projetos apoiados,
- número de empregos criados
- número de beneficiários/explorações apoiadas.

É importante, acompanhar os montantes executados, no sentido de garantir a boa execução do programa. Em 2021, fruto do reforço com as verbas de transição e da cooperação, foi necessário ajustar os principais indicadores.

De acordo com informação da tabela 211 Matriz de Enquadramento Lógico da EDL dos 132 projectos previstos apoiar, já foram contemplados 78, sendo ainda prematuro falar de indicadores de realização e sobretudo de resultado. Na tabela 10, encontram-se as metas e indicadores previstos de acordo com última orçamentação aprovada.

Prevê-se com a extensão do programa, devido ao pandemia, que seja possível atingir os indicadores e metas preconizados.

**Tabela 10 – Metas e indicadores, após reorçamentação de 2021**

Medida	Dotação (Mil euros)	Investimento Total (Mil euros)	Nº projetos apoiados 2018	Nº projetos apoiados 2023	Nº de beneficiários /explorações apoiados 2018	Nº de beneficiários /explorações apoiados 2023	Nº de empregos criados 2018	Nº de empregos criados 2023
10.2.1.1 Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	1 874,28	937,51	3	82	3	74	9	89
10.2.1.2 Pequenos investimentos na transformação e comercialização	1 664,18	775,42	0	14	0	12	0	15
10.2.1.3 Diversificação de atividades na exploração	954,91	448,96	0	7	0	7	0	5
10.2.1.4 Cadeias curtas e mercados locais	486,41	254,36	0	8	0	8	0	1
10.2.1.5 Promoção de produtos de qualidade locais	0,00	0,00	0	0	0	0	0	0
10.2.1.6 Renovação de aldeias	1 949,61	1 421,89	5	21	5	11	2	15
<b>TOTAL</b>	<b>6 929,40</b>	<b>3 837,78</b>	<b>8</b>	<b>132</b>	<b>8</b>	<b>112</b>	<b>11</b>	<b>125</b>



## 2.3 - Balanço Detalhado por Operação

### 2.3.1 - Op. 10.2.1.1 Pequenos investimentos nas explorações agrícolas

A operação destina-se a apoiar os pequenos investimentos na exploração agrícola, devendo prosseguir os seguintes objetivos: Promover a melhoria das condições de vida, de trabalho e de produção dos agricultores e contribuir para o processo de modernização e de capacitação das empresas do setor agrícola.

Em 2021 foram apresentadas 35 operações, desistiram 6 e foram analisadas 33, incluindo os pedidos de alteração. No mesmo ano, contratualizaram 15 operações, sendo que 12 pertenciam ao 4º aviso (Anexo I - Tabela 2.3.1.2). Em termos acumulados verificou-se a entrada de 141 operações, desistiram 22, foram analisadas 95 e aprovadas 55, com um investimento total de 1 696,91 mil euros (Anexo I – Tabela 2.3.1.3).

Os beneficiários são pessoas coletivas ou singulares que exercem atividade agrícola.

Na tipologia de investimento, em valores acumulados, dominam equipamentos, com 39% do investimento aprovado, seguido das plantações com 23% e os edifícios com 20% (Anexo I- Tabela 2.3.1.7).

Por **sector**, dominam os pequenos frutos – mirtilos, framboesas e morangos, que representam 43% dos projetos aprovados, seguidos da viticultura, com 12% cada um, e da avicultura 9% como seria expectável no território (Anexo I- Tabela 2.3.1.9). Os projectos vitícolas passaram a ter mais alguma expressão, apenas, no último ano.

São abrangidos alguns jovens agricultores que após o investimento inicial, complementam o parque de máquinas com outros equipamentos, visando diminuir custos com mão-de-obra, ou aqueles que face à procura, precisam de aumentar a produção, pelo que têm de incrementar a área de plantações.

Uma vez que os critérios de elegibilidade são mais simples, não exigindo viabilidade económica mas apenas a Coerência e Proteção ou a Utilização Eficiente dos Recursos, surgem, também, projetos de promotores que não têm requisitos para acesso à 3.1.1 e 3.1.2, mas querem investir nas explorações, muitas vezes de pequena dimensão e familiares, integram sobretudo a pecuária – pequenos ruminantes, a cultura de hortícolas, raízes e tubérculos e a cultura de frutos de casca rija/frutos secos - castanheiros.

Salientamos, aqui, o surgimento de projetos no âmbito de frutos com casca rija/frutos secos, nomeadamente castanha, na parte norte do território, concelho de Vila Nova de Paiva.

Na execução por sector, de acordo com a tabela 2.3.1.11, do Anexo I, mantém-se, sensivelmente, o que se verifica nos projetos aprovados e contratados, em termos acumulados. Na tipologia de investimento, nos projectos pagos dominam os equipamentos 43%, seguidos das máquinas 21%, plantações, com 10% cada. O que é expectável uma vez que as plantações tem época própria para serem realizadas e os equipamentos não.

Em 2021, foram liquidadas 27 operações, correspondendo a 498,77 mil euros de despesa pública. Em termos acumulados, foram liquidados 41 beneficiários, que correspondem 699,54 mil euros e foram encerradas 16 operações (Anexo I – Tabela 2.3.1.11). A prioridade é a 6B fomento do desenvolvimento local das zonas rurais.

### 2.3.2 - Op. 10.2.1.2 Pequenos investimentos na transformação e comercialização

A operação destina-se a apoiar pequenos investimentos através da criação ou modernização de unidades de transformação e comercialização de produtos agrícolas que envolvam investimentos tangíveis e intangíveis. Tem como objetivo a melhoria do desempenho competitivo das unidades agro-industriais, garantindo simultaneamente a sustentabilidade ambiental das atividades económicas, podendo, também, contribuir para o aumento do valor acrescentado das produções locais.

Os beneficiários são as pessoas individuais ou coletivas que se dediquem à transformação ou comercialização de produtos agrícolas.

Apesar da agroindústria, ser um setor importante e com potencialidade do território, tanto em termos de matérias primas, como de produtos, nomeadamente vinhos de qualidade, fumeiro e queijos, esta medida tem revelado pouca dinâmica. Para ultrapassar este constrangimento e estimular o investimento, já abrimos sete avisos de concurso. O sexto foi no âmbito do apoio á Aquisição de Capacidade de Armazenagem Setor do Vinho.

Verifica-se uma elevada taxa de desistências (30%), sobretudo por impossibilidade de cumprimento critérios de elegibilidade, nomeadamente no que concerne a licenciamentos para empresas em atividade.



Em 2021 não entrou qualquer pedido de apoio (Anexo I – Tabela 2.2.3.1). Relativamente ao acumulado entraram 17 candidaturas, desistiram 5 (Anexo I - Tabela 2.2.3.2). Das candidaturas analisadas, em 2021, foram aprovadas 2, no valor de 484,88 mil euros. Em termos acumulados foram aprovadas 8 candidaturas no valor global de 1 335,39 mil euros. Analisando os valores acumulados, referimos que os beneficiários são as pessoas singulares ou coletivas que se dedicam à transformação ou comercialização de produtos agrícolas. A tipologia de investimento, incide sobretudo nos equipamentos e edifícios e outras construções (Anexo I – Tabela 2.3.2.7), os setores são as frutas e produtos hortícolas e produtos alimentares não especificados (Anexo I - Tabela 2.3.2.9). Em 2021, foram pagas quatro operações no valor de 286,12 mil euros de investimento total. O valor não é significativo. Encerraram duas candidaturas, com um valor de 279,04€ (Anexo I – Tabela 2.2.3.1) de investimento. A prioridade é a 6B fomento do desenvolvimento local das zonas rurais.

### **2.3.3 - Op. 10.2.1.3 Diversificação de atividades na exploração**

A operação destina-se a apoiar a diversificação das atividades na exploração para outras não agrícolas, criando novas fontes de rendimento e emprego, contribuindo para a manutenção ou melhoria do rendimento do agregado familiar, a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural.

A verba orçamentada para esta medida encontra-se toda comprometida. Grande parte dos investimentos destinam-se a alojamento turístico, cuja atividade teve suspensa devido ao COVID 19. Assim, apenas as operações na área da restauração, apresentaram pedidos de reembolso com regularidade, sendo que uma finalizou o investimento em 2021. Em termos acumulados verificou-se a entrada de doze candidaturas, foram analisadas nove, houve a desistência de três, indeferidas duas e aprovadas sete com um investimento de 1.403,40 mil euros.

Os beneficiários são pessoas singulares ou coletivas que exercem atividade agrícola, podem, igualmente, ser promotores os membros do agregado familiar das pessoas singulares referidas. A tipologia de investimento incide nos edifícios e outras construções e equipamentos (Anexo I – Tabela 2.3.2.7), o que será expectável, face aos investimentos candidatados, porque se trata de recuperação de edifícios e seu apetrechamento.

Nesta medida os constrangimentos prendem-se com o cumprimento dos critérios de elegibilidade, nomeadamente a alínea i) do nº1 ao artigo 22º e alínea d) ao número 1 do artigo 23º da Portaria nº152/2016 e as taxas de ocupação apresentadas, no caso do alojamento turístico, são superiores à média para o território e tipologia apresentada.

Registam-se, no ano 2021, o pagamento de seis projetos, no valor de 445,08 mil euros de investimento. Encerrou uma operação com um valor de investimento total de 178,69 mil euros (Anexo I – Tabela 2.2.3.1). A prioridade é a 6B fomento do desenvolvimento local das zonas rurais.

Nos anos de 2020 e 2021 devido à Pandemia, houve um abrandamento da actividade turística, o que se pode reflectir, futuramente, nas operações aprovadas, no sector do alojamento.

#### **2.3.4 - Op. 10.2.1.4 Cadeias curtas e mercados locais**

Pretende-se com esta operação a criação de circuitos curtos/cadeias curtas de distribuição/comercialização de proximidade de produtos agrícolas e transformados, incluindo os abrangidos por regimes formais de diferenciação.

Tem os seguintes objetivos:

- a. promover o contacto direto entre o produtor e o consumidor, contribuindo para o escoamento da produção local, a preservação dos produtos e especialidades locais, a diminuição do desperdício alimentar, a melhoria da dieta alimentar através do acesso a produtos da época, frescos e de qualidade, bem como fomentando a confiança entre produtor e consumidor;
- b. incentivar práticas culturais menos intensivas e ambientalmente sustentáveis, contribuindo para a diminuição da emissão de gases de efeito de estufa através da redução de custos de armazenamento, refrigeração e transporte dos produtos até aos centros de distribuição.

Abriu-se um aviso de candidatura em 2020, destinado apenas às Cadeias Curtas, em que foram submetidas 5 candidaturas. Em termos acumulados são oito projectos (3 mercados locais e 5 cadeias curtas) apresentados e representam um investimento de 644,39 mil euros (Anexo I – Tabela 2.2.3.2).



Os beneficiários são três públicos (autarquias) e cinco privados (agricultores), a tipologia de investimento trata-se na maioria edifícios e outras construções e custos com a participação em feiras, certames e concursos (Anexo I - Tabela 2.3.4.7).

O surgimento de candidaturas nas cadeias curtas, apenas foi possível com a publicação da portaria 338/2019, que permitiu apoiar de uma forma direta as deslocações aos mercados. No entanto, deveria, existir, uma estratégia a jusante, a fomentar o consumo local, no sentido de incentivar esta forma de venda de produtos agro-alimentares, sem intervenção de intermediários e com proximidade entre produtor e consumidor.

Em 2021, foram pagos 7 projectos, que corresponderam a 445,08 mil euros de investimento (Anexo I – Tabela 2.2.3.1). Não há operações encerradas pelo que ainda não foi possível aferir os indicadores de resultado por prioridade principal e secundária.

### 2.3.5 - Op. 10.2.1.5 Promoção de produtos de qualidade locais

A operação consiste na promoção de produtos de qualidade certificada e produtos locais, incluindo os abrangidos por regimes formais de diferenciação.

Devem prosseguir os seguintes objetivos:

- a) apoiar o desenvolvimento de estratégias comerciais e de promoção que permitam incentivar o consumo de produtos abrangidos por regimes de qualidade;
- b) promover a diferenciação e o posicionamento no mercado pela qualidade, utilizando o potencial de mercado associado.

Os beneficiários são a título individual ou em parceria, os agrupamentos de produtores que participem num dos seguintes regimes de qualidade em relação a determinado produto agrícola ou género alimentício: regulamento (CE) nº1151/2012; regulamento (CE) nº 834/2007; decreto-lei nº 256/2009 alterado pelo decreto-lei nº27/2013; regulamento (CE) nº 110/2008 e outros regimes de qualidade reconhecidos a nível nacional que cumpram os requisitos estabelecidos nas alíneas b) e c) do nº1 do artigo 16º do regulamento (UE) nº1305/2013.

Em 2018 e 2019 foram abertos concursos, não se verificando a entrada de qualquer candidatura.

Não houve execução financeira, nem foram encerradas operações, pelo que não foi possível aferir os indicadores de realização e resultado por prioridade principal e secundária.

A verba orçamentada destinou-se a outras medidas onde havia projetos a aguardar aprovação por falta de dotação orçamental.

### 2.3.6 - Op. 10.2.1.6 Renovação de aldeias

A operação consiste na preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais locais (paisagístico e ambiental, incluindo ações de sensibilização).

Podem ser beneficiários as seguintes entidades:

- a) pessoas singulares ou coletivas de direito privado;
- b) autarquias locais e suas associações;
- c) outras pessoas coletivas públicas e GAL ou as entidades gestoras, no caso de GAL sem personalidade jurídica.

Trata-se de uma medida com investimentos significativos, até pela natureza das intervenções que se destinam à população local, visitantes e turistas.

Foram abertos três avisos de concurso, que esgotaram as verbas disponíveis. Em 2021, foram aprovadas com dotação, candidaturas que aguardavam disponibilidade financeira desde 2019. Para o efeito foram utilizadas verbas do regime de transição e da medida 103 Cooperação. Em termos acumulados entraram 26 candidaturas (7 no 1º aviso, 5 no 2º aviso e 14 no 3º aviso), desistiram duas, foram aprovadas 21 operações que totalizaram um investimento de 2.299,06 mil euros (Anexo I – Tabela 2.2.3.2).

Os promotores foram organismos públicos e entidades colectivas, os investimentos são edifícios e outras construções, equipamentos e de âmbito imaterial, correspondem a rotas e roteiros de âmbito natural ou cultural, recuperação de património histórico e arqueológico, adaptação de espaços com interesse histórico/cultural, beneficiação de espaços museológicos, relativos ao património alvo de intervenção e sua promoção e divulgação (Anexo I – 2.3.6.7).



Em termos acumulados, foram pagas 16 operações, que totalizam 674,95 mil euros, de despesa pública, valor bastante superior ao pago nas restantes medidas, representando 45% de todas as liquidações, revelando a dinâmica e a importância destes beneficiários, nos territórios de baixa densidade (Anexo I – Tabela 2.2.3.2).

Em 2021, foram encerradas três operações (Anexo I – Tabela 2.2.3.1). A prioridade é a 6B fomento do desenvolvimento local das zonas rurais.

### 3 - INFORMAÇÃO SOBRE ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO REALIZADAS

#### 3.1 - Avaliação da Contribuição da EDL para o Desenvolvimento Rural, Resultados e Impactos, incluindo uma Descrição da Abordagem de Avaliação e Métodos Escolhidos

O acompanhamento e a monitorização dos projetos aprovados no âmbito da EDLBC constituem um relevante instrumento de controlo da aderência a objetivos e metas formulados na Estratégia e Plano de Ação, essas tarefas são conduzidas em conjunto pelo OG, a direção da entidade Gestora em articulação com a ETL. As atividades de avaliação e monitorização, previstas nas candidaturas ao DLBC, irão consubstanciar-se na combinação da avaliação com a autoavaliação efetuada pelo GAL, envolvendo, sobretudo, as áreas funcionais de planeamento e projetos e a de animação e cooperação.

Para uma aferição mais adequada do contributo da EDL para o desenvolvimento rural serão necessários, além de dados quantitativos, indicadores qualitativos, nomeadamente no que concerne à concretização, consistência e fiabilidade. Para responder às questões de avaliação devem ser cruzados os objetivos da EDL com os elementos decorrentes da análise dos pontos estratégicos de avaliação, nomeadamente a coerência e pertinência, o contributo das operações para a concretização da estratégia, fatores de sucesso e de insucesso em relação à concretização da estratégia, a animação e o valor acrescentado LEADER.

A metodologia incluiu análise documental, de dados e de estatísticas, entrevistas, reuniões e questionários. São aplicados três tipos de questionários direcionados para a comunidade, beneficiários de projetos e parceiros estratégicos. No ano de 2020, de acordo, com informação interna foram preenchidos pelos beneficiários 5 questionários de avaliação, relativos a operações concluídas.





No âmbito da monitorização a ETL elabora mensalmente informação com dados quantitativos sobre a evolução da implementação da estratégia, apresentando-os à EG - Entidade Gestora da Parceria GAL/ADDLAP e ao OG, para validação. Procede-se ao acompanhamento dos pedidos de apoio, desde a candidatura ao encerramento dos mesmos. É recolhida informação nas diferentes reuniões e visitas realizadas aos beneficiários e com outros atores locais. São elaborados os Relatórios de Execução para a Autoridades de Gestão, aprovados pela EG do GAL ADDLAP, respondendo às solicitações e seguindo as orientações emanadas pelas mesmas, em matéria de acompanhamento de execução física e financeira dos projetos apoiados no âmbito do DLBC Rural.

Contámos, ainda, em 2021, com um momento de avaliação preconizado por um organismo independente com competências na área. O objectivo era avaliar a implementação da estratégia, os mecanismos de execução e o valor acrescentado da abordagem LEADER. Trata-se de uma metodologia dinâmica que poderá ainda ter algumas alterações/adaptações, em função do documento apresentado. Para o efeito além da recolha de informação, foi disponibilizado um questionário *online*, que registou 24 respostas, foram realizadas sessões individuais com 12 entidades e uma sessão conjunta com 9 entidades.

Neste contexto, foi produzido, em março de 2021, o Relatório “Instrumentos de Avaliação do DLBC Rural e Visão Estratégica para o Futuro” que se encontra no Anexo II com conclusões e recomendações de atuação neste âmbito. Neste ano, já temos 22 operações encerradas, permitindo a recolha de indicadores de realização e resultado conforme ponto 211 Matriz de Enquadramento Lógico da EDL.



## 4 - MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR A QUALIDADE E A EFICÁCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DA EDL

### 4.1 – Informação sobre Auditorias e Controlos Efetuados

Durante o ano de 2021, foram realizados 6 controlos de qualidade, às 47 candidaturas analisadas: 3 em Audiência Prévia, 2 à Homologação e 1 à Contratação. Apenas foi registado uma operação não conforme, relativamente à razoabilidade de custos.

A taxa insuficiências tem vindo a diminuir progressivamente de 81% em 2018, 69% em 2019, 30% em 2020 e 16% em 2021. Verificando-se uma evolução muito positiva.

Ainda neste âmbito foi realizada uma visita de acompanhamento no âmbito das funções delegadas em 23/11/2021, por parte do IFAP, incidindo sobre o funcionamento e três operações: PDR2020-10212-065090 Adegas Cooperativas de Silgueiros PDR2020-10213-055023 João António Pessanha de Meneses Pereira de Melo e PDR2020-10213-055020 Lavoura Lusa, Sociedade Agrícola, Lda. Nas duas primeiras fomos informados, previamente, através de correio eletrónico. A última foi seleccionada no próprio dia da visita.

### 4.2 – Problemas Encontrados na Gestão da EDL e Medidas Corretivas

Os constrangimentos detetados são, essencialmente, de dois tipos: internos do GAL e externos (beneficiários). Os internos prendem-se com:

- a) as sucessivas alterações aos normativos legais, a portaria já conta com nove alterações
- b) falta de documentação de suporte para setores específicos, nomeadamente no que concerne às tabelas de referência e contas de cultura no caso da **10211** - Pequenos Investimentos na Exploração Agrícola
- c) interpretação de conceitos, no que concerne à medida **10213** - Diversificação das Atividades na exploração agrícola.

A pandemia também conduziu a alterações legislativas, que, se por um lado vão ao encontro do beneficiário, por outro obrigam uma actualização contínua, aumentando a probabilidade de ocorrência de lapsos e inconsistências.

A plataforma de *backoffice* (PDR2020), apesar de ser um bom instrumento, apresenta ainda algumas limitações, a saber:

- a) na 10.2.1.1 não permite acrescentar setores que o beneficiário, por lapso, não tenha introduzido e que são alvo do PA
- b) nas 10.2.1.2 e 10.2.1.3 não dá para incorporar na simulação de análise do VAL, valores relativos a operações anteriores que ainda não atingiram o ano cruzeiro, apesar de permitir diminuir proveitos e aumentar custos, e diminuir custos se ocorrer uma diminuição de proveitos.

No que respeita às Tabelas de Referência, nada haveria a dizer se elas fossem suficientemente extensivas e abrangessem todas as situações. Certamente que tal será impossível e, por isso, fica um campo de manifesta dificuldade para a análise de alguns projetos. Atualmente, face ao aumento do preço das matérias-primas deveria ocorrer uma atualização das mesmas.

As “contas de cultura”, nalguns casos não existem e os próprios serviços do Ministério não disponibilizam a metodologia que usam nestas circunstâncias. Pensamos que situações deste tipo bem como a inexistência de informação centralizada sobre custos de produção em alguns setores (ex.: avicultura, apicultura), apesar da experiência existente por todo o País, deveriam ser ultrapassadas, pois isso asseguraria maior confiança aos técnicos que se encontram a analisar projetos desta natureza. Neste campo sublinhamos, ainda, a pecuária, cuja informação é manifestamente insuficiente.

Atualmente somos confrontados até com beneficiários que anexam tabelas de referência, supostamente dos serviços, mais completas do que as que o GAL dispõe, deixando-nos numa situação vulnerável. Para as atividades em que não há informação centralizada, os GAL poderiam enviar as “suas” tabelas de referência à AG do PDR2020 para validação e harmonização, e depois, dependendo da atividade, serem adotadas regionalmente ou a nível nacional, se possível.



No caso da medida **10213** – Diversificação de atividades na exploração, salientamos com base na experiência a dificuldade em aferir os seguintes critérios: a alínea i) do nº1 ao artigo 22º e alínea d) ao número 1 do artigo 23º da portaria nº152/2016. A medida tem como objetivo diversificar uma exploração agrícola em atividade e depois para atestar essa mesma atividade, usam-se comprovativos de recebimento de subsídios, que muitas vezes correspondem a uma atividade residual, sem qualquer expressividade. Mas um jovem agricultor em instalação, como não apresenta vendas e ainda não recebe subsídios às atividades, fica excluído. Logo será necessário reflectir sobre estas questões e clarificar os critérios.

No caso da **10214** - Cadeias Curtas e Mercados Locais, o conceito de cadeia curta ainda não se encontra suficientemente consolidado para que surjam iniciativas sustentáveis nesta área sendo de facto necessária a sensibilização tanto dos produtores, como dos consumidores, para as vantagens económicas, sociais, e ambientais, e, também, no que concerne à alimentação saudável. Em alguns territórios ou mesmo a nível nacional, deviam realizar-se campanhas de sensibilização para este tipo de comercialização. Poderá ser mais pertinente, numa primeira fase, a mobilização dos consumidores do que os incentivos diretos aos produtores, que, também, não deixam de ser importantes.

A medida **10215** - Promoção dos Produtos de Qualidade Locais encontra-se completamente desajustada. No território da ADDLAP existem 7 produtos certificados e uma associação de produtores em proteção integrada. Reunimos com as três organizações de produtores, que estão sediadas no território, para apresentação da medida, e nenhuma demonstrou interesse, tanto na tipologia das ações como nas despesas elegíveis. Foi eliminada da orçamentação da EDL:

Os constrangimentos externos referem-se, ainda, à falta de conhecimento de promotores e consultores das Orientações Técnicas Específicas, Orientações Técnicas Gerais e Normas Transversais, e **respetivas alterações**, quando estão disponíveis no site do PDR e dos GAL. Como já referido as sucessivas alterações contribuem para o aumento da probabilidade de erro.

Damos nota que para os montantes envolvidos os **processos são, por vezes demasiado complexos, nomeadamente a instrução de candidatura e a utilização da plataforma.**

Grande parte dos beneficiários do território, desconhecem completamente o seu funcionamento e são os consultores que centralizam toda a informação. Salienta-se como muito positivo a divulgação das tabelas de referência, mas ainda surgem consultores que não as usam, inscrevendo, muitas vezes, valores completamente desajustados.

Para colmatar os fatores internos e externos são produzidas orientações e procedimentos adicionais, no que respeita às análises, comunicação com o promotor, acompanhamento dos projetos, facilitadoras de todo o processo. Foram realizados instrumentos internos de apoio às análises adotados para as medidas **10211 e 10212 e 10213**, no sentido de haver uniformização das mesmas.

Nesta fase, que se caracteriza pela execução das candidaturas, estão a surgir, como é natural, mais dificuldades na execução, nomeadamente no que concerne à correta instrução dos pedidos de pagamento e à resolução de problemas na sua análise.

Continuamos, sempre que oportuno e possível, devido à pandemia, a realizar sessões de esclarecimento destinadas a beneficiários e a consultores.

#### **4.3 – Relacionamento com a Autoridade de Gestão**

O GAL- ADDLAP enquanto entidade gestora do DLBC M10 LEADER estabelece comunicação recíproca com a autoridade de gestão, sempre que se identifique necessidade de esclarecimentos diversos, do interesse das referidas partes e também dos beneficiários.

Os meios facultados para contato são eficazes, maioritariamente por via **eletrónica, telefónica, reuniões mensais** e por região quando necessário, para tratar de questões de execução, de uma forma mais próxima.

Até ao momento fazemos um balanço bastante positivo nomeadamente que respeita ao acesso a várias instrumentos de apoio à análise das candidaturas, a formações e sessões de esclarecimento.



#### 4.4 – Relacionamento com o Organismo Pagador

De acordo com o Idigital, durante o ano de 2021, foram submetidos sessenta e cinco pedidos de pagamento, dois na modalidade de adiantamento. Ocorreram 86 liquidações.

Os beneficiários e consultores apresentam várias dificuldades na correta instrução dos pedidos de pagamento. O processo revela-se bastante complexo, sobretudo para os beneficiários da medida 10211. As maiores insuficiências estão relacionadas com elegibilidade normativa e material da despesa.

Ocorreu um controlo de qualidade à contratação e foi realizada uma visita de acompanhamento no âmbito das funções delegadas, já referida no capítulo 4.1.

Outra matéria complexa e por vezes controversa, no âmbito dos pedidos de pagamento é a aplicação do Código da Contratação Pública, tardando a chegar informação consolidada, através de Norma ou Manual. Denota-se alguma dificuldade de comunicação com este organismo, dado que, privilegiam, como canal de comunicação o **correio eletrónico** e as questões têm de se reportar a Controlos Administrativos específicos, dificultando a prevenção e a mitigação do erro. Realizam-se reuniões mensais com todos os GAL para acompanhamento da implementação da estratégia.

#### 4.5 – Articulação com outras Medidas do PDR e outros Instrumentos de Políticas do Território

A EDL foi elaborada em coerência com as prioridades do PDR2020, os objetivos temáticos do PO Centro bem como o Plano de ação da CIM Viseu Dão Lafões, mobilizando além do FEADER, o FSE e FEDER.

O DLBC no atual período de programação é **plurifundo** havendo uma articulação estreita com os instrumentos financeiros do POCENTRO, designadamente o SI2E - Sistema de Incentivo ao Emprego e Empreendedorismo, o +CO3SO Emprego – Sistema de Apoio ao Emprego e Empreendedorismo, lançado em 2020 e a PI 9.10 Proteção, Valorização, Conservação e Promoção do Património Histórico e cultural com elevado interesse turístico. Se por um lado, dinamizamos medidas para apoio direto ou indireto às explorações agrícolas e à produção local, com exceção da medida renovação das aldeias, por outro apoiamos as restantes pequenas e micro empresas localizadas nos meios rurais e importantes para a dinamização e diversificação da economia local.



No âmbito do SIZÉ, foram apoiadas em 2018, 25 candidaturas, mas, em 2021, estavam em execução 21. A atividade em 2021, centrou-se, sobretudo, no apoio aos beneficiários e nas reprogramações físicas e financeiras, mas com pouca expressividade.

No +CO3SO, dada a diversidade territorial, foram disponibilizados 3 instrumentos: Urbano, Interior e Empreendedorismo Social. A decisão das candidaturas, entradas em 2020, ocorreu em 2021. Na primeira fase entraram 86 candidaturas, a ADDLAP aprovou 70 com um investimento 8 055 315,58€.

No entanto, apesar do reforço financeiro por parte da AG, houve dotação, apenas, para 27 candidaturas:

- 10 do +CO3SO Urbano, no valor de 1 682 972,74€, com 31PT;
- 14 do +CO3SO Interior, no valor de 2 093 144,48€, com 39PT
- 3 do +CO3SO Empreendedorismo Social, no valor de 225 538,49€, com 5 PT

Totalizando um investimento aprovado de 4 001 655,71€.

Após contratação o GAL procedeu à validação do início das candidaturas, sendo os pedidos de pagamento formalizados junto da Autoridade de Gestão que procede aos pagamentos.

À semelhança do SIZÉ, o GAL também, valida as datas de reinício e analisa as reprogramações.

Das dez candidaturas aprovadas do **+CO3SO Urbano**, uma desistiu e foram validadas as datas de início das restantes 9 candidaturas. No **+CO3SO Interior**, das 14 operações aprovadas, uma desistiu e foram validadas as datas de início das restantes 11 candidaturas. No **+CO3SO Empreendedorismo Social**, foram validadas as datas de início das 3 candidaturas aprovadas. Tratou-se de um instrumento com um grande potencial para os territórios de baixa densidade no âmbito da promoção do emprego e da criação de postos de trabalho. No entanto, o facto de coincidir com a pandemia, conduziu a alguns problemas ao nível dos indicadores e metas designadamente a criação efetiva de emprego.

No âmbito do FEDER, PI9.10 "Proteção, Valorização, Conservação e Promoção do Património Histórico e Cultural com Elevado Interesse Turístico" foi submetida e aprovada a candidatura **CENTRO-05-5141-FEDER-000956 Mapa dos Segredos Gastronómicos**, com um valor de investimento de 78 720€. Foi realizada em parceria com a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios do território de intervenção, pretende promover e valorizar a gastronomia local, através de ações diferenciadas como a **criação da carta gastronómica, academia dos "segredo gastronómicos"** e a **Rota dos Segredos Gastronómicos**.



Por outro lado a ETL, no cumprimento das suas funções, de animação e dinamização do território, analisa criteriosamente os pedidos de apoio e procede à orientação mais adequada, quando o PA evidencia parâmetros identificáveis noutros programas ou medidas de apoio.

Destacamos ainda como intervenção complementar para a concretização da estratégia de desenvolvimento para o território os programas que estamos a desenvolver na área da formação e da capacitação – formação/ação (**Programa Operacional da Competitividade e da Internacionalização - COMPETE**) da inovação (**Programa de Desenvolvimento Rural - 1.01 Grupos Operacionais – Rede Rural Nacional**) e da animação conjuntamente com a Federação Minha Terra (**Programa de Desenvolvimento Rural – 20.2.2 Assistência Técnica da Rede Rural Nacional**).

## 5 - MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR OS REQUISITOS DE FUNCIONAMENTO, ANIMAÇÃO E DE PUBLICIDADE

### 5.1 – Funcionamento e Animação

No âmbito do funcionamento e animação estão previstas quatro atividades:

- a) funcionamento do GAL, formação e capacitação dos recursos;
- b) promoção da organização de seminários, colóquios e conferências nas áreas de atuação;
- c) monitorização e avaliação da estratégia
- d) animação da estratégia de desenvolvimento local de base comunitária.

No entanto, atendendo que houve uma redução financeira significativa, para esta área, as intervenções serão mais modestas e com um impacto mais reduzido, relativamente a períodos de programação anteriores.

#### Funcionamento do GAL (depois dos primeiros capítulos)

Em 2021, entraram 35 candidaturas, foram analisadas 47 candidaturas, registaram-se 7 desistências, foram decididas 26, das quais 23 aprovadas, correspondendo a um investimento total de 1 851,97 mil euros. Foram pagas 53 operações, o que correspondeu a 1 006,51mil euros, de despesa pública, sendo 67% da despesa pública paga acumulada (Anexo I – Tabela 2231 e 2232).





Realizaram-se 73 Verificações Físicas ao Local, 25 aos pedidos de apoio e 48 aos pedidos de pagamento, o que está em consonância com o atual período em que aumentou a submissão de pedidos de pagamento. (três vezes superior ao ano anterior). No entanto, 2021, foi ainda um ano atípico devido à pandemia. Por esta razão os atendimentos presenciais foram apenas 27, uma vez que as pessoas preferem o contacto telefónico ou correio electrónico. Por outro lado só houve um aviso de candidatura aberto, cujo período decorreu na totalidade em 2021, os restantes prolongaram-se para o ano seguinte.

Relativamente à medida 1041 - Funcionamento e Animação, apenas foi submetido um pedido de pagamento em agosto de 2021, no valor de 60.034,11€, isto porque o pedido de pagamento anterior formalizado em dezembro de 2020, só foi liquidado em julho de 2021, o que teve um impacto negativo na tesouraria do GAL.

### Formação e Capacitação dos Recursos Humanos

A participação em ações de capacitação é fundamental por forma a permitir a aquisição de competências necessárias à ETL do GAL, com vista à qualificação em áreas primordiais para a implementação da EDL e apoio ao desenvolvimento. Nomeadamente porque os processos de desenvolvimento socioeconómico são dinâmicos e as equipas tem de fazer atualização dos conhecimentos continuamente. Assim, a equipa participa ativamente em todas as oportunidades formativas fomentadas pelos Organismos de Gestão e outros como a Federação Minha Terra. Neste âmbito integramos 37 eventos:

- a) 5 formações, nas seguintes áreas, Código dos Contractos Públicos; Alterações à Normas de Pedidos e Pagamento e Reduções e Sanções;
- b) 8 reuniões de coordenadores/associadas, com a Federação Minha Terra;
- c) 4 sessões de trabalho com a CCDRC – POCENTRO;
- d) 6 reuniões com Autoridade de Gestão do PDR2020;
- e) 12 reuniões, com IFAP;
- f) 1 conferência,
- g) 1 reunião com a CCDRC e parceiros sobre o Plano de Recuperação e Resiliência.

### Promoção da organização de Seminário, Colóquios e Conferências nas áreas de atuação

Atendendo à pandemia COVID e às incertezas existentes sobre o funcionamento da doença em 2021, não foi organizado pela ADDLAP qualquer iniciativa neste âmbito.



## Animação da estratégia de desenvolvimento local de base comunitária

Esta atividade integra a informação que se encontra no capítulo 5.2 Informação e publicidade, relativamente às sessões de divulgação, edição de material promocional, página de internet, redes sociais e publicitação nos meios de comunicação social. Como previsto no manual de procedimentos foram cumpridas as obrigações normativas em vigor, relativamente à abertura de concursos.

### **5.2– Informação e Publicidade**

Neste âmbito, podem ser realizadas iniciativas no território em articulação com os parceiros, ou através de convites realizados por entidades chave, para divulgação de incentivos, ligadas ao setor empresarial, agro-alimentar, turístico.

Referimos que o GAL – ADDLAP faz publicitação dos apoios no âmbito do PDR2020 no seu website, e noutros documentos utilizados para comunicação com público, convites, ofícios, cartazes, apresentações listas de presenças ou outros. Como previsto no manual de procedimentos foram cumpridas as obrigações normativas em vigor, relativamente à abertura de concursos. No entanto, no contexto da visita de acompanhamento realizada em novembro de 2021, pelo IFAP, foram melhorados os procedimentos de divulgação, nomeadamente no que diz respeito aos logotipos na página da internet e material publicitário.

Em 2021 não se verificou qualquer acção específica, com participantes, presencial ou online directamente relacionado com os apoios.

E porque privilegiamos o contacto directo com os beneficiários foram realizados 27 atendimentos presenciais, bastante inferior as anos anteriores à pandemia. Foram privilegiados outros meios de contacto como correio electrónico e telefone.



**Tabela 11 - Informação e Publicidade**

<b>COMUNICAÇÃO INTERNA</b>	<b>ANUAL</b>	<b>ACUMULADO</b>
Quantidade de informação divulgada (mails, circulares) - parceiros, sócios, beneficiários, consultores, comunicação social-aviso 10212 e +CO3SO)	187	909
<b>DIVULGAÇÃO</b>	<b>ANUAL</b>	<b>ACUMULADO</b>
Nº de <i>merchandising</i> (agendas, 1000 blocos, 1000 pastas e 496 canetas)	2496	2496
Nº de publicações:	-	-
Folhetos (+CO3SO)	0	3600
Notícias	3	40
Nº de sessões de divulgação (ações de formação, workshops)	0	41
Nº de participações em eventos	0	3
<b>SITE</b>	<b>ANUAL</b>	<b>ACUMULADO</b>
Nº de inserções no site	5	79
Nº de visitantes (não dispomos desta informação)	-	-
<b>FACEBOOK</b> - nesta rede social temos 1112 seguidores, sendo cerca de 43 estrangeiros, estes últimos sobretudo da França e Suíça, reflectindo a nossa emigração		



## 6 - INFORMAÇÃO SOBRE ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO INTERTERRITORIAL E TRANSNACIONAL

### COOPERAÇÃO INTERTERRITORIAL E COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL

Os projetos que estão a ser implementados na área da cooperação, estão alinhadas com as áreas estratégicas da EDL, e são:

- a) Produção Local e Empreendedorismo;
- b) Natureza, Cultura e Gastronomia;
- c) Coesão Social e Marketing Territorial.

No ano de 2021 continuamos com os constrangimentos decorrentes da pandemia COVID-19, e alguns atrasos de início de algumas atividades decorrentes das exigências dos procedimentos de contratação pública - CCP, dado que envolve parcerias com um grande número de parceiros e montantes elevados de investimento, que exigiram a abertura de vários procedimentos.

As candidaturas submetidas perseguem os objetivos de valorizar, desenvolver os territórios rurais e consolidar o seu tecido económico e social, através da cooperação, enquanto instrumento potenciador de complementaridades, diversidades e heterogeneidade desses territórios, daí que a proximidade e a partilha direta de práticas e experiências são fundamentais, vindo as restrições decorrentes da pandemia COVID - 19, limitar o desenvolvimento dos projetos e a reajustar o desenvolvimento das atividades.

Assim, das quatro candidaturas submetidas na área da cooperação, duas não prosseguiram dadas as limitações processuais e de enquadramento. Quanto aos dois projetos, em execução desenvolveram-se os procedimentos contratuais e respetivas atividades que passamos a referir por projeto:

### TRANSNACIONAL

- **Terra da Lusofonia** – tem como objetivo a promoção dos nossos territórios e produtos em Cabo Verde, Brasil e São Tomé, criando espaços para o efeito e realizando eventos, assim como prestando consultoria em áreas definidas em candidatura, envolvendo 10 GAL nacionais. No decorrer do ano de 2021 foram realizadas reuniões de parceria online e uma presencial a 14 de outubro.

Foi feita a calendarização das semanas em Cabo Verde de promoção dos produtos e dos territórios, com a participação de todos os Gal da parceria.

Preparação de um evento a realizar, em janeiro de 2022, em Cabo Verde, considerado pela parceria, como o evento mais importante deste projeto de cooperação, com a participação de todos os GAL da parceria. Foram assim iniciados os trabalhos para tratar os procedimentos burocráticos de cedência de 2 espaços pelas entidades de Cabo Verde.

- **TERRASafe** – O projeto foi aprovado e tinha como objectivo principal potenciar a agricultura pequena escala, conciliando-a com práticas inovadoras e baseada em princípios mais sustentáveis, através dos princípios da agro-ecologia. No entanto, no ano 2021 foi anulada, pelo GAL, a operação por insuficiências nos Procedimentos do CCP.

### INTERTERRITORIAL

- **Aldeias de Portugal** – No âmbito deste projeto, que tem como objetivo a classificação de cinco aldeias do território da área de intervenção da ADDLAP, a promoção integrada e a divulgação turística destas aldeias típicas e das suas atividades, no decorrer do ano de 2021. Realizaram-se várias reuniões da parceria online e foram tratados os procedimentos contratuais (CCP) das atividades – “Classificação e /ou Reclassificação de Aldeias”, “Memórias de Aldeia”, e “Marketing”. A ADDLAP, a pedido da parceria ficou como entidade adjudicante.

Deu-se início ao projeto com a realização de ações de formação dos técnicos que irão acompanhar o processo de classificação das Aldeias. Lembramos que as aldeias para intervenção, na área de intervenção da ADDLAP são: Viseu – Calde; Vouzela – Fataunços; São Pedro do Sul – Valadares; Oliveira de Frades – Covelo e Vila Nova de Paiva – Pendilhe. A data de fim do projeto Aldeias de Portugal, está para janeiro de 2023, com os procedimentos contratuais tratados e o aliviar das restrições das medidas COVID-19, o ano de 2022 será importante para executar as atividades contratualizadas.

Investimento Total Proposto: 71.849,00€

Investimento Total elegível: 71.397,58€

Despesa Pública: 64.664,10€



## **ANEXO I - Tabelas Auxiliares**

### **Relatório Anual de Execução das Estratégias de Desenvolvimento Local**





**ADDIAP**  
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO  
E DINAMIZAÇÃO DO INTERIOR  
ALENTEJANO

### 2.2.1 – Concursos Abertos

Implementação da EDL		Anuncio / Períodos abertos no ano [Nº]	Dotação despesa pública [Mil euros]
10.2.1.1	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	1	247,5
10.2.1.2	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	2	322,81
10.2.1.3	Diversificação de atividades na exploração	0	0
10.2.1.4	Cadeias curtas e mercados locais	0	0
10.2.1.5	Promoção de produtos de qualidade locais	0	0
10.2.1.6	Renovação de aldeias	0	0
Dotação aprovada para a EDL - 3837,78			
<b>TOTAL</b>		<b>3</b>	<b>570,31</b>

### 2.2.3 – Análise, Aprovação e Contratação

#### 2.2.3.1 – Análise, Aprovação e Contratação – Ano

#### Análise, Aprovação e Contratação – ANUAL

Anúncio	Candidaturas apresentadas			Candidaturas desistidas			Candidaturas analisadas			Candidaturas decididas		
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)
10.2.1.1	35	1002,05	6	228,67	33	998,12	3	110,69	0	0	14	388,69
10.2.1.2	0	0	0	0	2	384,32	0	0	0	0	2	484,88
10.2.1.3	0	0	0	0	3	534,28	0	0	0	0	0	0
10.2.1.4	0	0	0	0	1	16,95	0	0	0	0	1	16,95
10.2.1.5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10.2.1.6	0	0	1	45,29	8	1067,48	0	0	0	0	6	850,76

\* Todas as análises são análises integrais

<b>TOTAL</b>	<b>35</b>	<b>1002,05</b>	<b>7</b>	<b>273,96</b>	<b>47</b>	<b>3001,15</b>	<b>3</b>	<b>110,69</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>23</b>	<b>1741,28</b>
--------------	-----------	----------------	----------	---------------	-----------	----------------	----------	---------------	----------	----------	-----------	----------------



Análise, Aprovação e Contratação – ANUAL

Anúncio	Projetos CONTRATADOS				Projetos PAGOS				Projetos ENCERRADOS						
	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)			
10.2.1.1	15	426,9	149,53	124,41	27	498,77	222,91	189,85	10	252,52	111,85	95,3			
10.2.1.2	3	567,15	176,91	150,38	4	286,12	128,58	109,29	2	279,04	125,57	106,73			
10.2.1.3	1	140,56	44,54	37,86	6	445,08	200,43	171,81	1	178,69	89,33	77,38			
10.2.1.4	1	16,95	7,86	6,68	7	186,81	107,44	91,33	0	0	0	0			
10.2.1.5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
10.2.1.6	6	850,76	457,46	388,84	9	335,91	347,15	296,6	3	165,33	79,01	68,68			
<b>TOTAL</b>				<b>26</b>	<b>2002,32</b>	<b>836,3</b>	<b>708,17</b>	<b>53</b>	<b>1752,69</b>	<b>1006,51</b>	<b>858,88</b>	<b>16</b>	<b>875,58</b>	<b>405,76</b>	<b>348,09</b>

\* Todas as análises são análises integrais

2.2.3.2 – Análise, Aprovação e Contratação – Acumulado

Análise, Aprovação e Contratação – ACUMULADO

Anúncio	Candidaturas apresentadas			Candidaturas desistidas			Candidaturas analisadas			Candidaturas decididas			
	Nº	Investimento (mil euros)	FEADER (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	FEADER (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	FEADER (mil euros)	Não aprovadas		Aprovadas	
										Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº
10.2.1.1	141	4170,29	22	720,05	95	2687,93	31	775,55	0	0	55	1696,9	
10.2.1.2	17	2566,11	5	839,75	12	1716,45	4	381,07	0	0	8	1335,39	
10.2.1.3	12	2307,59	3	514,41	9	1792,83	2	389,78	0	0	7	1403,05	
10.2.1.4	8	644,4	0	0	8	644,4	0	0	0	0	8	644,4	
10.2.1.5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10.2.1.6	26	2603,32	3	215,05	23	2393,53	2	94,48	0	0	21	2299,05	
<b>TOTAL</b>				<b>204</b>	<b>12291,71</b>	<b>33</b>	<b>2289,26</b>	<b>147</b>	<b>9235,14</b>	<b>39</b>	<b>1640,88</b>	<b>99</b>	<b>7378,79</b>

\* Das quais 3 são análises de valia



**ADDIAP**  
ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES LOCAIS  
THE QUALITY ASSOCIATION

Análise, Aprovação e Contratação - ACUMULADO

Anúncio	Projetos CONTRATADOS						Projetos PAGOS						Projetos ENCERRADOS					
	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)		
10.2.1.1	55	1696,9	623,16	528,51	41	699,54	317,84	271,69	16	379,13	170,66	146,59						
10.2.1.2	7	1112,39	373,57	317,53	6	438,74	194,64	165,44	2	279,04	125,57	106,73						
10.2.1.3	7	1403,05	448,96	383,07	7	452,24	203,81	174,68	1	178,69	89,33	77,38						
10.2.1.4	8	644,4	254,36	216,21	8	197,45	112,46	95,59	0	0	0	0						
10.2.1.5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						
10.2.1.6	21	2299,05	1421,86	1212,99	16	599,11	674,95	578,12	3	165,33	79,01	68,68						
<b>TOTAL</b>	<b>98</b>	<b>7155,79</b>	<b>3121,91</b>	<b>2658,31</b>	<b>78</b>	<b>2387,08</b>	<b>1503,7</b>	<b>1285,52</b>	<b>22</b>	<b>1002,19</b>	<b>464,57</b>	<b>399,38</b>						

### 2.2.5 - Metas e indicadores

Metas e indicadores											
10.2.1.1	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	População abrangida	Dotação (Mil euros)	Investimento Total (Mil euros)	Nº projetos apoiados		Nº de beneficiários /explorações apoiadas		Nº de empregos criados		
					2018	2023	2018	2023	2018	2023	
10.2.1.1	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	99233	937,14	1448,29	3	82	3	74	9	89	
10.2.1.2	Pequenos investimentos na transformação e comercialização		775,42	1072,81	0	14	0	12	0	15	
10.2.1.3	Diversificação de atividades na exploração		448,96	1117,51	0	7	0	7	0	5	
10.2.1.4	Cadeias curtas e mercados locais		254,36	1005,76	0	8	0	8	0	1	
10.2.1.5	Promoção de produtos de qualidade locais		0	1005,76	0	0	0	0	0	0	
10.2.1.6	Renovação de aldeias		1421,89	603,46	5	21	5	11	2	15	
<b>TOTAL</b>			<b>3837,77</b>	<b>6253,59</b>	<b>8</b>	<b>132</b>	<b>8</b>	<b>112</b>	<b>11</b>	<b>125</b>	



**ADDLAP**  
Associação de Desenvolvimento Local Agrícola do Distrito de Leiria

### 2.3.1 – Op. 10.2.1.1 Pequenos investimentos nas explorações agrícolas

#### 2.3.1.1 – Candidaturas apresentadas por anúncio / período

10.2.1.1.1 - Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas							Ano			Acumulado	
Anúncio / Período	Data início	Data fim	Dotação despesa pública [Mil euros]	Candidaturas apresentadas	Investimento [Mil euros]	Candidaturas apresentadas	Investimento [Mil euros]	Candidaturas apresentadas	Investimento [Mil euros]		
PDR2020-ADDLAP-10211-001	29/06/2016	31/08/2016	325,87	0	0	21	683,55				
PDR2020-ADDLAP-10211-002	05/03/2018	12/06/2018	370	0	0	24	737,68				
PDR2020-ADDLAP-10211-003	18/07/2019	13/09/2019	354,17	0	0	41	1119,47				
PDR2020-ADDLAP-10211-004	28/07/2020	11/09/2020	246,62	0	0	20	627,54				
PDR2020-ADDLAP-10211-005	17/05/2021	23/07/2021	247,5	35	1002,05	35	1002,05				
<b>TOTAL</b>			<b>1544,16</b>	<b>35</b>	<b>1002,05</b>	<b>141</b>	<b>4170,29</b>				

#### 2.3.1.2 – Processo de decisão – Ano

##### 10.2.1.1.1 - Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas – ANUAL

Anúncio	Candidaturas apresentadas		Candidaturas desistidas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas		Não aprovadas		Aprovadas		Projetos contratados			
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)	
PDR2020-ADDLAP-10211-001	0	0	1	48,44	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PDR2020-ADELAP-10211-002	0	0	0	0	4	133,33	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PDR2020-ADDLAP-10211-003	0	0	2	55,02	5	193,24	0	0	0	0	0	0	1	38,21	3,36	2,86
PDR2020-ADELAP-10211-004	0	0	2	89,57	14	431,82	3	110,69	0	0	12	364,44	12	364,44	135,28	114,99
PDR2020-ADDLAP-10211-005	35	1002,05	1	35,64	10	239,72	0	0	0	0	2	24,25	2	24,25	10,89	6,57
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>	<b>1002,05</b>	<b>6</b>	<b>228,67</b>	<b>33</b>	<b>998,11</b>	<b>3</b>	<b>110,69</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>14</b>	<b>388,69</b>	<b>15</b>	<b>426,9</b>	<b>149,53</b>	<b>124,42</b>

\* Todas as análises são análises integrais

### 2.3.1.3 – Processo de decisão – Acumulado

#### 10.2.1.1.1 - Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas - ACUMULADO

Anúncio	Candidaturas apresentadas			Candidaturas desistidas			Candidaturas analisadas			Candidaturas decididas						Projetos contratados			
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Não aprovadas		Sem dotação		Aprovadas		Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
											Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)			
PDR2020-ADDLAP-10211-001	21	683,55	6	219,26	15	462,28	11	285,16	0	0	0	0	4	177,12	4	177,12	52,61		46,24
PDR2020-ADDLAP-10211-002	24	737,68	6	187,38	18	537,96	7	182,57	0	0	0	0	11	355,39	11	355,39	122,02		103,72
PDR2020-ADDLAP-10211-003	41	1119,47	5	146,64	36	972,83	10	197,12	0	0	0	0	26	775,71	26	775,71	302,36		257,01
PDR2020-ADDLAP-10211-004	20	627,54	4	131,13	16	475,14	3	110,69	0	0	0	0	12	364,44	12	364,44	135,28		114,99
PDR2020-ADDLAP-10211-005	35	1002,05	1	35,64	10	239,72	0	0	0	0	0	0	2	24,25	2	24,25	10,89		6,57
<b>TOTAL</b>	<b>141</b>	<b>4170,29</b>	<b>22</b>	<b>720,05</b>	<b>95</b>	<b>2687,93</b>	<b>31</b>	<b>775,54</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>55</b>	<b>1696,91</b>	<b>55</b>	<b>1696,91</b>	<b>623,16</b>		<b>528,53</b>

\* Das quais 3 são análises de valia

### 2.3.1.4 – Distribuição dos projetos por tipologia do promotor – Ano

#### 10.2.1.1.1 - Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas – ANUAL

Tipologia de Promotor	Decididas - aprovadas			Projetos contratados		
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	
Organismos públicos	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
PME	14	388,69	15	426,9	149,53	
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>388,69</b>	<b>15</b>	<b>426,9</b>	<b>149,53</b>	



### 2.3.1.7 Distribuição dos projetos por tipologia de investimento – Acumulado

10.2.1.1.1 - Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas - ACUMULADO

Tipologia de Investimento	Candidaturas decididas				Projetos contratados			
	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)
Edifícios e outras construções	41	347,59	122,73	41	347,59	122,73	347,59	122,73
Equipamentos	236	661,56	238,74	236	661,56	238,74	661,56	238,74
Investimentos Imateriais	39	35,39	10,18	39	35,39	10,18	35,39	10,18
Investimentos não elegíveis	2	15,56	0	2	15,56	0	15,56	0
Máquinas	39	242,28	88,71	39	242,28	88,71	242,28	88,71
Plantações	245	394,53	162,79	245	394,53	162,79	394,53	162,79
<b>TOTAL</b>	<b>602</b>	<b>1696,91</b>	<b>623,15</b>	<b>602</b>	<b>1696,91</b>	<b>623,15</b>	<b>1696,91</b>	<b>623,15</b>

### 2.3.1.8 – Distribuição dos projetos por setor – Ano

10.2.1.1.1 - Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas - Anual

SETOR	Projetos decididos - aprovados				Projetos contratados			
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)
Avicultura	1	7,45	1	7,45	1	7,45	1	7,45
Bovicultura	1	44,03	1	44,03	1	44,03	1	44,03
Cultura de frutos de casca rija/frutos secos	1	31,14	1	31,14	1	31,14	1	31,14
Cultura de pequenos frutos e bagas	5	137,57	6	137,57	6	175,78	6	175,78
Cultura de pomáceas e prunóideas	1	40,92	1	40,92	1	40,92	1	40,92
Cultura de produtos hortícolas, raízes e tubérculos	1	33,23	1	33,23	1	33,23	1	33,23
Viticultura	4	94,36	4	94,36	4	94,36	4	94,36
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>388,7</b>	<b>15</b>	<b>388,7</b>	<b>15</b>	<b>426,91</b>	<b>15</b>	<b>426,91</b>



### 2.3.1.11 – Projetos pagos por setor

Setor	ANUAL						ACUMULADO		
	Nº	Investimento	Desp. Pública	FEADER	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER	
Apicultura	0	0	0	0	0	0	0	0	
Avicultura	2	48,03	23,88	20,3	5	120,67	59,01	50,96	
Bovinicultura	1	45,12	16,75	14,24	2	77,33	32,58	27,7	
Caprinicultura	0	0	0	0	0	0	0	0	
Cerealicultura (excepto arroz)	0	0	0	0	0	0	0	0	
Cultura de citrinos	0	0	0	0	0	0	0	0	
Cultura de frutos de casca rija/frutos secos	2	39,38	17,86	15,18	2	39,38	17,86	15,18	
Cultura de frutos tropicais e subtropicais	0	0	0	0	0	0	0	0	
Cultura de outros frutos em árvores e arbustos	1	17,52	8,76	7,45	1	17,52	8,76	7,45	
Cultura de pequenos frutos e bagas	13	210,65	94,37	80,6	18	247,91	111,3	95,32	
Cultura de pomáceas e prunóideas	0	0	0	0	2	14,48	6,58	5,59	
Cultura de produtos hortícolas, raízes e tubérculos	2	26,28	13,14	11,17	2	26,28	13,14	11,17	
Helicicultura	0	0	0	0	0	0	0	0	
Olivicultura	1	18,93	9,45	8,03	2	46,05	21,45	18,23	
Ovinicultura	0	0	0	0	1	0,76	0,38	0,32	
Suinicultura	0	0	0	0	0	0	0	0	
Viticultura	5	92,85	38,69	32,88	6	109,16	46,78	39,76	
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>498,76</b>	<b>222,9</b>	<b>189,85</b>	<b>41</b>	<b>699,54</b>	<b>317,84</b>	<b>271,68</b>	





**ADDLAP**  
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL AGRÍCOLA DO ALENTEJO

### 2.3.1.12 – Projetos pagos por tipologia de investimento

10.2.1.1.1 - Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas Projetos pagos *									
Tipologia de Investimento	ANUAL					ACUMULADO			
	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER	
Edifícios e outras construções	19	82,83	36,96	31,41	29	115,46	53,2	45,79	
Equipamentos	125	196,02	89,1	75,77	165	297,94	137,13	117,17	
Investimentos imateriais	18	6,12	2,4	2,04	29	9,24	3,66	3,12	
Investimentos não elegíveis	1	0	0	0	1	0	0	0	
Máquinas	18	93,19	41,52	35,3	29	150,32	68,2	57,97	
Plantações	23	120,6	52,93	45,33	29	126,59	55,64	47,64	
<b>TOTAL</b>	<b>204</b>	<b>498,76</b>	<b>222,91</b>	<b>189,85</b>	<b>282</b>	<b>699,55</b>	<b>317,83</b>	<b>271,69</b>	

### 2.3.2 – Op. 10.2.1.2 Pequenos Investimentos na Transformação e comercialização

#### 2.3.2.1 – Candidaturas apresentadas por anúncio/período

Anúncio / Período	Data Início	Data Fim	Data Fim	Dotação despesa pública [Mil euros]	Ano			Acumulado
					Candidaturas apresentadas	Investimento [Mil euros]	Candidaturas apresentadas	
PDR2020-ADDLAP-10212-001	28/07/2016	30/11/2016		217,24	0	0	4	360,34
PDR2020-ADDLAP-10212-002	12/03/2018	23/06/2018		260	0	0	2	78
PDR2020-ADDLAP-10212-003	05/07/2019	30/08/2019		445,53	0	0	3	637,52
PDR2020-ADDLAP-10212-004	29/11/2019	17/01/2020		200	0	0	6	1005,37
PDR2020-ADDLAP-10212-005	28/07/2020	21/08/2020		175	0	0	2	484,88
PDR2020-ADDLAP-10212-006	25/11/2021	14/01/2022		150	0	0	0	0
PDR2020-ADDLAP-10212-007	02/12/2021	11/02/2022		172,81	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>				<b>1620,58</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>17</b>	<b>2566,11</b>



### 2.3.2.2 – Processo de decisão - Ano

#### 10.2.1.2 – Pequenos Investimentos na transformação e comercialização – ANUAL

Anúncio	Candidaturas apresentadas		Candidaturas desistidas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Projetos contratados					
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Não aprovadas		Sem dotação		Aprovadas		Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)	
							Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)				Nº
PDR2020-ADDLAP-10212-001	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
PDR2020-ADDLAP-10212-002	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
PDR2020-ADDLAP-10212-003	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
PDR2020-ADDLAP-10212-004	0	0	0	0	1	122,95	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
PDR2020-ADDLAP-10212-005	0	0	0	0	1	261,87	0	0	0	0	484,88	2	305,28	87,65	74,51	
PDR2020-ADDLAP-10212-006	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	261,87	89,26	75,87	
PDR2020-ADDLAP-10212-007	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>384,32</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>484,88</b>	<b>3</b>	<b>567,15</b>	<b>176,91</b>	<b>150,38</b>

Todas as análises são análises integrais



**ADDLAP**  
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DO ALENTEJO

### 2.3.2.3 – Processo de decisão – Acumulado

Anúncio	10.2.1.2 - Pequenos investimentos na transformação e comercialização – ACUMULADO															
	Candidaturas apresentadas			Candidaturas desistidas			Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Projetos contratados			
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
PDR2020-ADDLAP-10212-001	4	360,34	1	107,66	3	242,78	2	141,82	0	0	1	100,96	1	100,96	37,23	31,65
PDR2020-ADDLAP-10212-002	2	78	1	24,83	1	53,18	1	53,18	0	0	0	0	0	0	0	0
PDR2020-ADDLAP-10212-003	3	637,52	1	228,97	2	408,54	1	186,07	0	0	1	222,47	1	222,47	77,15	65,58
PDR2020-ADDLAP-10212-004	6	1005,37	2	478,29	4	527,08	0	0	0	0	4	527,08	4	527,08	169,93	144,44
PDR2020-ADDLAP-10212-005	2	484,88	0	0	2	484,88	0	0	0	0	2	484,88	1	261,87	89,26	75,87
PDR2020-ADDLAP-10212-006	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PDR2020-ADDLAP-10212-007	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>	<b>2566,11</b>	<b>5</b>	<b>839,75</b>	<b>12</b>	<b>1716,46</b>	<b>4</b>	<b>381,07</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>1335,39</b>	<b>7</b>	<b>1112,38</b>	<b>373,57</b>	<b>317,54</b>

### 2.3.2.4 – Distribuição dos projetos por tipologia do promotor – Ano

Tipologia de Promotor	10.2.1.2 - Pequenos investimentos na transformação e comercialização – ANUAL															
	Projetos aprovados						Projetos contratados									
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)				
Organismos públicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PME	2	484,88	3	567,15	3	176,91	3	176,91	3	567,15	3	176,91	3	176,91	176,91	176,91
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>484,88</b>	<b>3</b>	<b>567,15</b>	<b>3</b>	<b>176,91</b>	<b>3</b>	<b>176,91</b>	<b>3</b>	<b>567,15</b>	<b>3</b>	<b>176,91</b>	<b>3</b>	<b>176,91</b>	<b>176,91</b>	<b>176,91</b>

### 2.3.2.5 – Distribuição dos projetos por tipologia do promotor – Acumulado

#### 10.2.1.2 - Pequenos investimentos na transformação e comercialização – ACUMULADO

Tipologia de Promotor	Projetos aprovados			Projetos contratados		
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	
Organismos públicos	0	0	0	0	0	
Outros	0	0	0	0	0	
PME	8	1335,39	7	1112,39	373,57	
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>1335,39</b>	<b>7</b>	<b>1112,39</b>	<b>373,57</b>	

### 2.3.2.6 – Distribuição dos projetos por tipologia de investimento – Ano

#### 10.2.1.2 - Pequenos investimentos na transformação e comercialização – ANUAL

Tipologia de Investimento	Candidaturas decididas			Projetos contratados		
	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)
Edifícios e outras construções	0	0	0	2	165,44	43,79
Equipamentos	3	426,37	164,91	8	364,14	128,09
Investimentos imateriais	2	9,35	3,38	3	19,79	5,04
Investimentos não elegíveis	2	49,15	0	1	17,79	0
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>484,87</b>	<b>168,29</b>	<b>14</b>	<b>567,16</b>	<b>176,92</b>

### 2.3.2.7 – Distribuição dos projetos por tipologia de investimento – Acumulado

#### 10.2.1.2 - Pequenos investimentos na transformação e comercialização – ACUMULADO

Tipologia de Investimento	Candidaturas decididas			Projetos contratados		
	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)
Edifícios e outras construções	4	240,49	68,41	4	240,49	68,41
Equipamentos	18	970,27	371,14	17	782,45	293,5
Investimentos imateriais	8	52,14	13,05	7	48,32	11,66
Investimentos não elegíveis	5	72,49	0	4	41,12	0
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>	<b>1335,39</b>	<b>452,6</b>	<b>32</b>	<b>1112,38</b>	<b>373,57</b>

### 2.3.2.8 – Distribuição dos projetos setor – Ano

#### 10.2.1.2 - Pequenos investimentos na transformação e comercialização – ANUAL

SETOR	Projetos aprovados			Projetos contratados		
	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)
Azeite	1	223	0	0	0	0
Produtos alimentares n. e.	0	0	0	2	305,28	87,65
Vinho	1	261,87	0	1	261,87	89,26
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>484,87</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>567,15</b>	<b>176,91</b>

### 2.3.2.9 – Distribuição dos projetos setor – Acumulado

SETOR	Projetos aprovados				Projetos contratados			
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Desp. Pública (mil euros)
Azeite	1	223	0	0	0	0	0	0
Carne de suíno	0	0	0	0	0	0	0	0
Frutas e produtos hortícolas	1	100,96	1	100,96	1	100,96	1	37,23
Frutas e produtos hortícolas transformados	2	415,91	2	415,91	2	415,91	2	149,99
Leite e produtos lácteos	1	28,37	1	28,37	1	28,37	1	9,43
Produtos alimentares n. e	2	305,28	2	305,28	2	305,28	2	87,65
Vinho	1	261,87	1	261,87	1	261,87	1	89,26
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>1335,39</b>	<b>7</b>	<b>1112,39</b>				<b>373,56</b>

### 2.3.2.10 – Projetos pagos por tipologia de promotor

Tipologia do promotor	ANUAL				ACUMULADO			
	Nº	Investimento	Desp. Pública	FEADER	Nº	Investimento	Desp. Pública	FEADER
Organismos públicos	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
PME	4	286,12	128,58	109,29	6	438,74	194,64	165,44
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>286,12</b>	<b>128,58</b>	<b>109,29</b>	<b>6</b>	<b>438,74</b>	<b>194,64</b>	<b>165,44</b>



**ADDLAP**  
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DO ALENTEJO

### 2.3.2.11 – Projetos pagos por setor

#### 10.2.1.2 - Pequenos investimentos na transformação e comercialização - Projetos pagos

Setor	ANUAL						ACUMULADO					
	Nº	Investimento	Desp. Pública	FEADER	Nº	Investimento	Desp. pública	Investimento	Desp. pública	FEADER		
Azeite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Carne de suíno	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Frutas e produtos hortícolas	1	82,18	36,98	31,44	1	82,18	36,98			31,44		
Frutas e produtos hortícolas transformados	1	5,37	2,24	1,91	2	137,26	61,56			52,33		
Leite e produtos lácteos	1	1,71	0,77	0,65	1	1,71	0,77			0,65		
Produtos alimentares n. e.	0	0	0	0	1	20,73	6,74			5,73		
Vinho	1	196,85	88,58	75,3	1	196,85	88,58			75,3		
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>286,11</b>	<b>128,57</b>	<b>109,3</b>	<b>6</b>	<b>438,73</b>	<b>194,63</b>			<b>165,45</b>		

### 2.3.2.12 – Projetos pagos por tipologia de investimento

#### Pequenos investimentos na transformação e comercialização Projetos pagos \*

Tipologia de Investimento	ANUAL						ACUMULADO					
	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER	Nº	Investimento	Desp. pública	Investimento	Desp. pública	FEADER		
Efícios e outras construções	5	1,56	0,7	0,5	7	47,03	18,58			15,79		
Equipamentos	9	277,84	124,89	106,16	15	382,49	171,98			146,18		
Investimentos imateriais	4	6,72	2,98	2,54	6	9,22	4,08			3,47		
Investimentos não elegíveis	3	0	0	0	4	0	0			0		
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	<b>286,12</b>	<b>128,57</b>	<b>109,3</b>	<b>32</b>	<b>438,74</b>	<b>194,64</b>			<b>165,44</b>		

**2.3.3 – Op. 10.2.1.3 Diversificação de atividades na exploração**  
**2.3.3.1 – Candidaturas apresentadas por anúncio/período**

Anúncio / Período	10.2.1.3 - Diversificação de atividades na exploração				Ano			Acumulado		
	Data início	Data fim	Dotação despesa pública (Mil euros)	Candidaturas apresentadas	Investimento (Mil euros)	Candidaturas apresentadas	Investimento (Mil euros)	Candidaturas apresentadas	Investimento (Mil euros)	
PDR2020-ADDLAP-10213-001	26/12/2016	13/03/2017	352	0	0	6	1177,23			
PDR2020-ADDLAP-10213-002	02/01/2019	29/03/2019	348,59	0	0	6	1130,36			
<b>TOTAL</b>			<b>700,59</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>2307,59</b>			

**2.3.3.2 – Processo de decisão – Ano**

Anúncio	10.2.1.3 - Diversificação de atividades na exploração – ANUAL											
	Candidaturas apresentadas			Candidaturas desistidas			Candidaturas analisadas			Candidaturas decididas		
	Nº	Investimento (mil euros)		Nº	Investimento (mil euros)		Nº	Investimento (mil euros)		Nº	Investimento (mil euros)	
PDR2020-ADDLAP-10213-001	0	0		0	0		0	0		0	0	
PDR2020-ADDLAP-10213-002	0	0		0	0	3	534,28		0	0	1	140,56
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>534,28</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>140,56</b>

Projetos contratados		
Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
0	0	0
140,56	44,54	37,86
<b>140,56</b>	<b>44,54</b>	<b>37,86</b>

**Todas as análises são análises integrals**





**ADDLAP**  
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E RURAL DO ALENTEJO

### 2.3.3.3 – Processo de decisão – Acumulado

#### 10.2.1.3 - Diversificação de atividades na exploração – ACUMULADO

Anúncio	Candidaturas apresentadas		Candidaturas desistidas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Projetos contratados							
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Não aprovadas		Sem dotação		Aprovadas		Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	FEADER (mil euros)
							Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)						
PDR2020-ADDLAP-10213-001	6	1177,23	2	274,66	4	902,22	2	389,78	0	0	2	512,44	2	512,44	2	151,05	129,84	
PDR2020-ADDLAP-10213-002	6	1130,36	1	239,75	5	890,61	0	0	0	0	5	890,61	5	890,61	5	237,92	253,23	
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>2307,59</b>	<b>3</b>	<b>514,41</b>	<b>9</b>	<b>1792,83</b>	<b>2</b>	<b>389,78</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>1403,05</b>	<b>7</b>	<b>1403,05</b>	<b>7</b>	<b>448,97</b>	<b>383,07</b>	

### 2.3.3.4 – Distribuição dos projetos por tipologia do promotor – Ano

#### 10.2.1.3 - Diversificação de atividades na exploração – ANUAL

Tipologia de Promotor	Projetos aprovados				Projetos contratados												
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	FEADER (mil euros)
Organismos públicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PME	0	0	0	0	1	140,56	1	140,56	1	140,56	1	140,56	1	140,56	1	44,54	44,54
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>140,56</b>	<b>1</b>	<b>140,56</b>	<b>1</b>	<b>140,56</b>	<b>1</b>	<b>140,56</b>	<b>1</b>	<b>140,56</b>	<b>1</b>	<b>44,54</b>	<b>44,54</b>



**ADDLAP**  
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO  
LOCAL DO ALENTEJO

### 2.3.3.5 – Distribuição dos projetos por tipologia do promotor – Acumulado

#### 10.2.1.1.3 - Diversificação de atividades na exploração – Acumulado

Tipologia de Promotor	Projetos aprovados			Projetos contratados		
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	
Organismos públicos	0	0	0	0	0	
Outros	0	0	0	0	0	
PME	7	1403,05	7	1403,05	448,96	
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>1403,05</b>	<b>7</b>	<b>1403,05</b>	<b>448,96</b>	

### 2.3.3.6 – Distribuição dos projetos por tipologia de investimento – Ano

#### 10.2.1.1.3 - Diversificação de atividades na exploração – ANUAL

Tipologia de Investimento	Candidaturas decididas			Projetos contratados		
	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)
Edifícios e outras construções	0	0	0	1	91,71	35,12
Equipamentos	0	0	0	3	24,02	6,44
Investimentos imateriais	0	0	0	3	11,34	2,98
Investimentos não elegíveis	0	0	0	1	13,5	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>140,57</b>	<b>44,54</b>



**ADDLAP**  
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DO ALENTEJO

### 2.3.3.7 – Distribuição dos projetos por tipologia de investimento – Acumulado

Tipologia de investimento	Candidaturas decididas				Projetos contratados			
	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)		
Edifícios e outras construções	10	882,1	316	10	882,1	316		
Equipamentos	19	372,43	117,13	19	372,43	117,13		
Investimentos imateriais	12	54,5	15,84	12	54,5	15,84		
Investimentos não elegíveis	3	94,03	0	3	94,03	0		
<b>TOTAL</b>	<b>44</b>	<b>1403,06</b>	<b>448,97</b>	<b>44</b>	<b>1403,06</b>	<b>448,97</b>		

### 2.3.3.8 – Projetos pagos por tipologia de promotor

Setor	ANUAL							ACUMULADO						
	Nº	Investimento	Desp. Pública	FEADER	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER		
Organismos públicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
PME	6	445,08	200,43	171,81	7	452,24	203,81	174,68	7	452,24	203,81	174,68		
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>445,08</b>	<b>200,43</b>	<b>171,81</b>	<b>7</b>	<b>452,24</b>	<b>203,81</b>	<b>174,68</b>	<b>7</b>	<b>452,24</b>	<b>203,81</b>	<b>174,68</b>		

### 2.3.3.9 – Projetos pagos por tipologia de investimento

Pequenos investimentos na transformação e comercialização Projetos pagos *									
Tipologia de Investimento	ANUAL					ACUMULADO			
	Nº	Investimento	Desp. Pública	FEADER	Nº	Investimento	Desp. Pública	FEADER	
Edifícios e outras construções	9	310,26	138,85	119,05	10	311,27	139,35	119,48	
Equipamentos	17	123,87	57,07	48,93	19	123,87	57,07	48,93	
Investimentos imateriais	10	10,95	4,51	3,83	12	17,11	7,39	6,28	
Investimentos não elegíveis	3	0	0	0	3	0	0	0	
Máquinas	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>TOTAL</b>	<b>39</b>	<b>445,08</b>	<b>200,43</b>	<b>171,81</b>	<b>44</b>	<b>452,25</b>	<b>203,81</b>	<b>174,69</b>	

### 4 – Op. 10.2.1.4 Cadeias Curtas e Mercados Locais

#### 2.3.4.1 – Candidaturas apresentadas por anúncio/periodo

Anúncio / Período	10.2.1.4 - Cadeias curtas e mercados locais					Ano			Acumulado
	Data início	Data fim	Dotação despesa pública [Mil euros]	Candidaturas apresentadas	Investimento [Mil euros]	Candidaturas apresentadas	Investimento [Mil euros]		
PDR2020-ADDLAP-10214-001	02/04/2018	27/07/2018	336	0	0	3	571,54		
PDR2020-ADDLAP-10214-002	29/11/2019	22/01/2020	50	0	0	5	72,85		
<b>TOTAL</b>			<b>386</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>644,39</b>		



### 2.3.4.4 – Distribuição dos projetos por tipologia do promotor – Ano

#### 10.2.1.4 - Cadeias curtas e mercados locais – ANUAL

Tipologia de Promotor	Projetos aprovados			Projetos contratados		
	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)
Organismos públicos	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
PME	1	16,95	7,86	1	16,95	7,86
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>16,95</b>	<b>7,86</b>	<b>1</b>	<b>16,95</b>	<b>7,86</b>

### 2.3.4.5 – Distribuição dos projetos por tipologia do promotor – Acumulado

#### 10.2.1.4 - Cadeias curtas e mercados locais – ACUMULADO

Tipologia de Promotor	Projetos aprovados			Projetos contratados		
	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)
Organismos públicos	3	571,54	219,1	3	571,54	219,1
Outros	0	0	0	0	0	0
PME	5	72,85	35,26	5	72,85	35,26
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>644,39</b>	<b>254,36</b>	<b>8</b>	<b>644,39</b>	<b>254,36</b>



**ADDLAP**  
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO  
LOCAL E PARTICIPAÇÃO

### 2.3.4.6 – Distribuição dos projetos por tipologia de investimento – Anual

#### 10.2.1.4 - Cadeias curtas e mercados locais – ANUAL

Tipologia de Investimento	Candidaturas decididas				Projetos contratados			
	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	Nº	
Custos de participação em feiras, certames e concursos	1	16,24	7,49	1	16,24	7,49	1	
Edifícios e outras construções	0	0	0	0	0	0	0	
Equipamentos	1	0,35	0,14	1	0,35	0,14	1	
Investimentos imateriais	1	0,36	0,23	1	0,36	0,23	1	
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>16,95</b>	<b>7,86</b>	<b>3</b>	<b>16,95</b>	<b>7,86</b>	<b>3</b>	

### 2.3.4.7 – Distribuição dos projetos por tipologia de investimento – Acumulado

#### 10.2.1.4 - Cadeias curtas e mercados locais – ACUMULADO

Tipologia de Investimento	Candidaturas decididas				Projetos contratados			
	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	Nº	
Custos de participação em feiras, certames e concursos	5	55,2	28,37	5	55,2	28,37	5	
Edifícios e outras construções	3	524,56	199,38	3	524,56	199,38	3	
Equipamentos	10	24,22	9,86	10	24,22	9,86	10	
Investimentos imateriais	13	40,42	16,76	13	40,42	16,76	13	
<b>TOTAL</b>	<b>31</b>	<b>644,4</b>	<b>254,37</b>	<b>31</b>	<b>644,4</b>	<b>254,37</b>	<b>31</b>	

### 2.3.4.8 – Projetos pagos por tipologia de promotor

10.2.1.4 - Cadeias curtas e mercados locais - Projetos pagos										
Setor	ANUAL							ACUMULADO		
	Nº	Investimento	Desp. Pública	FEADER	Nº	Investimento	Desp. Pública	FEADER	Investimento	Desp. Pública
Organismos públicos	2	175,61	99,02	84,17	3	186,25	104,03	88,43		
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0		
PME	5	11,2	8,42	7,16	5	11,2	8,42	7,16		
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>186,81</b>	<b>107,44</b>	<b>91,33</b>	<b>8</b>	<b>197,45</b>	<b>112,45</b>	<b>95,59</b>		

### 2.3.4.9 – Projetos pagos por tipologia de investimento

10.2.1.4 - Cadeias curtas e mercados locais - Projetos pagos *										
Tipologia de investimento	ANUAL							ACUMULADO		
	Nº	Investimento	Desp. Pública	FEADER	Nº	Investimento	Desp. Pública	FEADER	Investimento	Desp. Pública
Costos de participação em feiras, certames e concursos	5	9,48	7,58	6,45	5	9,48	7,58	6,45		
Edifícios e outras construções	2	172,97	49,51	42,08	3	178,75	52,4	44,54		
Equipamentos	6	1,72	0,84	0,71	6	1,72	0,84	0,71		
Investimentos imateriais	6	2,64	0	0	9	7,5	2,13	1,81		
Máquinas	0	0	0	0	0	0	0	0		
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>	<b>186,81</b>	<b>57,93</b>	<b>49,24</b>	<b>23</b>	<b>197,45</b>	<b>62,95</b>	<b>53,51</b>		







**ADDLAP**  
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DO ALENTEJO

### 2.3.6.2 – Processo de decisão – Ano

10.2.1.6 – Renovação de aldeias – ANUAL

Anúncio	Candidaturas apresentadas		Candidaturas desistidas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Projetos contratados							
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Não aprovadas		Sem dotação		Aprovadas		Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	FEADER (mil euros)
							Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)						
PDR2020-ADDLAP-10216-001	0	0	0	0	1	83,17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PDR2020-ADDLAP-10216-002	0	0	1	45,29	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PDR2020-ADDLAP-10216-003	0	0	0	0	7	984,31	0	0	0	0	6	850,76	6	850,76	457,46	6	850,76	388,84
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>45,29</b>	<b>8</b>	<b>1.067,48</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>850,76</b>	<b>6</b>	<b>850,76</b>	<b>457,46</b>	<b>6</b>	<b>850,76</b>	<b>388,84</b>

\* Todas as análises são integrais

### 2.3.6.3 – Processo de decisão – Acumulado

10.2.1.6 – Renovação de aldeias - ACUMULADO

Anúncio	Candidaturas apresentadas		Candidaturas desistidas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Projetos contratados							
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Não aprovadas		Sem dotação		Aprovadas		Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	FEADER (mil euros)
							Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)						
PDR2020-ADDLAP-10216-001	7	569,14	2	169,75	5	399,39	0	0	0	0	5	399,39	5	399,39	178,83	5	399,39	156,42
PDR2020-ADDLAP-10216-002	5	225,29	1	45,29	4	179,46	2	94,48	0	0	2	84,98	2	84,98	37,28	2	84,98	31,69
PDR2020-ADDLAP-10216-003	14	1808,88	0	0	14	1814,69	0	0	0	0	14	1814,69	14	1814,69	1205,75	14	1814,69	1024,89
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	<b>2603,31</b>	<b>3</b>	<b>215,04</b>	<b>23</b>	<b>2393,54</b>	<b>2</b>	<b>94,48</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>21</b>	<b>2299,06</b>	<b>21</b>	<b>2299,06</b>	<b>1421,86</b>	<b>21</b>	<b>2299,06</b>	<b>1213</b>

\* Todas as análises são integrais



**ADDIAP**  
ASSOCIAÇÃO DE ALDEIAS DO INTERIOR  
ALENTEJANO

### 2.3.6.4 – Distribuição dos projetos por tipologia do promotor – Ano

Tipologia de Promotor	Projetos aprovados			Projetos contratados		
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	
Organismos públicos	5	727,25	5	727,25	358,66	
Outros	1	123,51	1	123,51	98,81	
PME	0	0	0	0	0	
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>850,76</b>	<b>6</b>	<b>850,76</b>	<b>457,47</b>	

### 2.3.6.5 – Distribuição dos projetos por tipologia do promotor – Acumulado

Tipologia de Promotor	Projetos aprovados			Projetos contratados		
	Nº	Investimento (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	
Organismos públicos	20	2175,54	20	2175,54	1323,05	
Outros	1	123,51	1	123,51	98,81	
PME	0	0	0	0	0	
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	<b>2299,05</b>	<b>21</b>	<b>2299,05</b>	<b>1421,86</b>	

### 2.3.6.6 – Distribuição dos projetos por tipologia de investimento – Ano

#### 10.2.1.6 – Renovação de aldeias – ANUAL

Tipologia de investimento	Candidaturas decididas				Projetos contratados				
	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)
Edifícios e outras construções	7	673,31	349,4	7	673,31	349,4		673,31	349,4
Equipamentos	9	116,41	67,13	9	116,41	67,13		116,41	67,13
Investimentos imateriais	9	61,04	40,93	9	61,04	40,93		61,04	40,93
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>850,76</b>	<b>457,46</b>	<b>25</b>	<b>850,76</b>	<b>457,46</b>		<b>850,76</b>	<b>457,46</b>

### 2.3.6.7 – Distribuição dos projetos por tipologia de investimento – Acumulado

#### 10.2.1.6 – Renovação de aldeias – ACUMULADO

Tipologia de investimento	Candidaturas decididas				Projetos contratados				
	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	Nº	Investimento (mil euros)	Desp. Pública (mil euros)
Edifícios e outras construções	20	1645,04	1046,38	20	1645,04	1046,38		1645,04	1046,38
Equipamentos	34	340,27	189,6	34	340,27	189,6		340,27	189,6
Investimentos imateriais	34	313,75	185,88	34	313,75	185,88		313,75	185,88
<b>TOTAL</b>	<b>88</b>	<b>2299,06</b>	<b>1421,86</b>	<b>88</b>	<b>2299,06</b>	<b>1421,86</b>		<b>2299,06</b>	<b>1421,86</b>

### 2.3.6.8 – Projetos pagos por tipologia de promotor

10.2.1.6 – Renovação de aldeias - Projetos pagos									
Tipologia do promotor	ANUAL					ACUMULADO			
	Nº	Investimento	Desp. Pública	FEADER	Nº	Investimento	Desp. Pública	FEADER	
Organismos públicos	8	298,15	316,95	270,92	15	561,35	644,75	552,45	
Outros	1	37,75	30,2	25,67	1	37,75	30,2	25,67	
PMIE	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>335,9</b>	<b>347,15</b>	<b>296,59</b>	<b>16</b>	<b>599,1</b>	<b>674,95</b>	<b>578,12</b>	

### 2.3.6.9 – Projetos pagos por tipologia de investimento

10.2.1.6 - Renovação de aldeias - Projetos pagos *									
Tipologia de Investimento	ANUAL					ACUMULADO			
	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER	Nº	Investimento	Desp. pública	FEADER	
Edifícios e outras construções	9	209,26	123,63	105,08	16	433,89	246,36	209,4	
Equipamentos	15	64,92	18,13	15,41	26	74,54	21,74	18,48	
Investimentos Imateriais	16	61,72	17,31	14,72	27	90,69	34,39	29,69	
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>335,9</b>	<b>159,07</b>	<b>135,21</b>	<b>69</b>	<b>599,12</b>	<b>302,49</b>	<b>257,57</b>	



**ADDLAP**  
ASSOCIAÇÃO DE DESenvOLVIMENTO  
RURAL E ALTO PLANO

## **ANEXO II - Relatório “Instrumentos de Avaliação do DLBC Rural e Visão Estratégica para o Futuro”**



**Relatório “Instrumentos de Avaliação do DLBC Rural e  
Visão Estratégica para o futuro” (R1)**

“Instrumentos de Avaliação DLBC e Visão Estratégica para o Futuro”

**Associação de Desenvolvimento Dão, Lafões e Alto Paiva (ADDLAP)**

Março 2021 | PR-04859

Informação sobre o documento

Cliente	Associação de Desenvolvimento Dão, Lafões e Alto Paiva (ADDLAP)
Designação do Projeto	Serviços de consultadoria "Instrumentos de Avaliação DLBC e Visão Estratégica para o Futuro"
Referência do Projeto	PR-04859
Designação do entregável	Relatório "Instrumentos de Avaliação do DLBC Rural e Visão Estratégica para o Futuro" (R1)
Imagem da capa	<a href="http://www.addlap.pt">www.addlap.pt</a>
Referência do ficheiro	ADDLAP_R1_InstrumentosAvaliacao_Visao2030.pdf
N.º de páginas	106
Autoria	Equipa do Estudo (SPI) Augusto Medina, Liliana Godinho, Paula Bernardo, Susana Loureiro
Data	17 de março de 2021 (versão original) 08 de abril de 2021 (versão revista)



## ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	7
2	OBJETIVOS E METODOLOGIA	8
3	ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL – ANÁLISE DO PERCURSO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DE INTERVENÇÃO NO PERÍODO 2014-2020	14
3.1	Traços gerais do processo de construção da EDL	14
3.2	Dimensões estratégicas consideradas na EDL/DLBC	17
3.3	Implementação e avaliação da EDL	21
4	ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DE MACRO ESCALA	28
4.1	Quadros estratégicos de referência	28
4.2	Avaliação de estratégias de desenvolvimento local	55
5	CONCLUSÕES E CONTRIBUTOS	59
5.1	Contributos para a visão estratégica para o futuro – linhas estratégicas 2030	59
5.2	Contributos para a avaliação do DLBC rural	73
6	ANEXOS	81
6.1	Anexo I – Síntese dos resultados obtidos através da aplicação de métodos diretos de recolha de informação	81
6.2	Anexo II – Relação de Associados do GAL ADDLAP	93
6.3	Anexo III – Excerto RCM 98/2020 de 13 de novembro	95
6.4	Anexo IV – Modelos de questionários de avaliação desenvolvidos pela ADDLAP	98

## ÍNDICE DE FIGURAS:

Figura 1. Metodologia de trabalho .....	8
Figura 2. Território de Atuação .....	15
Figura 3. PDR 2020 – execução da medida 10 – abordagem LEADER e ponto de situação DLBC por fundo comunitário (setembro 2019) .....	26
Figura 4. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável .....	29
Figura 5. Novo orçamento europeu Quadro Financeiro Plurianual e Next Generation EU (parte I) .....	33
Figura 6. Novo orçamento europeu Quadro Financeiro Plurianual e Next Generation EU (parte II) .....	34
Figura 7. Eixos de intervenção Viseu Dão Lafões 2030.....	46
Figura 8. Objetivos gerais e específicos da PAC 2021-2027 .....	51
Figura 9. Desafios nacionais e objetivos da PAC .....	53
Figura 10. Monitorização e avaliação .....	55
Figura 11. Questões essenciais a responder nas etapas de avaliação.....	56
Figura 12. Aspetos metodológicos chave para a construção da visão estratégica 2030.....	59
Figura 13. Proposta de dimensões estratégicas/domínios de intervenção a avaliar e incorporar na visão de futuro ADDLAP 2030 .....	69
Figura 14. Cronograma proposto para o planeamento e implementação da avaliação .....	73
Figura 15. Propostas de instrumentos a incluir no sistema de monitorização e avaliação .....	75
Figura 16. Exemplo de modelo de suporte à recolha de informação/indicadores de contexto .....	76
Figura 17. Metodologia de construção do barómetro da EDL .....	77
Figura 18. Exemplo de barómetro/boas práticas.....	78

## ÍNDICE DE TABELAS:

Tabela 1. Síntese das conclusões das sessões de trabalho individuais e sessão conjunta .....	11
Tabela 2. Análise SWOT da situação territorial .....	16
Tabela 3. Objetivos estratégicos da EDL/DLBC do GAL ADDLAP .....	18
Tabela 4. Utilização dos apoios financeiros para a concretização dos objetivos específicos.....	20
Tabela 5. Sistematização dos fatores de insucesso e dos fatores extraordinários de insucesso .....	23
Tabela 6. Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 .....	30
Tabela 7. Afetação orçamental a favor de Portugal por programa / instrumento europeu .....	35
Tabela 8. Domínios estratégicos e eixos de Intervenção da Agenda Temática 1 .....	36
Tabela 9. Domínios estratégicos e eixos de Intervenção da Agenda Temática 2 .....	37
Tabela 10. Domínios estratégicos e eixos de Intervenção da Agenda Temática 3 .....	38
Tabela 11. Domínios estratégicos e eixos de Intervenção da Agenda Temática 4 .....	39
Tabela 12. Constrangimentos e desafios – Região Centro 2030.....	42
Tabela 13. Prioridades estratégicas .....	43
Tabela 14. Exemplos de projetos estruturantes .....	46
Tabela 15. Eixos de intervenção, domínios prioritários para a ação e objetivos estratégicos Viseu Dão Lafões 2030 ..	47
Tabela 16. Etapas da avaliação da LEADER/DLBC a nível do GAL (pressupostos obrigatórios e recomendados).....	56
Tabela 17. Etapas do trabalho de avaliação e exemplos de métodos a implementar .....	58
Tabela 18. Síntese da abordagem metodológica para o desenho e implementação de uma EDL .....	61
Tabela 19. Matriz de correlação entre os objetivos específicos e domínios de intervenção da EDL e as macro estratégias 2030.....	66
Tabela 20. Sistema comum de acompanhamento e avaliação para o desenvolvimento rural.....	74

## SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>AD&amp;C:</b> Agência para o Desenvolvimento e Coesão	<b>FEADER:</b> Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
<b>ADDLAP:</b> Associação de Desenvolvimento Dão, Lafões e Alto Paiva	<b>FEAGA:</b> Fundo Europeu de Garantia Agrícola
<b>ADL:</b> Associação de Desenvolvimento Local	<b>FEAMP:</b> Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
<b>AG:</b> Autoridade de Gestão	<b>FEDER:</b> Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
<b>AIRV:</b> Associação Empresarial da Região de Viseu	<b>FEEI:</b> Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
<b>ALV:</b> Aprendizagem ao Longo da Vida	<b>FMT:</b> Federação Minha Terra
<b>APA:</b> Agência Portuguesa do Ambiente	<b>FSE:</b> Fundo Social Europeu
<b>CAE:</b> Comissão de Acompanhamento Estratégico	<b>GAL:</b> Grupo de Ação Local
<b>CCDR:</b> Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional	<b>GNL:</b> Gás Natural Liquefeito
<b>CCDR:</b> Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	<b>GPP:</b> Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
<b>CE:</b> Comissão Europeia	<b>GT:</b> Grupo de Trabalho
<b>CERV:</b> Conselho Empresarial da Região de Viseu	<b>I&amp;D:</b> Investigação e Desenvolvimento
<b>CIM:</b> Comunidade Intermunicipal	<b>I&amp;I:</b> Investigação e Inovação
<b>CIMVDL:</b> Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões	<b>IC:</b> Itinerário Complementar
<b>COVID-19:</b> <i>Corona Virus Disease 2019</i> (Doença por Coronavírus – 2019)	<b>ICNF:</b> Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
<b>CVRDÃO:</b> Comissão Vitivinícola Regional do Dão	<b>IDE:</b> Investimento Direto Estrangeiro
<b>DI:</b> Domínios de Intervenção	<b>IEFP:</b> Instituto do Emprego e Formação Profissional
<b>DLBC:</b> Desenvolvimento Local de Base Comunitária	<b>IFAP:</b> Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas
<b>DOP:</b> Denominação de Origem Protegida	<b>IGP:</b> Indicação Geográfica Protegida
<b>DRAP:</b> Direção Regional de Agricultura e Pescas	<b>INE:</b> Instituto Nacional de Estatística
<b>DRAPC:</b> Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro	<b>IP:</b> Itinerário Principal
<b>EDL:</b> Estratégia de Desenvolvimento Local	<b>ISS:</b> Instituto da Segurança Social
<b>EDLBC:</b> Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária	<b>IPSS:</b> Instituição Particular de Solidariedade Social
<b>EIDT:</b> Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial	<b>IPV:</b> Instituto Politécnico de Viseu
<b>ENRD:</b> <i>European Network for Rural Development</i> (Rede Europeia do Desenvolvimento Rural)	<b>LA:</b> Linhas de Ação
<b>ESAV:</b> Escola Superior Agrária de Viseu	<b>LDS:</b> <i>Local Development Strategies</i> (Estratégias de Desenvolvimento Local)
<b>ETL:</b> Estrutura Técnica Local	<b>LEADER:</b> <i>Liaison Entre Actions de Développement de l'Économie Rurale</i> (Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural)
<b>FC:</b> Fundo de Coesão	<b>NUTS:</b> Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

<b>ODS:</b> Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	<b>RIS3:</b> <i>Research and Innovation Strategy for smart Specialization</i> (Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente)
<b>De:</b> Objetivo específico	
<b>OE:</b> Objetivo Estratégico	
<b>ONG:</b> Organização Não Governamental	<b>SARS-Cov2:</b> <i>Severe acute respiratory syndrome coronavirus 2</i> (Síndrome Respiratória Aguda Grave – Coronavírus 2)
<b>ONU:</b> Organização das Nações Unidas	<b>SIZE:</b> Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego
<b>OT:</b> Orientação Técnica	<b>SIG:</b> Serviços de Interesse Geral
<b>PAC:</b> Política Agrícola Comum	<b>SIP:</b> Sistema de Identificação de Parcelas
<b>PAM:</b> Plantas Aromáticas e Medicinais	<b>SMART:</b> <i>Specific, Measurable, Attainable, Relevant, Time bound</i> (específico, mensurável, atingível, relevante, limite no tempo)
<b>PDCI:</b> Pessoas com deficiência ou incapacidade	<b>SPI:</b> Sociedade Portuguesa de Inovação
<b>PDR:</b> Programa de Desenvolvimento Rural	<b>SWOT:</b> <i>Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i> (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças)
<b>PEPAC:</b> Plano Estratégico da PAC	<b>TER:</b> Turismo no Espaço Rural
<b>PI:</b> Prioridade de Investimento	<b>TFUE:</b> Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia
<b>PNI:</b> Programa Nacional de Investimentos	<b>TI:</b> Tecnologias de Informação
<b>PNPOT:</b> Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	<b>TIC:</b> Tecnologias de Informação e Comunicação
<b>PO:</b> Programa Operacional	<b>UE:</b> União Europeia
<b>POR:</b> Programa Operacional Regional	<b>VDL:</b> Viseu Dão Lafões
<b>QA:</b> Questão de Avaliação	
<b>QFP:</b> Quadro Financeiro Plurianual	
<b>RAN:</b> Reserva Agrícola Nacional	
<b>RCM:</b> Resolução do Conselho de Ministros	
<b>RFNL:</b> Recursos Florestais Não Lenhosos	

## 1 Introdução

O presente relatório é o resultado do trabalho desenvolvido com a **ADDLAP - Associação de Desenvolvimento Dão, Lafões e Alto Paiva** com vista ao estudo sobre instrumentos de avaliação do DLBC rural e visão estratégica para o futuro.

O Estudo é organizado nos seguintes pontos, subsequentes ao presente ponto introdutório:

### Objetivos e Metodologia

Integra a informação sobre os objetivos e a metodologia de desenvolvimento do trabalho sintetizando as etapas e tarefas concretizadas ao longo dos cerca de 3 meses de trabalho.

### Estratégia de Desenvolvimento Local – análise do percurso de desenvolvimento do território de intervenção no período 2014-2020

Apresenta a análise da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) definida pela ADDLAP e demais parceiros constituintes do Grupo de Ação Local para o período de programação 2014-2020. A análise da EDL versa o processo de construção da mesma, as dimensões estratégicas nela consagradas e ainda o seu processo de implementação e avaliação. Esta última dimensão sustentada nos exercícios de avaliação e monitorização que sistematizaram fatores de sucesso e insucesso no percurso até ao momento concretizado.

### Orientações estratégicas de macro escala

Sistematiza as orientações macro relativas a estratégias de desenvolvimento e processos de avaliação das mesmas, com informação essencial para a definição da estratégia de futuro e que se prende com exercícios de macro escala já realizados e que, direta e indiretamente, influenciam qualquer visão de futuro que se venha a estabelecer para o território de intervenção da ADDLAP. Num âmbito multissetorial, são sistematizadas diretrizes europeias, nacionais e regionais e, num âmbito setorial ligado ao desenvolvimento rural, a análise versa a PAC e a sua transposição para a dimensão nacional, com as premissas comunitárias adaptadas aos contexto e necessidades identificadas.

### Conclusões e os contributos

Apresenta as conclusões e os contributos para a visão estratégica para o futuro e para os instrumentos/processo de avaliação do DLBC Rural, resultado do cruzamento da informação recolhida e avaliada neste processo e que se considera ser relevante para o exercício de revisitação e/ou redefinição da EDL para o período 2021-2027.

## 2 Objetivos e Metodologia

O presente trabalho teve como **objetivo geral** a realização de um estudo sobre instrumentos de avaliação do DLBC Rural e visão estratégica para o futuro, que contribua para consolidar um quadro de atuação sustentado e para o desenvolvimento socioeconómico do território.

Complementarmente ao objetivo geral, foram assumidos os seguintes **objetivos específicos**:

- Fornecimento de instrumentos de avaliação do DLBC Rural GAL ADDLAP 2020;
- Desenvolvimento de estudo sobre Visão Estratégica para o Futuro 2030;
- Envolvimento de parceiros;
- Realização de *webinar* para apresentação de conclusões.

A **metodologia de trabalho** respondeu às características técnicas definidas nas especificações do procedimento de contratação pública, estruturando-se em quatro etapas interdependentes e que se concretizaram numa lógica sequencial conforme apresentado na Figura 1.

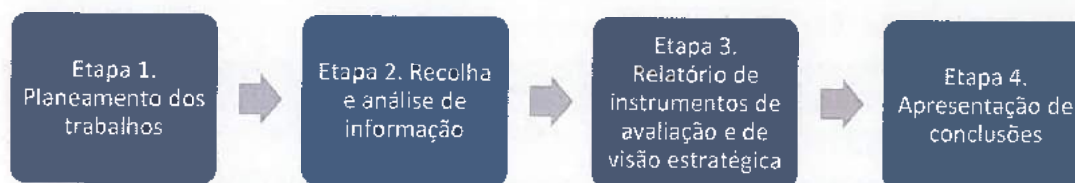


Figura 1. Metodologia de trabalho

A **Etapa 1. Planeamento dos trabalhos** integrou a realização de uma reunião de trabalho para recolha de informação e contributos para o Estudo, que decorreu (em formato *online*) no dia 8 de janeiro de 2021 e contou com a participação de técnicos da ADDLAP.

A **Etapa 2. Recolha e análise de informação** decorreu entre janeiro e fevereiro de 2021, e envolveu o trabalho de recolha e conseqüente análise de informação indispensável ao cumprimento do objetivo traçado. Destacam-se os seguintes métodos utilizados:

- a) **Recolha e análise documental:** Essencialmente associada à Estratégia de Desenvolvimento Local em vigor para o território de intervenção e a exercícios de avaliação já concretizados. Foram ainda analisadas as orientações estratégicas de macro escala tendo em conta as duas

dimensões do estudo: contributo para a definição da visão 2030 e contributo para a avaliação da EDL.

- b) **Aplicação de questionário *online*:** Disponibilizado a uma lista alargada de entidades, o questionário *online* teve como objetivo recolher contributos sobre o percurso desenvolvido e os novos desafios, nomeadamente no que se refere à forma (i) de avaliação das Estratégias de Desenvolvimento definidas para o território de abrangência do GAL ADDLAP e (ii) de definição da visão estratégica para 2030. De acordo com os resultados apresentados em anexo<sup>1</sup>, foram obtidas 24 respostas, destacando-se o seguinte:

#### **Análise do percurso de desenvolvimento do território e metodologias de avaliação:**

- A maioria dos inquiridos (91,7%) considera que os investimentos realizados no período 2014-2020 contribuíram para a melhoria da qualidade de vida e para a fixação das populações rurais no território de abrangência do GAL/ADDLAP2020.
- Todos os inquiridos consideraram importante a realização de exercícios de monitorização e de avaliação da Estratégia de Desenvolvimento Local, destacando as entrevistas/contactos diretos, grupos de trabalho e estudo de casos como os instrumentos/métodos de recolha de informação e de envolvimento de atores-chave a privilegiar neste contexto.

#### **Desafios e prioridades para o desenvolvimento local:**

- Os inquiridos consideraram que os quatro objetivos estratégicos da EDL em vigor (“Objetivo I - Desenvolver uma Economia da Terra, mais verde, social e circular”; “Objetivo II - Promover uma Ruralidade Moderna - Empreendedora, competitiva e colaborativa”; “Objetivo III - Consolidar um Território de Bem-estar e de Coesão - Território de sucesso educativo e de acesso à cultura e à saúde”; “Objetivo IV - Dar uma nova visibilidade às «marcas» do território”) continuam a ser importantes para o território de intervenção da ADDLAP assim como os respetivos domínios de intervenção, com maior destaque para os seguintes: “Valorizar o Mundo rural e reforçar as identidades, num Mundo aberto”, “Economia da terra”, “Promover as «Marcas» do Território”, “Economia verde” e “Envelhecimento ativo”.

<sup>1</sup> Síntese dos resultados obtidos em [anexo](#).

- De um modo geral, os inquiridos identificaram um conjunto de desafios e prioridades para o território da ADDLAP no horizonte 2030, nomeadamente:
  - Atração e fixação de pessoas e bens;
  - Competitividade, inovação, digitalização e comunicações (redes de informação e tecnologia verde);
  - Empreendedorismo e apoio às empresas (manutenção e criação de postos de trabalho);
  - Setor primário, inovação nas cadeias de valor dos recursos endógenos, promoção de sistemas alimentares sustentáveis, restauro dos ecossistemas rurais;
  - Ambiente e economia circular;
  - Educação e formação;
  - Inclusão, envelhecimento ativo e "aldeias como comunidades" (oferta de serviços);
  - Cultura, arqueologia, história, aprendizagem do "saber-fazer" do meio rural;
  - Turismo;
  - Promoção das marcas do território;
  - Redes e parcerias.
  
- c) **Realização de sessões de trabalho individuais e sessão conjunta:** Tendo como objetivo a auscultação de um conjunto restrito de entidades locais estratégicas com relevância para a definição de instrumentos de avaliação da EDL/DLBC e para a visão estratégica de futuro para o território de abrangência do GAL ADDLAP, foram realizadas 13 sessões individuais/entrevistas e uma sessão conjunta<sup>2</sup>. Da auscultação realizada resultaram as conclusões expostas na tabela seguinte:

---

<sup>2</sup> Síntese dos resultados obtidos em [anexo](#).



Tabela 1. Síntese das conclusões das sessões de trabalho individuais e sessão conjunta

ANÁLISE DO PERCURSO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA DO GAL/ADDLAP2020

- Importância das ADL para o desenvolvimento do território, destacando-se a facilidade na escala micro em redescobrir oportunidades muito relevantes para estes territórios, através da criação de novos modelos de negócio e desenvolvimento de micro e pequenas empresas. Para além do apoio à economia rural, destaca-se o trabalho em mostrar que o mundo rural tem muitas dimensões, não é só agricultura, é também cultura, património e qualidade de vida.
- Falta de cocriação promovida pelo GAL. Para minimizar este constrangimento, devia haver uma reorganização dos sistemas/orgânicas do GAL (por ex. existência de 2 gabinetes técnicos, com focos distintos – por um lado, o desenvolvimento de tarefas relacionadas com a gestão de fundos/análise de candidaturas; e por outro, o desenvolvimento de tarefas de dinamização local, contacto mais próximo com atores locais, participação em grupos de trabalho, etc.).
- Falta uma lógica de rede: existem produtos locais/endógenos que não são devidamente aproveitados/conhecidos/divulgados.
- Acesso aos espaços patrimoniais/culturais: foram criadas rotas, mas os turistas/visitantes chegam aos espaços e estes não se encontram em bom estado de conservação e/ou estão encerrados.
- Comunicação do património: deverá ser melhorada (a comunicação interior e exterior), para abarcar diferentes tipos de público, ter QR Code com informação em diversas línguas.
- Perdeu-se o apoio a pequenos projetos de desenvolvimento das comunidades ao nível da cultura, património e associativismo.
- Baixa produtividade do tecido económico.
- Lafões (Oliveira de Frades, Vouzela e São Pedro do Sul) é um território homogéneo em termos geográficos, históricos e culturais porque concentra produtos endógenos muito singulares. Este território tem especificidades que não existem em mais nenhum território. A produção do vinho de Lafões tem vindo a diminuir e pode ser difícil garantir a sua sustentabilidade. Por outro lado, a polarização de Viseu tem de ser vista e trabalhada não como um constrangimento, mas como uma oportunidade para os outros concelhos.
- Problema da capacitação dos agentes locais, *stakeholders* municípios, CIM;
- Inovação, disseminação da inovação e digitalização são ainda hoje problemas que é necessário ultrapassar; A banda larga que não chega a todos os sítios; capacitação e infraestruturas (físicas e digitais).
- Qualificação dos processos: existe ainda a visão conservadora sobre as estratégias e técnicas sobre a produção e valorização dos produtos (relacionada com as feiras temáticas, por exemplo).
- Excessiva carga burocrática dos programas de apoio e falta de comunicação e articulação entre as diferentes entidades (PDR, CENTRO 2020, GAL).
- Falta de recursos financeiros (exemplo do SIZÉ<sup>3</sup> e do Programa + Coeso em que os projetos são aprovados, mas não são implementados por falta de dotação financeira).
- Impacto da pandemia quer no atraso quer na inviabilização da implementação de projetos no território

<sup>3</sup> Importa referir que no caso do SIZÉ, na ADDLAP, sobrou verba (tanto FSE como FEDER).

#### EXERCÍCIOS DE MONITORIZAÇÃO E DE AVALIAÇÃO DA EDL

- Inquéritos aos agentes locais.
- Avaliações mais estatísticas.
- Indicadores sobre a criação de valor e riqueza que foi possível conquistar e avaliação dos impactos.
- Workshops/Grupos focais (ou outros processos co criativos com múltiplos atores) deve ser assumida como um instrumento de reflexão e/ou avaliação importante para o GAL; é necessário juntar os atores locais e ouvir as pessoas que estão no terreno a implementar projetos/ realizar investimentos (agricultores, associações, empresas locais ou não, mas que possam alavancar projetos na região, etc.); bem como trazer a ciência, a tecnologia e inovação para estes processos de cocriação e planeamento, de forma a estruturar intervenções coerentes com as necessidades do território e capazes de potenciar a sua afirmação.
- Dados de monitorização da EDL.
- Visita ao território e às comunidades locais/contactos de proximidade.

#### PERSPETIVAS PARA O FUTURO/DESAFIOS E PRIORIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

- Coesão territorial/integração rural e urbano (desenvolvimento local integrado).
- Fixação de população jovem/equilíbrio demográfico, através de novos modelos de negócio, apoios para a criação do próprio negócio, teletrabalho, programa de atração de jovens casais, programa de atração e integração de imigrantes, marketing territorial).
- Novas agendas: alterações climáticas, sustentabilidade, turismo ao ar livre, ODS (da ONU) são todas oportunidades para estes territórios que têm as características naturais para a aposta nestas novas agendas.
- Digitalização: transformar circuitos mais locais em circuitos globais; colocar os produtos em qualquer parte do mundo; interligação com a formação para uma sociedade de informação digital; reforço da conectividade nos territórios (infraestruturas).
- Inovação, desenvolvimento tecnológico e transferência de conhecimento entre o Sistema Científico e Tecnológico/empresas/território.
- Biodiversidade; gestão do território/ordenamento da paisagem, floresta, agricultura e pecuária.
- Valorização e promoção dos recursos endógenos (a tecnologia e a transição digital devem ser aproveitadas para este processo/ existência de recursos que ainda carecem de uma maior aposta e trabalho de valorização / aprofundamento dos circuitos curtos).
- Domínios prioritários: cadeias curtas; recursos endógenos; dieta mediterrânica: articulação destas dimensões quer entre si, quer com o domínio do turismo, uma vez que são complementares.
- Produtos turísticos emergentes: Ecoturismo (não turismo de natureza); Enoturismo (com relevância nesta área de intervenção); Turismo cinematográfico (pode ser muito interessante para estes territórios); Turismo de saúde e médico – *upgrade* do termalismo e bem-estar, dada a importância das áreas relacionadas com a saúde e a segurança neste momento.
- Contrato-aldela (renovação e revitalização das aldeias – existem muitos edifícios abandonados e degradados que deveriam ser colocados no mercado habitacional).

- Levantamento do património imaterial do território: posteriormente poderiam ser desenvolvidas atividades por associações locais – ideal para turismo sazonal.
- Projetos de cooperação/projetos transfronteiriços de grande impacto regional (no âmbito da cultura, biodiversidade, ambiente, floresta, património natural, património imaterial).
- Ligar os territórios ao conhecimento: articulação com as escolas superiores e universidades, de modo a não perder a autenticidade característica destes territórios e inovar.
- Capacitação e formação, de acordo com as potencialidades dos territórios e públicos-alvo: agricultores, produtores, artesãos, coletividades.

A **Etapa 3. Relatório de instrumentos de avaliação e de visão estratégica** correspondeu ao desenvolvimento do presente documento “Instrumentos de Avaliação do DLBC Rural e Visão Estratégica para o futuro”, com a sistematização de propostas de instrumentos de avaliação do DLBC rural e da visão estratégica para o futuro do território da ADDLAP que possa conduzir à posterior definição de objetivos estratégicos e de ações no âmbito do futuro período de programação 2030.

A **apresentação de conclusões, correspondente à Etapa 4**, será concretizada através de um momento online no qual se apresentará o presente relatório “Instrumentos de Avaliação do DLBC Rural e Visão Estratégica para o futuro”.

### 3 Estratégia de Desenvolvimento Local – análise do percurso de desenvolvimento do território de intervenção no período 2014-2020

#### 3.1 Traços gerais do processo de construção da EDL

Em 2015, a **ADDLAP - Associação de Desenvolvimento Dão, Lafões e Alto Paiva** viu pré-qualificada a sua candidatura ao reconhecimento do Grupo de Ação Local e respetiva Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) de tipologia Rural (procedimento concursal n.º 2/2014). Neste contexto, e de acordo com o enquadramento definido na altura, o GAL ADDLAP avançou para a submissão da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) ao abrigo dos Programas Operacionais associados (PDR 2020 e Centro 2020), nas prioridades de investimento pré-definidas pelas respetivas Autoridades de Gestão.

Este exercício de construção da EDL incidiu sobre o território de atuação da ADDLAP que integra uma área de cerca de 1.300 km<sup>2</sup> constituída pelos concelhos de Oliveira de Frades, S. Pedro do Sul (sem a Freguesia de Manhouce, Freguesia de Sul, União das Freguesias de Carvalhais e Candal, União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio e União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões, Vila Nova de Paiva, Viseu (sem a Freguesia de Ranhados, Freguesia de Rio de Loba e União das Freguesias de Viseu) e Vouzela (Figura 2) e com um quantitativo populacional na ordem dos 100 mil habitantes, distribuído de forma heterogénea pelas 53 freguesias. Este quadro demográfico traduz-se numa densidade populacional média de 78,3 hab./km<sup>2</sup>, registando-se o valor mais elevado no concelho de Viseu e o valor mais baixo em Vila Nova de Paiva (respetivamente 129,5 hab./km<sup>2</sup> e 29,2 hab./km<sup>2</sup>).



Figura 2. Território de Atuação

Fonte: ADDLAP, 2021

A construção da EDL beneficiou da ampla experiência da ADDLAP e da parceria/GAL em estratégias e projetos de desenvolvimento local e setorial com destaque para anteriores exercícios baseados na abordagem LEADER para o seu território rural de intervenção. A **parceria GAL ADDLAP** caracteriza-se pela diversidade e abrangência das entidades que a integram [instituições da administração pública local, instituições de ensino (superior, básico e secundário), entidades de investigação, empresas e respetivas associações, entre outros, num total de 67 entidades parceiras (Anexo II)]. Esta diversidade e amplo espetro de atuação dos parceiros permite a dinamização de atividades de animação, cooperação e de formação e qualificação mobilizadoras de públicos-alvo distintos permitindo alcançar, tendencialmente, toda a população do território de intervenção.

Relativamente ao modelo organizacional e segundo o Relatório de Candidatura à Fase de Pré-qualificação da EDLBC, para o território da ADDLAP, “os órgãos de governação da Estratégia

DLBC integram-se numa das seguintes categorias de acordo com a natureza das funções que exercem:

- a) Comissão de Acompanhamento Estratégico (CAE);
- b) Órgão de Gestão."

A CAE assume-se como um órgão de acompanhamento da Estratégia que assegura a participação das entidades parceiras, identifica soluções e gere oportunidades, no sentido de garantir que o Plano de Ação se mantém coerente com o aprovado. Ao Órgão de Gestão compete-lhe a dinamização e gestão da EDL, assegurar a participação dos parceiros e representar a parceria junto das autoridades nacionais e comunitárias. Todavia, estes órgãos são ainda auxiliados pela Equipa Técnica Local (ETL).

O processo de construção da EDL foi iniciado pela análise e diagnóstico da situação territorial que resultou na análise SWOT (*strengths, weaknesses, opportunities and threats* / forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) apresentada na Tabela 2. Esta análise, segundo o relatório da 2ª Fase de Seleção da EDL e Reconhecimento do GAL ADDLAP de dezembro de 2015, "integrou as seguintes dimensões: atrações, produtos, recursos, capital humano, sistema local de oferta e produção, dimensão organizativa, infraestruturas e serviços."

Tabela 2. Análise SWOT da situação territorial

Principais Pontos Fortes
a) Diversidade de produtos/produções de qualidade;
b) Potencial para as energias renováveis: biomassa, eólica, hídrica, solar, sistemas autónomos híbridos (solar-biomassa);
c) Existência de oferta turística diversificada (turismo ambiental, de aventura, cinegético, cultural, fluvial, histórico, religioso, TER);
d) Existência de recursos florestais não lenhosos (RFNL), com uma crescente procura urbana e potencialidade de 'fileira' (p. ex. cogumelos, frutos silvestres, mel, PAM);
e) Condições propícias ao estabelecimento de redes de cooperação nos domínios do ambiente, artes performativas, desenvolvimento local e rural, floresta e turismo;
f) Condições propícias à cooperação transfronteiriça com organizações/empresas de Espanha (eixo Viseu – Guarda – Aveiro);
g) Criação do Parque Natural Vouga Caramulo de gestão local.
Principais Pontos Fracos
a) A falta de registo e de valorização das práticas está a conduzir ao desaparecimento dos saberes-fazer e ofícios tradicionais;
b) Degradação de algum património construído;
c) Dificuldades de fixação da população jovem e de controlar a emigração/ saída dos jovens;
d) Baixo nível de cooperação empresarial e institucional;

- e) Falta de rotas/integração de rotas (ambientais, gastronómicas, religiosas, do património);
- f) Deficientes condições de mobilidade intrarregional (debilidade dos acessos internos, nomeadamente nas áreas de serra; inexistência de transporte ferroviário; rede de transporte público manifestamente insuficiente e com preços elevados).

#### Principais Oportunidades

- a) Boa acessibilidade inter-regional (ao Porto, Aveiro e Coimbra);
- b) Condições propícias para desenvolver o consumo de diferentes energias renováveis (biomassa, eólica, hídrica, solar, sistemas autónomos híbridos);
- c) Condições propícias para estabelecer parcerias com universidades e politécnicos;
- d) Condições propícias para melhorar a governança local, nomeadamente pela implementação de orçamentos participativos;
- e) Condições propícias para o comércio em circuitos curtos de comercialização;
- f) Potencial para transformar a serra e a água nas âncoras do marketing territorial.

#### Principais Ameaças

- a) Baixa qualificação dos empresários e falta de iniciativa empresarial;
- b) Baixo nível de cooperação empresarial e institucional;
- c) Défice de articulação entre os promotores turísticos;
- d) Dificuldades de fixação da população jovem e de controlar a emigração/migração dos jovens;
- e) Envelhecimento galopante da população;
- f) Reduzida adequação dos recursos humanos às necessidades do tecido empresarial, por défice de articulação entre as instituições da Região (de ensino, formação, I&D e empresas).

Fonte: Relatório de 2ª Fase de Seleção da EDL e Reconhecimento do GAL ADDLAP, dezembro 2015

Da análise SWOT emergiram os desafios territoriais do território de intervenção, semelhantes a outros territórios rurais e nos quais se destacam a ausência de uma base económica sustentável que garanta um futuro de não desvalorização interna. Perante este diagnóstico e conjunto de desafios, a Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária do GAL ADDLAP para o período 2014-2020 centrou-se na necessidade de estabelecer um relacionamento forte entre o meio urbano e o meio rural e enaltecer as suas sinergias.

### 3.2 Dimensões estratégicas consideradas na EDL/DLBC

Assumindo como foco estratégico a integração urbano-rural, nomeadamente através da promoção dos elementos distintivos como a terra, a água, a serra e a floresta, a Estratégia DLBC do GAL ADDLAP<sup>4</sup> assentou em **quatro objetivos específicos** (Oe), que definiram 15 domínios de intervenção (DI) e 46 linhas de ação (LA), que se transcrevem na Tabela 3:

<sup>4</sup> Relatório da 2ª Fase de Seleção da EDL e Reconhecimento do GAL ADDLAP de dezembro de 2015

Tabela 3. Objetivos estratégicos da EDL/DLBC do GAL ADDLAP

Oe I. Desenvolver uma Economia da Terra, mais verde, social e circular	
DI.I1. Economia da terra	LA.1 - Apoio a investimentos na exploração agrícola nos domínios da produção, transformação e comercialização; LA.2 - Apoio ao modo de produção biológico; LA.3- Apoio à organização da produção local de RFNL e da sua comercialização; LA.4 - Apoio à implementação de circuitos curtos de comercialização;
DI.I2. Economia Verde	LA.5 - Apoio à produção de energia elétrica e de água quente solar; LA.6 - Apoio à produção de biodiesel e de biogás; LA.7 - Apoio à produção de energia com resíduos florestais; LA.8 - Apoio à produção de energia elétrica de micro e mini dimensão;
DI.I3. Empreendedorismo social e tecnológico	LA.9 - Apoio ao combate ao desemprego jovem com novos cenários na agricultura social; LA.10 - Apoio à ligação da economia social e tecnológica com a criação de emprego próprio, a formação, a cultura, as indústrias criativas, a recuperação do património; LA.11 - Apoio a estratégias de sensibilização para a responsabilidade social das organizações e respetiva certificação;
DI.I4. Laboratório de Inovação Socio territorial	LA.12 - Apoio a estratégias de dinamização da responsabilidade socio territorial promotoras da reflexão e debate sobre processos de participação construtores de inovação socio territorial; da partilha de informação útil à comunidade sobre inovação socio territorial; da investigação aplicada e experimentação de métodos e de soluções empreendedoras de inovação socio territorial; LA.13 - Apoio a estratégias para aproximação do ensino superior local das organizações públicas e privadas que intervêm na economia; LA.14 - Apoio à formação e investigação aplicada ao desenvolvimento socio territorial;
Oe II. Promover uma Ruralidade Moderna - Empreendedora, competitiva e colaborativa	
DI.II1. Empreendedorismo em ação - Novos e renovados negócios	LA.15 - Apoio à criação, qualificação e reconversão de negócios/atividades existentes; LA.16 - Apoio à realização de concursos locais de empreendedorismo; LA.17 - Apoio ao desenvolvimento de projetos que estimulem as competências críticas e criativas;
DI.II2. Envelhecimento ativo	LA.18 - Apoio à mobilização da população sénior, ativa e capacitada, para encontros intergeracionais e para novos desafios de intervenção social; LA.19 - Apoio à constituição de uma Bolsa de População Sénior, qualificada e disponível, para colaborar em trabalhos especializados; LA.20. Desenvolvimento de iniciativas empresariais no domínio do <i>anti-aging</i> , de forma a "travar" o envelhecimento, dando maior bem-estar e qualidade de vida à população sénior;
DI.II3. Oferta turística e inovação	LA.21 - Apoio à dinamização e à promoção do turismo cultural, focalizado na gastronomia/enologia, artesanato, património rural e património natural; LA.22 - Apoio à dinamização e à promoção do turismo de saúde; LA.23 - Apoio a estratégias para a fixação definitiva de turistas;
DI.II4. Valorizar o Mundo rural e reforçar as identidades, num Mundo aberto	LA.24 - Apoio à implementação de espaços de promoção do mundo rural e das suas atividades; LA.25 - Apoio a projetos de renovação de aldeias vocacionados para a valorização do património edificado, do património imaterial do reforço das identidades locais e das pequenas empresas locais na área do comércio e serviços; LA.26 - Apoio às associações locais, nomeadamente no que concerne a pequenas obras, a equipamentos e às produções culturais;



	LA.27 - Apoio à elaboração de Roteiros do Mundo Rural, valorizadores das “marcas” dos territórios e de visão interterritorial do desenvolvimento; LA.28 - Apoio à promoção da cooperação do território com o exterior;
Oe III. Consolidar um Território de Bem-estar e de Coesão - Território de sucesso educativo e de acesso à cultura e à saúde	
DI.III1. Inclusão Ativa	LA.29 - Apoio a ações de intervenção social com base no voluntariado; LA.30 - Apoio a ações de inovação e experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão ativa; LA.31 - Apoio à criação e à qualificação de uma rede de cuidadores informais para apoio aos idosos, integrando alunos do ensino superior local; LA.32 - Apoio à realização de atividades desportivas e socioculturais para a população idosa;
DI.III2. Núcleos de Criatividade	LA.33 - Apoio a ações para a melhoria da criatividade, da inovação e das competências no setor cultural; LA.34 - Apoio à criação de um Centro de Criatividade, que interrelacione “património cultural-ciência-turismo” e que abranja diferentes domínios: investigação, educação, prevenção/sensibilização e turismo cultural;
DI.III3. Parcerias Culturais	LA.35 - Apoio à organização de programas para a concertação e dinamização das diversas atividades artísticas e criativas existentes; LA.36 - Apoio à construção de um processo de diálogo constante que se enriqueça através das várias expressões artísticas;
DI.III4. Territórios de Hospitalidade	LA.37 - Apoio à implementação de «aldeias lar», através do aproveitamento do edificado devoluto para a instalação de idosos com poder de compra que se queiram fixar; LA.38 - Apoio à criação e dinamização de uma Agenda da Hospitalidade;
Oe IV. Dar uma nova visibilidade às “marcas” do território	
DI.IV1. Territórios de lazer e prazer	LA.39 - Apoio à promoção de itinerários de observação da natureza; LA.40 - Apoio à promoção de itinerários de animação cultural e de visitação da religiosidade;
DI.IV2. Rotas Intermunicipais	LA.41 - Apoio à promoção de rotas intermunicipais centradas na gastronomia, na doçaria regional e nos produtos com ADN; LA.42 - Apoio à promoção de rotas intermunicipais de aventura e de descoberta; LA.43 - Apoio à promoção de roteiros religiosos e de rotas do património ambiental;
DI.IV3. Promover as “Marcas” do Território	LA.44 - Apoio à promoção de um Plano de Marketing Territorial; LA.45 - Apoio a estudos e trabalhos sobre as “Marcas” do Território; LA.46 - Apoio a estratégias de venda das “Marcas” do Território.

Fonte: Relatório da 2ª Fase de Seleção da EDL e Reconhecimento do GAL ADDLAP, dezembro de 2015

Como referido anteriormente, a implementação da EDL/DLBC foi condicionada pela pré identificação das seguintes medidas e prioridades de investimento (PI) mobilizadas no PDR e PO regional:

- M10.2.1 Regime Simplificado de Pequenos Investimentos nas Explorações Agrícolas (PDR);
- M10.2.2 Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização (PDR);
- M10.2.3 Diversificação das Atividades na Exploração (PDR);

- M10.2.4 Cadeias curtas e Mercados Locais (PDR);
- M10.2.5 Promoção de Produtos de Qualidade Locais (PDR);
- M10.2.6 Renovação das Aldeias (PDR);
- PI 8a - Apoio ao Desenvolvimento dos Viveiros de Empresas e à Atividade por Conta Própria, às Microempresas (PO Regional Centro 2020);
- PI 6c - Conservação e Proteção e Desenvolvimento do Património Natural e Cultural (PO Regional Centro 2020);
- PI 8iii - Emprego por conta própria, Empreendedorismo e Criação de Empresas (PO Regional Centro 2020).

Neste contexto pré-definido, e com os condicionalismos e requisitos associados, a EDL/DLBC, mobilizou os apoios conforme se transcreve na tabela seguinte, com um compromisso de alcance de resultados em diferentes indicadores.

*Tabela 4. Utilização dos apoios financeiros para a concretização dos objetivos específicos*

Mobilizações de Despesa Pública	Medidas e PI	Resultados pretendidos
<b>Oe I. Desenvolver uma Nova Economia – Economia da Terra, mais Verde, Social e Circular</b>		
1.409.930,00€	M10.2-1 M10.2-2 M10.2-3 M10.2-4 M10.2-5 PI6c PI8iii PI8a	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 50% dos empregos criados permanecerão ao fim de 12 meses;</li> <li>▪ Efeito multiplicador do investimento público no privado de 2;</li> <li>▪ 50% das explorações ou beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização;</li> <li>▪ 30% das explorações ou beneficiários com investimentos apoiados em regime de qualidade;</li> <li>▪ 5 postos de trabalho criados através da PI8a;</li> <li>▪ 32 dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros.</li> </ul>
<b>Oe II. Promover uma Ruralidade Moderna – Empreendedora Competitiva e Colaborativa,</b>		
1.692.686,60€	M10.2-1 M10.2-2 M10.2-3 M10.2-4 M10.2-5 M10.2-6 PI6c PI8iii PI8a	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 50% dos empregos criados permanecerão ao fim de 12 meses;</li> <li>▪ Efeito multiplicador do investimento público no privado de 2;</li> <li>▪ 34% das explorações ou beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização;</li> <li>▪ 40% das explorações ou beneficiários com investimentos apoiados em regime de qualidade;</li> <li>▪ 7 postos de trabalho criados através da PI8a;</li> <li>▪ 96 dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros.</li> </ul>
<b>Oe III. Consolidar um Território de Bem Estar e de Coesão – Território de Sucesso Educativo e de Acesso à Cultura e à Saúde</b>		
426.431,53€	M10.2-6 PI6c PI8iii PI8a	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 50% dos empregos criados permanecerão ao fim de 12 meses;</li> <li>▪ Efeito multiplicador do investimento público no privado de 2;</li> <li>▪ 5 postos de trabalho criados através da PI8a;</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>96 dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros.</li> </ul>
Oe IV. Dar uma Nova Visibilidade às Marcas do Território		
1.118.811,45€	M10.2-1 M10.2-3 M10.2-4 M10.2-5 M10.2-6 PI6c PI8iii PI8a	<ul style="list-style-type: none"> <li>50% dos empregos criados permanecerão ao fim de 12 meses;</li> <li>Efeito multiplicador do Investimento público no privado de 2;</li> <li>15% das explorações ou beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização;</li> <li>30% das explorações ou beneficiários com investimentos apoiados em regime de qualidade;</li> <li>5 postos de trabalho criados através da PI8a;</li> <li>191 dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros.</li> </ul>

Fonte: Relatório da 2ª Fase de Seleção da EDL e Reconhecimento do GAL ADDLAP, dezembro 2015

De referir que, apesar da pertinência de todos os objetivos específicos e domínios de intervenção (DI), a não existência de apoios financeiros orientados para a sua implementação, levou à necessidade de, de acordo com o Relatório de Avaliação Intercalar de abril de 2019, rever a estrutura da EDL considerada para apoios ao abrigo da abordagem LEADER com a supressão DI não considerados pelos PO financiadores para serem geridos neste modelo (são o caso dos DI envelhecimento ativo, inclusão ativa, núcleos de criatividade, parcerias culturais e território de hospitalidade).

### 3.3 Implementação e avaliação da EDL

Nos “Relatório de Execução das Estratégias de Desenvolvimento” de maio de 2018 e “Relatório de Avaliação Intercalar do DLBC Rural” de abril de 2019, é evidenciado um conjunto de constrangimentos verificados no âmbito da definição e implementação, nomeadamente (i) os relacionados com as sucessivas alterações dos normativos legais nos concursos iniciais e a ausência de alguma documentação de apoio a setores específicos; e (ii) os relacionados com a falta de conhecimento de promotores e consultores dos normativos aplicáveis; com um desconhecimento das orientações técnicas específicas, orientações técnicas gerais e normas transversais, e a complexidade dos processos.

Relativamente ao alcance das metas verificou-se que, entre as propostas e as executadas para 2018, existiu um desvio expressivo. Destacam-se: (i) a pré-definição de medidas e prioridades de investimento mobilizadas, sem a devida adaptação à realidade dos territórios fragilizou a

capacidade de atuação da ADDLAP e do GAL; (ii) os critérios de elegibilidade das operações pouco adequados ao contexto local, que levaram à pouca procura e tornaram a implementação complexa (Relatório de Avaliação Intercalar do DLBC Rural – GAL ADDLAP de abril 2019). Um dos exemplos foi o caso medida 10.2.5 onde os concursos não tiveram candidaturas. Deste modo, comprovou-se que existiram constrangimentos na implementação do DLBC em virtude da quebra entre os apoios e os períodos de programação anteriores.

Os GAL da Região Centro, numa perspetiva transversal relativa às intervenções, estabeleceram uma resposta comum referente à análise dos **fatores de sucesso e insucesso da Estratégia de Desenvolvimento Local**. Com base no Relatório de Avaliação Intercalar do DLBC Rural – GAL ADDLAP de abril 2019 citam-se a seguir os fatores de sucesso:

- “Do desprezo pelos valores rurais passou-se para uma nova atitude, quase generalizada, de orgulho na sua identidade.
- O Turismo Rural e diferentes formas de animação a ele associadas, tornou-se atualmente uma atividade pujante e em crescendo;
- A rede de restauração nacional – que, tradicionalmente adotava uma gastronomia normalizada e comum de Norte a Sul do País – sofreu uma enorme transformação na descoberta e divulgação das riquezas gastronómicas locais com evidente benefício para as economias locais e contribuindo para o aumento do valor do Património Gastronómico;
- As feiras e festividades locais são hoje, essencialmente, mostras da região ao mundo, multiplicando-se as feiras temáticas que atraem visitantes e turistas nacionais e estrangeiros;
- O artesanato rural, nalguns casos quase perdido, teve um significativo recrudescimento, chegando em múltiplos casos a ser incorporado no mais sofisticado “design urbano”;
- A valorização e certificação dos produtos da terra conduziu à criação de inúmeras empresas de transformação e comercialização, integrando-os nos circuitos regionais e nacionais”.

Por último, os pontos de insucesso (Tabela 5) foram identificados mediante os seguintes patamares de reflexão:

- DLBC/LEADER, visão global;
- PDR / FEADER, visão abrangente e questões específicas;

- **PO REGIONAL: CENTRO2020 / FSE e FEDER | visão abrangente e questões específicas.**

*Tabela 5. Sistematização dos fatores de insucesso e dos fatores extraordinários de insucesso*

Fatores de Insucesso
<b>DLBC/LEADER, visão global</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ <b>“No modelo de implementação foram afastadas importantes e preponderantes áreas de intervenção que o desenvolvimento local deveria priorizar para resposta aos atuais desafios dos territórios rurais como, por exemplo, a área social com destaque para o apoio à população idosa, nomeadamente pela reduzida e insuficiente resposta aos problemas do envelhecimento e isolamento desta população, mais agravados em zonas rurais. Também lacunar, toda a componente de reforço e apoio às populações nomeadamente ao nível do associativismo;</b></li><li>▪ <b>A adoção do multifundo (...).</b> A articulação entre Autoridades de Gestão revelou-se inexistente. Para além da evidente falta de diálogo, cada fundo apresentou um sistema de informação, havendo necessidade dos GAL/ETL adquirirem formação em 3 plataformas distintas, porquanto os princípios/regras de análise entre os fundos FEADER/ FEDER/ FSE são diferentes, com graus de exigência distintos;</li><li>▪ <b>A estrutura dos avisos de concurso é de tal maneira fechada que se torna impossível direcionar os avisos e as intenções de candidatura de acordo com as Estratégias aprovadas.</b> Neste panorama é quase lícito afirmar-se que, atualmente, a autonomia dos GAL é meramente simbólica;</li><li>▪ <b>O excesso burocrático de projetos</b> que supostamente deveriam ser mais simples (e que curiosamente se denominam de ‘regime simplificado’) tirou claramente capacidade de animação do território. As equipas técnicas não conseguem efetuar um acompanhamento de proximidade, com a crescente carga administrativa associada aos processos;</li><li>▪ <b>Excessivo atraso inicial</b> de arranque do programa (com todas os constrangimentos inerentes para o funcionamento dos GAL e repercussão na aplicação das EDL nos territórios) e também os atrasos decorrentes do processo de análise e decisão dos primeiros concursos, o ano de 2017 foi importante como marco para resposta às expectativas locais, na generalidade, nomeadamente com o encerramento dos primeiros concursos e a concretização dos investimentos no terreno, após todo o demorado ciclo de verificação e confirmação das decisões. Inclusivamente é possível afirmar que, perante todos os constrangimentos iniciais existem indicadores de realização que, no cômputo geral, superam as expectativas, situação que demonstra o forte envolvimento dos GAL na dinamização, promoção e divulgação dos apoios disponíveis para o território.”</li></ul>
<b>PDR / FEADER</b>
<b>Visão abrangente:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ <b>“Foi evidente no atual período de programação o desvirtuamento do conceito “desenvolvimento rural” na definição e construção da Medida 10 do PDR2020 com a sobrevalorização do conceito “desenvolvimento agrícola”, visão mais redutora e condicionadora dos processos de desenvolvimento local, ou seja, o total desajustamento dos conteúdos passíveis de apoio com ênfase nas áreas agrícolas em detrimento da visão mais ampla de atuação para o mundo rural. Não obstante, a adaptação dos GAL e a flexibilidade das equipas na implementação do DLBC nestas condições é motivo de realce, demonstrando capacidade de reorganização, determinação e resolução de problemas;</b></li><li>▪ <b>A dificuldade na implementação de algumas operações</b> identificadas nas EDL, pelo desajustamento na sua definição em Portaria. Aquando da construção das EDL e induzidos os GAL nesse sentido estratégico foram identificadas necessidades que não foram plasmadas na portaria regulamentar. Foram entretanto (sobretudo nos finais de 2017 e em 2018) efetuadas algumas alterações, (nomeadamente no critério de elegibilidade do promotor no caso da operação 10.211), contudo outros aspetos tais como os associados à certificação de novos produtos foram completamente ignorados face aos objetivos definidos nas Estratégias aprovadas.</li></ul>
<b>Questões específicas:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ <b>A complexidade de procedimentos de análise</b> numa área complexa como é o sector primário e que na Região Centro tem expressões díspares que balancam entre a micro e pequena agricultura ou a agricultura de sector, agravado pelo facto de se tratar de uma área onde os GAL não tinham qualquer tradição de atuação;</li></ul>

- **A problemática associada à publicação das tabelas de referência no PDR 2020** que atrasou em muito a análise de candidaturas nos primeiros concursos. Por outro lado, o desajustamento dos valores de referência das tabelas facultadas pela AG PDR2020, situação que tem proporcionado a desistência de candidaturas aprovadas, por os promotores considerarem os cortes significativos e sem conexão com a realidade;
- **A elegibilidade de beneficiários** condicionada a Agricultores com atividade superior a 1 ano bem como o valor das ajudas diretas nos primeiros concursos da Operação 10.211- Pequenos Investimentos nas Explorações Agrícolas, inibiu consideravelmente a apresentação de candidaturas. A alteração posterior da Portaria teve efeitos extremamente positivos, sobretudo em territórios com menor tradição agrícola;
- **A dificuldade da implementação das Operações Cadeias Curtas, Mercados Locais e Produtos Locais de Qualidade** devido a desajustamento da legislação com necessidade de alteração (projeto de alteração em curso a 31/12/2018);
- **A illiteracia dos consultores em matéria de elaboração de projetos agrícolas e incapacidade técnica para providenciar a elaboração de pedidos de pagamento (...);**
- **Os atrasos imputáveis à tramitação de licenciamentos** (projetos inserido em áreas ardidadas, RAN), com morosidade na obtenção de pareceres externos por parte do ICNF, I.P.”

#### CENTRO2020 / FSE e FEDER

##### Visão abrangente:

- **“O início do processo Si2E e sua implementação no território revelou-se um processo moroso** porquanto a estrutura funcional das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e, no nosso caso mais especificamente da CCDRC, tiveram de adequar circuitos de análise e decisão à integração de novos atores como constituíram os GAL e as CIM. Tal foi evidente, desde logo, nos momentos mais marcantes de negociação e implementação do Si2E e no espaçamento entre si, concretamente:
  - em 2016: a assinatura dos Protocolos Funcionais celebrados entre as Autoridades de Gestão (AG) dos Programas Operacionais Regionais (POR) e os GAL e a preparação dos regulamentos entre os vários interlocutores: SEDC, Agência de Desenvolvimento & Coesão, AG e FMT, e com o espaçamento superior a um ano;
  - em 2017: o lançamento pelos GAL e Comunidades Intermunicipais (CIM) dos Avisos nos respetivos territórios com a consequente abertura dos períodos para submissão de candidaturas e no encerramento das 1<sup>as</sup> fases concursais, a partir do 3<sup>o</sup>. trimestre desse ano e a realização das 2<sup>as</sup>. e 3<sup>as</sup>. fases concursais até 31 de dezembro de 2017.
- **Perante esta cronologia, estes marcos foram considerados como evidências de um processo efetivamente demorado e de difícil articulação**, porquanto pautado por um elevado número de interlocutores com compassos diferenciados e com diferentes visões de entendimento. Na verdade foram diversos os **constrangimentos** que suscitaram o atraso na implementação desta componente do DLBC nos territórios e que não podemos deixar de mencionar, entre outras:
  - a inexistência notória de orientação estratégica transversal, uma liderança mais convicta e uma interação e reciprocidade efetivas entre as diferentes Autoridades de Gestão, situações que geraram falta de diálogo e convergência no entendimento do mecanismo, criando disparidades na sua operacionalização e necessariamente no seu impacto;
  - a definição de políticas em função, principalmente, de dotações orçamentais e não de acordo com os objetivos estratégicos para os territórios;
  - o facto do Si2E não estimular a inovação – apesar de permanentemente mencionada nos regulamentos e avisos – vedando o acesso a projetos e investimentos com componentes de criatividade e diferenciação para os territórios, constituíram aspetos referenciados como redutores do impacto da intervenção; a ênfase na criação líquida de emprego (e deste o mais precário e indiferenciado), quando a manutenção de postos de trabalho deveria assumir-se igualmente como uma política para a consolidação económico-financeira das empresas e dos territórios, sobretudo os com características de interioridade e baixa densidade;
  - as limitações regulamentares entre os custos elegíveis passíveis de candidatura aos GAL ou às CIM que criaram perplexidade nos potenciais promotores, tiveram um efeito perverso nos territórios e conduziram a candidaturas ora sub ora sobrevalorizadas possibilitando um ou outro enquadramento e muitas vezes até conduzindo a duas candidaturas, em simultâneo;

- o a discrepância das dotações orçamentais atribuídas pelas diferentes AG às Estratégias de Desenvolvimento Local dos GAL e ainda o desequilíbrio comparativo relativamente ao peso orçamental das componentes FEDER e FSE. A dotação orçamental FEDER foi notoriamente insuficiente para fazer face às intenções de investimentos manifestadas nos territórios;
- o e, finalmente, a recente reprogramação não contemplou o reforço do FEDER, não dando perspectiva para encaixe de novos investimentos e aumentando o fosso relativamente aos montantes ainda disponíveis de FSE."

**Questões específicas:**

- "A morosidade dos processos de organização e uniformização dos procedimentos de análise de candidaturas, sendo que os encontros de natureza formativa realizados com a Autoridade de Gestão foram esparsos e insuficientes em número e conteúdos. As orientações não foram coligidas antes do lançamento dos concursos e, em muitos casos, assumiram natureza avulsa;
- Falta de harmonização dos procedimentos de análise com a necessária construção de uma Orientação Técnica comum a todas as regiões, conduziu a evidentes diferenças de interpretação e análise dos projetos;
- A desarticulação das plataformas de gestão FEDER e FSE sendo que cada projeto foi analisado em dois sistemas, situação que se agrava pelo facto de que cada CCDR possui o seu próprio ambiente para análise e gestão da componente de investimento, construído com suporte em pressupostos e critérios diferenciados;
- A inexistência de um modelo que estabeleça e esclareça todas as etapas e procedimentos do circuito de gestão e decisão;
- O desajustamento das grelhas de mérito à intervenção preconizada pelos GAL no âmbito das respetivas DLBC."

**Fatores extraordinários de insucesso**

- "O flagelo dos incêndios do ano 2017 que fustigaram a Região Centro e motivaram a abertura de Avisos de Concurso específicos como o S2E – Atrair, priorizando os territórios afetados, geridos e decididos com a celeridade de resposta que a catástrofe exigiu, tendo protelado as decisões sobre os avisos do S2E, por parte da Autoridade de Gestão do Centro, no que respeita aos GAL, constituiu um fator extraordinário de insucesso. Não desconsiderando a sua importância perante a gravidade dos factos, a verdade é que a forma como foram pensados e aplicados estes incentivos, ou seja, não existindo qualquer articulação entre todas as ferramentas e interlocutores, concorreram para que existisse um maior desfasamento dos processos."

Fonte: Relatório de Avaliação Intercalar DLBC Rural - GAL ADDLAP, abril 2019

Em paralelo com o exposto anteriormente, é relevante assinalar **conclusões e dificuldades na implementação dos DLBC rurais** expostas pelo GPP no documento de diagnóstico<sup>5</sup> associado ao Objetivo específico 8 do Programa Estratégico da PAC (PEPAC) para Portugal.

De acordo com os dados da Autoridade de Gestão (AG) do PDR 2020, em setembro de 2019, a taxa de execução da Medida 10 relativa aos DLBC era apenas de 22%, com a implementação das EDL apenas com 12% de execução (Figura 3). É, contudo, ressalvado que a taxa de compromisso à data referida (setembro de 2019) era, no caso do FEADER, de 43%.

<sup>5</sup> [www.gpp.pt/images/PEPAC/Draft\\_Diagnostico\\_OE8\\_Novembro\\_2020.pdf](http://www.gpp.pt/images/PEPAC/Draft_Diagnostico_OE8_Novembro_2020.pdf)

Relatório “Instrumentos de Avaliação do DLBC Rural e Visão Estratégica para o futuro” (R1)  
 “Instrumentos de Avaliação DLBC e Visão Estratégica para o Futuro”

PDR 2020 / OPERAÇÕES da Abordagem LEADER	Programação Despesa pública	Compromissos Nº candidaturas aprovadas	Compromissos Despesa pública	Pagamentos Despesa pública	Taxa de compromissos	Taxa de execução
	mil euros		mil euros	mil euros	Despesa pública	Despesa pública
PDR2020	4 315 748	274 437	3 894 614	2 373 730	90%	55%
Medida 10 LEADER	220 596	2 942	118 462	48 671	54%	22%
10.1.1 Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL	1 350	54	1 350	1 350	100%	100%
10.2.1 Implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL)	153 690	2 736	62 634	18 043	41%	12%
10.2.1.1 Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	39 139	1 992	21 877	7 376	56%	19%
10.2.1.2 Pequenos investimentos na transformação e comercialização	30 781	344	19 288	6 530	63%	21%
10.2.1.3 Diversificação de atividades na exploração	31 894	207	14 694	2 826	46%	9%
10.2.1.4 Cadeias curtas e mercados locais	15 578	49	1 934	243	12%	2%
10.2.1.5 Promoção de produtos de qualidade locais	14 903	8	210	5	1%	0%
10.2.1.6 Renovação de aldeias	12 716	136	4 731	1 072	37%	8%
10.3.1 Cooperação interterritorial e transnacional dos GAL	10 926	97	2 476	165	23%	2%
10.4.1 Custos de funcionamento e manutenção	54 630	55	52 002	29 113	95%	53%

DLBC RURAL PONTO DE SITUAÇÃO por Fundo Comunitário (Setembro 2019)					mil euros	
DLBC Rural	Fundo Programado	Fundo Aprovado	Fundo Pago	Taxa de compromissos	Taxa de execução	
Implementação das EDL do DLBC Rural Continente	242 630	113 099	27 484	47%	11%	
FEADER	130 368	55 447	15 711	43%	12%	
FEDER	55 037	48 284	13 289	88%	21%	
FSE	57 225	9 368	484	16%	1%	

Figura 3. PDR 2020 – execução da medida 10 – abordagem LEADER e ponto de situação DLBC por fundo comunitário (setembro 2019)

Fonte: AG PDR 2020 e Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C)

Face ao cenário de implementação das EDL, em Portugal Continental, a AG do PDR 2020 indica os principais problemas a evitar no futuro que estão relacionados com:

- Atraso na operacionalização efetiva das estratégias de desenvolvimento local devido ao período necessário para a seleção das DLBC e aprovação das respetivas estratégias (aproximadamente um ano de atraso face às restantes medidas do PDR2020);
- Fraca complementaridade efetiva entre fundos;



- **Complexidade da gestão para as entidades gestoras das DLBC**, na medida em que têm que trabalhar nas várias plataformas dos diferentes fundos e assegurar o cumprimento de regulamentação distinta;
- **Prioridades definidas a nível nacional dissonantes das estratégias a nível local** impondo um DLBC rural plurifundos com limitações obrigatórias ao nível de tipologias de intervenção e sua dotação contrariando as diferentes necessidades locais e abordagem *bottom-up*;
- **Modelo atual de governação do DLBC muito desadequado à lógica da abordagem *bottom-up*** e existência de entropia derivada da intervenção de diferentes autoridades de gestão e diferentes autoridades pagadoras correspondentes aos diferentes Fundos que não permitiram uma implementação harmoniosa do DLBC rural plurifundos sendo necessária uma menor complexidade e diferenças de interpretação por diferentes Fundos e PO, uma maior aplicação dos custos simplificados e uma desejável maior autonomia dos GAL/EDL nomeadamente no caso dos projetos de cooperação cuja tipologia deve ficar incluída na dotação de cada.

## 4 Orientações estratégicas de macro escala

Este capítulo é essencial para o cumprimento dos objetivos do presente estudo uma vez que fornece informação essencial de contexto relacionada com as diretrizes existentes sobre áreas estratégicas de desenvolvimento identificadas em exercícios macro de aferição de evolução e fatores críticos/desafios, nomeadamente à escala europeia, nacional, regional e sub-regional.

### 4.1 Quadros estratégicos de referência

#### 4.1.1 Multisectoriais

##### 4.1.1.1 Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas

A Cimeira de Chefes de Estado e de Governo sobre o pós 2015 culminou na adoção, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, da resolução intitulada “Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, no dia 25 de setembro de 2015.

Tratando-se de uma agenda universal, assente em **17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** (ODS) e 169 metas a implementar por todos os países, a Agenda 2030 pressupõe a integração dos ODS nas políticas, processos e ações desenvolvidas nos planos nacional, regional e global. Os 17 ODS alteraram a forma de abordar o desenvolvimento, ao:

- (i) integrarem as 3 dimensões do desenvolvimento sustentável (económica, social e ambiental);
- (ii) assentarem em objetivos e metas universais a serem implementados por todos os países (e não apenas por países em desenvolvimento);
- (iii) terem uma maior dimensão de combate às desigualdades e promoção dos Direitos Humanos, como preocupação transversal a todos os ODS;
- (iv) implicarem uma nova dinâmica de conjugação de esforços de uma multiplicidade de atores, incluindo as ONG (organizações não-governamentais), o setor empresarial privado, a academia, parceiros sociais, e restantes membros da sociedade civil.

Esta agenda internacional tem vindo a ser um dos mais importantes referenciais para a construção das estratégias de desenvolvimento a diversas escalas, desde a europeia, à nacional e regional.



Figura 4. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável  
Fonte: [Nações Unidas](#)

#### 4.1.1.2 Contexto europeu | Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027

Publicado em dezembro de 2020, após um longo processo negocial, o **Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2021-2027** da União Europeia assume um caráter renovado e direcionado para o cumprimento das prioridades estratégicas de uma União a 27. A reflexão efetuada relativa à forma como o orçamento europeu poderia trazer vantagens aos cidadãos resultou num conjunto de programas, novos e/ou revistos, orientados para (1) um maior ênfase no valor acrescentado europeu; (2) um orçamento mais racional e transparente; (3) menos burocracia para os beneficiários; (4) um orçamento mais flexível e ágil; e (5) um orçamento que produza resultados concretos.

O Quadro Financeiro Plurianual encontra-se estruturado em torno de eixos e prioridades temáticas, os quais correspondem a rúbricas da estrutura orçamental formal. Na sua maioria os apoios comunitários afetos às distribuições a realizar por Estado-Membro estão alocados aos eixos “coesão e valores” e “recursos naturais e ambiente”, no primeiro através do FEDER, FC e FSE e no segundo através do FEADER e FEAMP. As dotações do QFP aprovado e publicado encontra-se na tabela seguinte.

Tabela 6. Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027

(em milhões de EUR, a preços de 2018)

Dotações de autorização	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Total 2021-2027
1. Mercado único, inovação e digital	19 712	19 666	19 133	18 633	18 518	18 646	18 473	132 781
2. Coesão, resiliência e valores	49 741	51 101	52 194	53 954	55 182	56 787	58 809	377 768
2-A. Coesão económica, social e territorial	45 411	45 951	46 493	47 130	47 770	48 414	49 066	330 235
2-B. Resiliência e valores	4 330	5 150	5 701	6 824	7 412	8 373	9 743	47 533
3. Recursos naturais e ambiente	55 242	52 214	51 489	50 617	49 719	48 932	48 161	356 374
das quais: Despesas de mercado e pagamentos diretos	38 564	38 115	37 604	36 983	36 173	35 772	35 181	258 594
4. Migração e gestão das fronteiras	2 324	2 811	3 164	3 282	3 672	3 682	3 736	22 671
5. Segurança e defesa	1 700	1 725	1 737	1 754	1 928	2 078	2 263	13 185
6. Vizinhaça e mundo	15 309	15 522	14 789	14 056	13 323	12 592	12 828	98 419
7. Administração pública europeia	10 021	10 215	10 342	10 454	10 554	10 673	10 843	73 102
das quais: Despesas administrativas das instituições	7 742	7 875	7 945	7 997	8 025	8 077	8 188	55 852
<b>TOTAL DAS DOTAÇÕES DE AUTORIZAÇÃO</b>	<b>154 049</b>	<b>153 254</b>	<b>152 848</b>	<b>152 750</b>	<b>152 896</b>	<b>153 390</b>	<b>155 113</b>	<b>1 074 300</b>
<b>TOTAL DAS DOTAÇÕES DE PAGAMENTO</b>	<b>156 557</b>	<b>154 822</b>	<b>149 936</b>	<b>149 936</b>	<b>149 936</b>	<b>149 936</b>	<b>149 936</b>	<b>1 061 058</b>

Fonte: Anexo I do Regulamento (UE, Euratom) 2020/2093 do Conselho de 17 de dezembro de 2020

O contexto de Pandemia pelo SARS-Cov2 determinou, em 2020, uma mudança estrutural em termos de orçamento europeu, justificada pela profunda crise social e económica com que os Estados-Membros se deparam, tendo sido apresentado em maio de 2020 e aprovado em dezembro do mesmo ano o **Plano de Recuperação e Resiliência**, uma nova proposta para o período 2021-2027 que integra o reforço dos apoios e consolida o desígnio de investir numa Europa Ecológica (*Green*), Digital e Resiliente.

A revisão do Orçamento Europeu é assim reforçada por novos mecanismos criados para dar resposta aos atuais desafios, com a proposta da Comissão Europeia de mobilização de investimento e apoios cruciais nos primeiros cinco anos de recuperação económica, integrando-os no reforço do QFP 2021-27, destacando-se o seguinte:

- a) **Instrumento de Recuperação da União Europeia**, de carácter temporário, o **"Next Generation EU"**, com um montante de 750 mil milhões de euros (a preços de 2018) e que alavancará a retoma económica. Os fundos deste novo instrumento serão canalizados através de programas europeus para apoiar medidas imediatas e urgentes, necessárias para proteger os rendimentos das famílias, colocar a economia de pé e promover um crescimento sustentável e resiliente; i.e., as verbas do novo instrumento integram a estrutura do QFP. O novo instrumento é sustentado em três pilares que agregam um conjunto de mecanismos/instrumentos europeus novos e já existentes, mas alterados para responder ao contexto:

- **Pilar 1. Apoiar os Estados-Membros para a recuperação:** (i) Mecanismo de Recuperação e Resiliência; (ii) Iniciativa REACT-EU e (iii) para apoiar a transição ecológica são reforçados o Fundo de Transição Justa e o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural.
  - **Pilar 2. Relançar a economia da UE através dos incentivos aos investimentos privados:** (i) novo Instrumento de Apoio à Solvabilidade; (ii) Atualização do InvestEU, com um novo Mecanismo de Investimento Estratégico.
  - **Pilar 3. Aprender com as lições da crise:** (i) Novo programa focado na saúde - EU4Health, para reforçar a segurança sanitária e prever futuras crises sanitárias. Apoio à prevenção, preparação para situações de crise, aquisição de medicamentos e equipamentos vitais, bem como à melhoria dos resultados a longo prazo em matéria de saúde; (ii) Reforço de outros programas-chave como o rescEU (Mecanismo de Proteção Civil da União) e o Horizonte Europa com reforço para apoiar o reforço da investigação e inovação em áreas chave como a saúde e ação climática e (iii) Reforço do Instrumento de Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional.
- b) Com o *Next Generation EU*, o QFP 2021-2027 é robustecido, sendo propósito da Comissão Europeia direcionar investimento para onde ele é mais necessário, reforçar o mercado único e a cooperação em áreas chave como a saúde, gestão de crise e dotar a União Europeia de um orçamento de longo prazo que permita responder aos desafios da sustentabilidade e da digitalização e construir uma sociedade mais justa e resiliente.

O quadro financeiro plurianual 2021-2027 aprovado é o maior alguma vez financiado pela União Europeia, sendo de salientar os seguintes compromissos:

- *“Mais de 50% do montante apoiará a modernização por meio de políticas que incluem a investigação e a inovação, através do Horizonte Europa; uma transição climática e digital justa, através do Fundo para uma Transição Justa e do Programa Europa Digital; a preparação, a recuperação e a resiliência, através do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, do rescEU e de um novo programa de saúde, o EU4Health.*
- *As políticas tradicionais, como a política de coesão e a política agrícola comum, também continuam a receber um apoio financeiro significativo, extremamente*

necessário para assegurar a estabilidade em tempos de crise e para a sua modernização, que deve contribuir para a recuperação e a transição ecológica e digital.

- **30% dos fundos da UE serão empregues na luta contra as alterações climáticas, a maior percentagem de sempre do maior orçamento europeu de sempre. É também dedicada especial atenção à proteção da biodiversidade e à igualdade entre homens e mulheres.**
- **O orçamento disporá de mecanismos de flexibilidade reforçados para garantir a sua capacidade de responder a necessidades imprevistas. Trata-se, pois, de um orçamento adequado não só às realidades atuais, mas também às incertezas do futuro.**
- **Tal como proposto em maio de 2020 e acordado pelos dirigentes da UE em 21 de julho de 2020, para financiar a recuperação, a UE irá contrair empréstimos nos mercados a taxas mais favoráveis do que numerosos Estados-Membros e redistribuirá esses montantes.**
- **Um roteiro claro com vista a introduzir novos recursos próprios para ajudar a reembolsar os empréstimos contraídos. A Comissão comprometeu-se a apresentar, até junho de 2021, propostas relativas a um mecanismo de ajustamento das emissões de carbono nas fronteiras e a um imposto digital, com vista à sua introdução o mais tardar em 1 de janeiro de 2023. A Comissão procederá também a uma revisão do sistema de comércio de licenças de emissão da UE, incluindo o seu eventual alargamento aos setores da aviação e do transporte marítimo, na primavera de 2021, e, até junho de 2021, proporá um recurso próprio baseado nesse sistema. (...).<sup>6</sup>**

Na Figura 5 e Figura 6 apresenta-se o gráfico informativo com a distribuição final do QFP 2021-2027 e na Tabela 7 a afetação orçamental a favor de Portugal.

<sup>6</sup> Comissão Europeia, [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP\\_20\\_2073](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_20_2073)

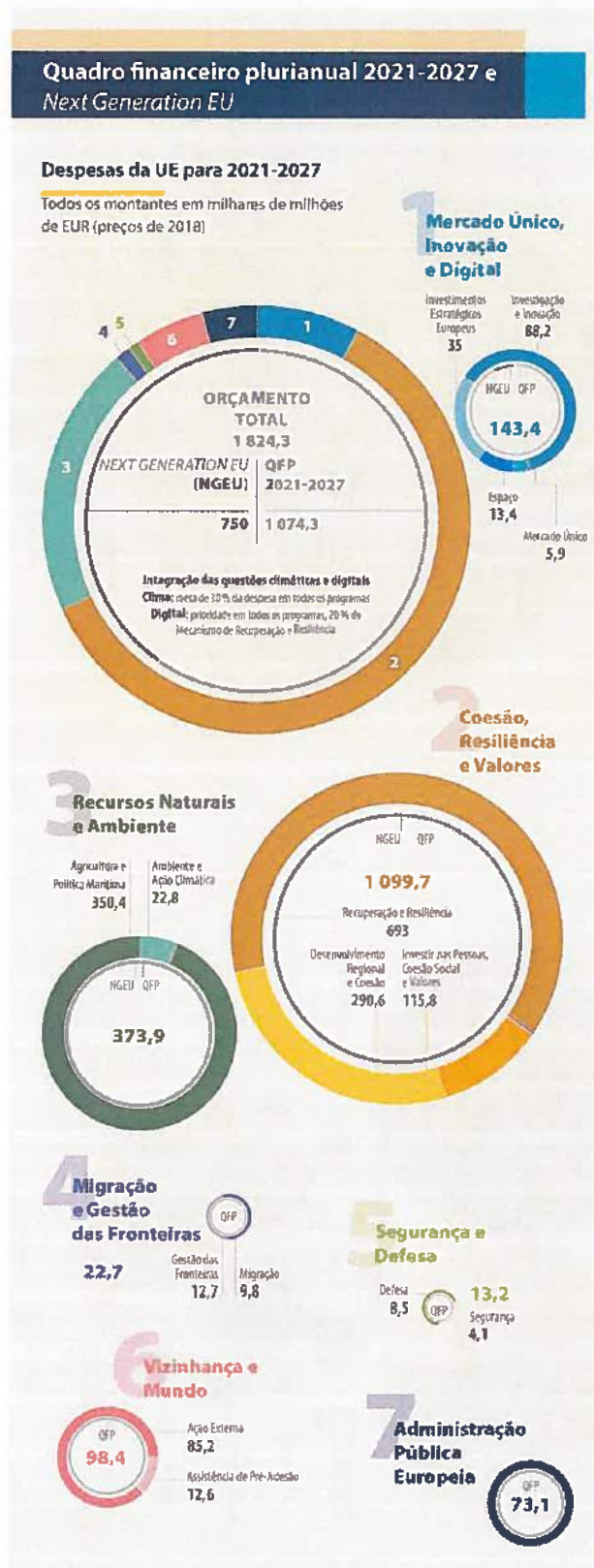


Figura 5. Novo orçamento europeu Quadro Financeiro Plurianual e Next Generation EU (parte I)  
 Fonte: Conselho Europeu





Tabela 7. Afetação orçamental a favor de Portugal por programa / instrumento europeu

QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL 2021-2027								
Fundos da Política de Coesão								
	Fundo Social Europeu +	FEDER	FC	Do qual transferido para o CEF (Connecting Europe Facility)	ETC (European Travel Commission)	Total		
Total UE-27	87 319	192 410	42 556	10 000	7 950	330 235		
Portugal	6 651	10 201	3 946	930	121	20 219		
<i>Unidade: milhões de euros</i>								
FEADER (só QFP 2021-2027, preços correntes)								
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Total
Total UE-27	14 787.9	12 108.9	12 108.9	12 108.9	12 108.9	12 108.9	12 108.9	87 441.3
Portugal	660.1	540.6	540.6	540.6	540.6	540.6	540.6	3 903.4
<i>Unidade: milhões de euros</i>								
Fundo Europeu Agrícola de Garantia (preços correntes)								
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Total
Total UE-27	38 104.6	38 364.1	38 501.4	38 608.2	38 715.1	38 821.9	38 928.8	270 044.1
Portugal	587.3	596.1	604.8	613.6	622.4	631.2	640.0	4 295.3
<i>Unidade: milhões de euros</i>								
NEXT GENERATION EU								
FEADER (Next GenerationEU, preços correntes)								
	2021		2022		Total			
Total UE-27	2 387.7		5 682.8		8 070.5			
Portugal	104.6		248.9		353.5			
<i>Unidade: milhões de euros</i>								
REACT EU em 2021								
	Preços 2018				Preços correntes			
Total UE-27	37 500				39 795			
Portugal	1 508				1 600			
<i>Unidade: milhões de euros</i>								
Mecanismo de Recuperação e Resiliência (preços correntes) (alocação máxima de subsídios *)								
	Para 70% do montante disponível		Para 30% do montante disponível		Total			
Total UE-27	134.5		103.5		338			
Portugal	9.8		4.1		13.9			
<i>Unidade: mil milhões de euros</i>								
Fundo para a transição justa (preços 2018)								
	No âmbito do NextGenerationEU		No âmbito do QFP 2021-2027		Total			
Total UE-27	10 000		7 500		17 500			
Portugal	116		87		204			
<i>Unidade: milhões de euros</i>								

Fonte: Comissão Europeia

#### 4.1.1.3 Contexto nacional | Portugal 2030

A estratégia Portugal 2030 foi aprovada e publicada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 98/2020 de 13 de novembro<sup>7</sup>. A sua estrutura assenta em quatro agendas temáticas centrais para o desenvolvimento no horizonte de 2030.

*A “Estratégia, densificada em domínios e eixos estratégicos de intervenção, consubstancia a visão da próxima década de recuperação e convergência de Portugal com a Europa, entretanto interrompida com a pandemia da doença COVID-19, assegurando, simultaneamente, a coesão e a resiliência social e territorial interna. A Estratégia tem em conta os desafios estruturais que a recente pandemia revelou e acentuou, desde a necessidade de aumentar a resiliência da economia, das sociedades e dos territórios, até certas disrupções socioeconómicas com impacto nas formas de organização da economia e da sociedade. Assume-se, igualmente, como referencial estratégico para as políticas públicas em Portugal e para a mobilização das respetivas fontes de financiamento nacionais e comunitárias, incluindo o Plano de Recuperação e Resiliência”.*

Nas tabelas seguintes sistematizam-se os domínios estratégicos e eixos de intervenção de cada uma das quatro agendas temáticas.

Tabela 8. Domínios estratégicos e eixos de intervenção da Agenda Temática 1

Agenda temática	1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade
Domínio estratégico	Eixos de intervenção
A. Sustentabilidade demográfica	i. Promover a natalidade e melhorar as condições para o exercício da parentalidade; ii. Facilitar a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar; iii. Promover a empregabilidade e a qualidade do emprego, em particular de jovens, criando condições para o aumento da natalidade; iv. Promover uma gestão ativa dos fluxos migratórios e promover a integração de imigrantes, de modo a contribuir para a sustentabilidade demográfica e territorial; v. Promover o envelhecimento ativo.
B. Promoção da inclusão e luta contra a exclusão	i. Promover o emprego, a empregabilidade e a inclusão de todos, com uma especial atenção aos grupos mais vulneráveis; ii. Promover a criação do próprio emprego, de empresas e o empreendedorismo social; iii. Promover a inclusão das PDCT; iv. Promover o combate à pobreza e exclusão social.
C. Resiliência do sistema de saúde	i. Promover a prevenção de doenças e estilos de vida saudáveis; ii. Garantir a universalidade do acesso e o aumento da resiliência e qualidade dos serviços de saúde.
D. Garantia de habitação	i. Promover uma nova oferta de habitação pública (habitação social e habitação a custos acessíveis); ii. Reabilitar o parque público de habitação existente.

<sup>7</sup> Excerto em [anexo](#).

condigna e acessível	
E. Combate às desigualdades e à discriminação	<ul style="list-style-type: none"> <li>i. Promover a igualdade entre mulheres e homens, como elemento nuclear de uma sociedade digna;</li> <li>ii. Combater todas as formas de discriminação e promover a igualdade substantiva;</li> <li>iii. Promover uma redução sustentada e sustentável das desigualdades na distribuição de rendimentos.</li> </ul>

Tabela 9. Domínios estratégicos e eixos de intervenção da Agenda Temática 2

Agenda temática	2. Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento
Domínio estratégico	Eixos de intervenção
A. Promoção da sociedade do conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>i. Reforçar a base de conhecimento científico alinhado com as prioridades de desenvolvimento da economia e sociedade portuguesas e europeias e a capacidade de resposta aos desafios sociais e económicos, estimulando a capacidade de investigação das entidades não empresariais do Sistema de Investigação e Inovação (Sistema de I&amp;I), de modo a garantir a afirmação e especialização de Portugal no contexto das prioridades definidas a nível europeu;</li> <li>ii. Reforçar a capacidade de transferência de conhecimento das entidades não empresariais do Sistema de I&amp;I, promovendo a sua ligação mais estreita com o tecido económico;</li> <li>iii. Promover a cultura enquanto fator de cidadania e de valorização da informação e do conhecimento, da aprendizagem, da qualificação e da formação contínua, da criatividade e a inovação como fatores-chave da competitividade.</li> </ul>
B. Digitalização e inovação empresarial	<ul style="list-style-type: none"> <li>i. Transformar estruturalmente a economia, com a catalisação de novo investimento estruturante, em particular IDE, e a promoção de um ecossistema de empreendedorismo, que atraia investidores nacionais e estrangeiros para investirem em <i>startups</i> e promovam e acelerem o seu crescimento, em particular das orientadas para os mercados externos, assumindo-se como fatores de mudança disruptiva da estrutura produtiva;</li> <li>ii. Promover o empreendedorismo e o espírito empresarial, nomeadamente facilitando o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de incubadoras, viveiros de empresas, entre outras;</li> <li>iii. Qualificar o tecido empresarial e aumentar a sua dimensão média, promovendo posicionamentos mais qualificados das empresas portuguesas em cadeias de valor internacionais, explorando também as oportunidades decorrentes da digitalização, das alterações climáticas/economia circular dos serviços dos ecossistemas e economia azul ou da evolução demográfica e do envelhecimento;</li> <li>iv. Aumentar a intensidade em conhecimento, através do reforço das condições de incorporação de conhecimento e da digitalização na atividade produtiva, promovendo um sistema de inovação aberto e a melhoria do quadro de absorção de conhecimento no tecido económico nacional, seja reforçando os mecanismos de incorporação de I&amp;D realizada pelas entidades não empresariais do Sistema de I&amp;I seja reforçando a criação de conhecimento no seio das empresas;</li> <li>v. Estimular a produção de bens e serviços por via do aproveitamento das oportunidades de mercado criadas pela dinamização do investimento público e privado, sobretudo em novos domínios emergentes (e. g. digitalização, transição energética, mobilidade, reabilitação), contribuindo simultaneamente para a competitividade da produção nacional.</li> </ul>
C. Qualificação dos recursos humanos	<ul style="list-style-type: none"> <li>i. Combater o abandono e insucesso escolar e desenvolver competências adequadas à sociedade atual e potenciadoras de transformações sociais;</li> <li>ii. Alinhar a qualificação inicial dos jovens com as novas especializações económicas, dando particular atenção às competências digitais, e à promoção da inserção profissional dos jovens;</li> <li>iii. Promover a formação contínua e a ALV, incluindo a elevação dos níveis de qualificação e a melhoria e reconversão de competências dos ativos, dando particular</li> </ul>

	<p>atenção às competências digitais e às novas competências alinhadas com as novas profissões;</p> <p>iv. Aumentar o número de jovens a frequentar o ensino superior e promover o sucesso/conclusão deste nível de ensino (garantindo o aumento da taxa de progressão dos estudos até à aquisição do respetivo diploma), com foco nas competências alinhadas com as novas especializações económicas;</p> <p>v. Promover a formação avançada de recursos humanos em todas as áreas do conhecimento, dando particular atenção aos domínios e áreas alinhados com novas especializações económicas e as necessidades do mercado de trabalho, assim como às competências digitais.</p>
D. Qualificação das instituições	<p>i. Modernizar, capacitar institucionalmente e formar a Administração Pública, explorando em particular as vantagens associadas aos serviços públicos digitais e ao acesso às TIC e promovendo ganhos de eficiência, a inovação nos modelos de gestão e a promoção da ética;</p> <p>ii. Simplificar os procedimentos administrativos, reduzir os custos de contexto e aproximar as estruturas públicas, procurando garantir um ambiente mais favorável para o setor empresarial, desenvolver a sua atividade e os cidadãos cumprirem as suas obrigações.</p>

Tabela 10. Domínios estratégicos e eixos de intervenção da Agenda Temática 3

Agenda temática	3. Transição climática e sustentabilidade dos recursos
Domínio estratégico	Eixos de intervenção
A. Descarbonizar a sociedade e promover a transição energética	<p>i. Promover a mobilidade sustentável;</p> <p>ii. Descarbonizar a indústria;</p> <p>iii. Promover a transição e eficiência energética.</p>
B. Tornar a economia circular	<p>i. Tornar a economia mais eficiente;</p> <p>ii. Transformar resíduos em recursos;</p> <p>iii. Tornar a economia regenerativa;</p> <p>iv. Promover uma sociedade mais sustentável.</p>
C. Reduzir os riscos e valorizar os ativos ambientais	<p>i. Gerir os recursos hídricos;</p> <p>ii. Proteger e valorizar o litoral;</p> <p>iii. Melhorar a qualidade dos solos, do ar e do ambiente nas cidades;</p> <p>iv. Conservar a natureza e a biodiversidade;</p> <p>v. Reduzir os riscos de catástrofes.</p>
D. Agricultura e florestas sustentáveis	<p>i. Promover o potencial económico da agricultura e seu contributo para a sustentabilidade do território;</p> <p>ii. Promover a gestão sustentável das florestas e seu contributo para a sustentabilidade do território;</p> <p>iii. Utilizar eficientemente os recursos nos setores agrícola, alimentar e florestal;</p> <p>iv. Proteger os ecossistemas e a biodiversidade.</p>
E. Economia do mar sustentável	<p>i. Apoiar a reestruturação da pesca artesanal e as artes de pesca seletivas para uma pesca sustentável e contribuir para a valorização do pescado;</p> <p>ii. Promover a modernização das frotas de pesca com embarcações com eficiência energética, digital e rendimento justo;</p> <p>iii. Promover a I&amp;I e a prospeção de novos recursos e novas aplicações;</p> <p>iv. Promover a utilização sustentável dos recursos e a biodiversidade marinha;</p> <p>v. Promover uma pesca e uma aquicultura eficientes em termos de recursos, inovadora, competitiva e baseada no conhecimento.</p>

Tabela 11. Domínios estratégicos e eixos de intervenção da Agenda Temática 4

Agenda temática	4. Um país competitivo externamente e coeso internamente	
Domínio estratégico	Eixos de intervenção	
A. Competitividade das redes urbanas	i. Promover redes de cidades de conhecimento, digitalização e inovação; ii. Promover a conectividade externa das cidades e das zonas urbanas, nomeadamente ao nível da conectividade digital; iii. Melhorar a atratividade e sustentabilidade das cidades e reforçar o sistema urbano e a articulação urbano-rural; iv. Apoiar a regeneração física, económica e social das zonas urbanas onde residam comunidades desfavorecidas; v. Promover o papel dos atores da economia social nas redes urbanas, em particular na prestação e gestão de serviços coletivos de interesse geral.	
B. Competitividade e coesão na baixa densidade	i. Promover o crescimento económico e emprego com base no potencial endógeno e nas possibilidades que o teletrabalho pode proporcionar na fixação de trabalhadores qualificados atraídos pelas características destes territórios, promovendo a valorização em toda a sua plenitude dos recursos endógenos, com particular realce para a aposta no turismo enquanto elemento agregador da estratégia de afirmação dos territórios; ii. Conservar, proteger, promover e desenvolver o património natural e cultural; iii. Diversificar a base económica, promovendo o aparecimento de novas atividades geradoras de valor e criadoras de emprego; iv. Otimizar a gestão e prestação em rede dos serviços coletivos existentes nas áreas da educação, desporto, saúde, cultura, social e de índole económica e associativa, assegurando níveis adequados de provisão de bens e serviços públicos e acesso às redes digitais, potenciando as ligações rural-urbano; v. Potenciar o papel da economia social na gestão da rede de serviços coletivos.	
C. Projeção da faixa atlântica	i. Melhorar a competitividade do sistema portuário e do transporte marítimo, promover as redes logísticas e das ligações rodoferroviárias a portos, explorando as oportunidades criadas pela reconfiguração das grandes rotas marítimas de comércio internacional; ii. Aproveitar o potencial geográfico e económico das Regiões Autónomas; iii. Explorar e gerir a fronteira marítima.	
D. Inserção territorial no mercado ibérico	i. Adotar e implementar uma estratégia de orientação para o mercado ibérico dos territórios das regiões de fronteira continental, promovendo o planeamento integrado da cooperação transfronteiriça e incentivando a atividade económica nos territórios confinantes com Espanha; ii. Melhorar as ligações rodoferroviárias transfronteiriças.	

A prossecução desta Estratégia mobilizará instrumentos de natureza diversa, nomeadamente legais, financeiros e fiscais, e envolverá a mobilização das diversas fontes de financiamento, nomeadamente:

- a) Fundos europeus: (i) fundos do novo Acordo de Parceria (Fundos da Política de Coesão) e do PEPAC (Fundos da Política Agrícola Comum e do Desenvolvimento Rural); (ii) fundos adicionais do pacote do *Next Generation EU*, principalmente do Instrumento Recuperação e Resiliência (que financiará o Plano de Recuperação e Resiliência), do REACT e do Fundo de Transição Justa; (iii) fundos de gestão centralizada, principalmente do Horizonte Europa e CEF (*Connecting European Facility*);

- b) Outros fundos nacionais: (i) Orçamento do Estado e (ii) fundos específicos, nomeadamente o Fundo Ambiental;
- c) Empréstimos de instituições financeiras nacionais ou internacionais, como, por exemplo, o Banco Europeu de Investimento;
- d) Fontes de financiamento do setor privado.

Complementarmente, tendo como referencial a Estratégia Portugal 2030, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2020, de 13 de novembro estabelece os princípios orientadores e a estrutura operacional do período de programação de fundos europeus da política de coesão relativo a 2021-2027 a nível nacional.

É definida a estruturação operacional dos fundos da política de coesão, Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo de Coesão e Fundo Social Europeu, de acordo com o seguinte:

- a) **Três Programas Operacionais Temáticos no Continente:**
  - i. **Demografia e inclusão**, dando cumprimento, principalmente, à agenda temática da Estratégia «As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade» e qualificações, da agenda temática da Estratégia «Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento», com exceção das qualificações no âmbito da atividade empresarial;
  - i. **Inovação e transição digital**, dando cumprimento, principalmente, à agenda temática da Estratégia «Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento»;
  - ii. **Transição climática e sustentabilidade dos recursos**, dando cumprimento, principalmente, à agenda temática da Estratégia «Transição climática e sustentabilidade dos recursos»;
- b) **Cinco PO Regionais no Continente**, correspondentes ao território de cada NUTS II, dando cumprimento, principalmente, à agenda temática da Estratégia «Um país competitivo externamente e coeso internamente», incluindo a declinação territorial das restantes agendas temáticas da Estratégia;
- c) **Dois PO Regionais nas Regiões Autónomas;**
- d) **Um PO de Assistência Técnica.**

De realçar ainda que a RCM estabelece a possibilidade de serem definidos **modelos flexíveis de programação de base territorial para resposta a problemas territoriais específicos,**

mobilizando os instrumentos previstos no quadro regulamentar europeu e de acordo com as seguintes modalidades:

- a) Intervenções operacionais integradas de base territorial, privilegiando a escala administrativa das NUTS III para os objetivos da atratividade e regeneração dos centros urbanos, da provisão de serviços públicos de proximidade, incluindo a dimensão da mobilidade associada a esta provisão, na prossecução das estratégias territoriais de descarbonização nas áreas metropolitanas e centros regionais e na sua articulação com os centros de polaridade do PNPO, na resolução de debilidades estruturais específicas de determinados territórios, incluindo económicas, sociais e ambientais e, numa ótica de seletividade, privilegiando territórios funcionais para estratégias de competitividade territorial e valorização económica de recursos endógenos;
- b) Outras intervenções integradas de base territorial, podendo envolver mais do que uma NUTS III, para concretização de estratégias e investimentos estruturantes de interesse comum, nomeadamente no âmbito dos subsistemas territoriais do PNPO;
- c) Planos territoriais para a transição justa, ao nível das NUTS III, prosseguidos no âmbito da mobilização do Fundo para a Transição Justa, a definir no âmbito do processo de negociação com a Comissão Europeia, onde os processos de transição para modelos económicos menos intensivos em carbono, em linha com o Plano Nacional de Energia e Clima, acarretam maiores impactos socioeconómicos;
- d) Parcerias para a coesão privilegiando a intervenção sub NUTS III e supramunicipal, no âmbito de subterritórios com dimensões de intervenção coerente centradas na ação de proximidade entre atores e territórios, procurando incentivar abordagens inovadoras e reforço da capacitação para a ação, numa ótica de ações piloto dinamizadas pelas Autoridades de Gestão dos PO Regionais.

#### 4.1.1.4 Contexto regional

Na Região Centro, a preparação do período de programação 2021-2027 levou ao desenvolvimento do documento “Visão Estratégica Região Centro 2030”, um suporte para a conceção e formatação do Programa Operacional Regional (POR) 2021-2027 e para a revisão da Estratégia Regional para a Inovação e a Especialização Inteligente (RIS3) e as prioridades na resposta a constrangimentos e à valorização de recursos específicos da região que os restantes Programas poderão assegurar. Este documento evoluirá à medida que forem conhecidas com mais pormenor as opções nacionais para gerar um equilíbrio coerente entre agendas europeias, grandes objetivos nacionais e prioridades para a região.

Na sua versão divulgada em novembro de 2020 são identificados os constrangimentos e desafios, apresentados na tabela seguinte.

Tabela 12. Constrangimentos e desafios – Região Centro 2030

Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Declínio demográfico.</li><li>▪ Constrangimentos que continuam a penalizar o desempenho de inovação da região.</li><li>▪ Incongruências da governação multinível.</li><li>▪ Défice crónico de qualificações.</li><li>▪ Carências em termos de infraestruturas e serviços avançados de suporte à internacionalização e competitividade.</li></ul>
Desafios
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Transformação das dinâmicas de I&amp;D – inovação em melhorias efetivas de competitividade e de sustentação do emprego e rendimento.</li><li>▪ Redução dos níveis de vulnerabilidade dos territórios mais interiores e da recuperação da sua imagem e resiliência como possíveis atratores de iniciativas, de jovens e de investimento.</li><li>▪ Resiliência e atração de pessoas e investimento aos territórios mais interiores com mudanças estruturais dos seus sistemas produtivos de modo a integrar a situação de stresse hídrico em que tais territórios estão mergulhados.</li><li>▪ Aprofundamento e intensificação das dinâmicas de inovação reforce o modelo territorial equilibrado da região.</li><li>▪ Coberturas sociais para as novas tipologias de problemas suscitados pelo declínio demográfico e pelas ameaças da digitalização e da globalização.</li><li>▪ Transformação do conhecimento e capacidade de investigação para a emergência climática e valorização da economia circular em capacidade alargada de geração de projetos para a região.</li><li>▪ Qualificações e competências.</li><li>▪ Incremento da variedade relacionada e da progressão na cadeia de valor induzidas pela RIS3 do Centro e o alargamento da base territorial dos processos de descoberta empreendedora.</li><li>▪ Organização da rede territorial regional de suporte à prestação de Serviços de Interesse Geral (SIG) em estreita articulação com a densificação do sistema urbano regional e com as estratégias sub-regionais a elaborar pelas CIM.</li></ul>

Fonte: CCDRC - Visão Estratégica para a Região Centro 2030, outubro 2020

O quadro estratégico regional definido assenta nos seguintes desígnios estratégicos:



- Uma região que procura reforçar a sua competitividade nacional e internacional e consolidar um modelo de inovação territorial e socialmente inclusiva.
- Uma região que pretende trabalhar e promover a capacitação para a resiliência dos territórios.
- Uma região que ambiciona liderar a evolução para uma sociedade mais sustentável.
- Uma região que procura aproveitar estrategicamente o seu sistema urbano.
- Uma região capaz de organizar a oferta de qualificações e competências.

Com base no contexto e nos desígnios definidos, a estratégia regional estrutura-se em oito prioridades.

Tabela 13. Prioridades estratégicas

Reforçar e diversificar territorialmente as dinâmicas de inovação	Promover a melhoria das condições de conectividade digital e de mobilidade em geral	Valorizar e densificar o sistema urbano regional	Combater as fragilidades e vulnerabilidades de diferentes tipos de territórios da região
Reforçar as dinâmicas de inovação baseadas no conhecimento e promover/consolidar novos focos territoriais de inovação e a sua materialização na melhoria dos níveis de competitividade regional e das empresas	Dotar a região de condições de conectividade digital e de mobilidade em geral numa perspectiva de (i) condições de suporte à internacionalização, (ii) de fixação de recursos humanos nos territórios mais carenciados de rejuvenescimento demográfico e de (iii) capacitação de ativos e cidadãos	Valorizar e densificar o sistema urbano regional segundo uma lógica de competitividade e de internacionalização da região e de sustentabilidade, racionalização, fixação e concentração de energias e recursos em contexto de acentuado declínio demográfico	Promover um combate sistemático às fragilidades e vulnerabilidades dos territórios da região, incluindo a exposição a riscos de vários tipos, segundo uma lógica de "as pessoas primeiro" e de planeamento inteligente da oferta de Serviços de Interesse Geral (SIG)
Adaptar proativamente a região à emergência climática e à descarbonização	Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos problemas sociais	Promover e reforçar a melhoria de qualificações de ativos e de população em geral	Promover as melhores condições para a internacionalização e cooperação internacional
Promover a adaptação da região à emergência climática e à transição para uma economia e sociedade regionais de mais baixo carbono, incluindo a integração de modelos de negócio para a economia circular, a transformação de modos de produção agrícola e florestal e mudança no paradigma energético	Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos problemas sociais, tendo em conta a diversidade dos modelos territoriais da região e mobilizando os importantes ativos de investigação, de conhecimento e de capacidade de intervenção existentes na região	Promover e reforçar a melhoria de qualificações de ativos e de população em geral segundo uma perspectiva de educação como fator de inclusão e de capacitação de indivíduos e organizações em termos das competências exigidas pela transformação da região	Promover as melhores condições para a internacionalização e cooperação internacional das instituições, organizações e empresas da Região Centro no quadro do atual modelo de organização territorial do Estado e das transformações em curso em matéria de descentralização

Fonte: CCDRC - Visão Estratégica para a Região Centro 2030, outubro 2020

O documento estratégico regional integra ainda um exercício que (i) avalia e concretiza a estratégia do ponto de vista das particularidades e posicionamento dos territórios NUTS III da Região Centro e (ii) integra as linhas fundamentais de exercícios de planeamento já concretizados pelas CIM. Neste exercício, verifica-se que a Região de Viseu Dão Lafões *“tem um papel estratégico na operacionalização da estratégia de desenvolvimento regional, pois representa a mais importante concentração de atividade empresarial localizada fora da zona litoral da Região Centro. Assim, também na estratégia de ordenamento territorial, a sub-região de VDL assume um papel de rótula para a coesão territorial da região, aliás facilitado pela sua localização num dos principais eixos viários de ligação do Centro com o território espanhol e o centro da Europa. Em coerência com esse papel, não é por acaso que a CIMVDL reivindica que a Visão Estratégica para a Região Centro combata a dicotomia “territórios de competitividade – territórios de coesão”. A CIMVDL trabalha numa visão que coloca a governação territorial baseada na cooperação intermunicipal como aposta para a “dinamização do seu tecido empresarial e afirmação do potencial dos seus patrimónios natural, cultural e social, proporcionando novos 101 modos de usufruir o território, baseados em elevados padrões de qualidade de vida e numa forte e harmoniosa integração entre o urbano e o rural”. Assumem ainda como prioridades complementares a “transição ecológica sustentável, a neutralidade carbónica, a economia circular e regenerativa, a transformação digital e o ressurgimento de uma ruralidade renovada”. Este quadro de referência declina-se em oito eixos de revisitação da EIDT:*

- *(i) educação, qualificação e competências;*
- *(ii) coesão social;*
- *(iii) competitividade, empresas e empreendedorismo;*
- *(iv) turismo, recursos e atratividade;*
- *(v) ambiente, transição energética e economia circular;*
- *(vi) alterações climáticas, prevenção de riscos e proteção civil;*
- *(vii) sistema territorial urbano-rural;*
- *(viii) governança, capacitação institucional, inteligência territorial.”*

Considerando este contexto, assume-se que estratégia regional apresenta condições favoráveis de territorialização que apontam para as seguintes diretrizes:

- *Promover a consolidação e extensão da base empresarial existente, reforçando as condições do ecossistema empresarial dedicadas à atração de investimento, à atração*

*de recursos humanos qualificados e de novos residentes, à fixação de empresas especializadas em serviços tecnológicos e de inovação às empresas, à cooperação com infraestruturas de base tecnológica e de valorização e transferência de conhecimento e à transformação digital;*

- *Valorizar o combate à emergência climática como oportunidade de revisão dos sistemas e modelos de produção agrícola e florestal, da valorização de recursos endógenos e dos modelos de oferta turística em territórios de baixa densidade;*
- *Promover negócios de economia circular para os territórios interiores, capitalizando a manifestação da sua presença ativa nos trabalhos e no desenho da Agenda Regional para a Economia Circular da Região Centro;*
- *Dinamizar as cadeias de valor, nomeadamente associadas ao sistema alimentar urbano e aos circuitos curtos agroalimentares;*
- *Reforço das qualificações intermédias de jovens e de adultos ativos como elemento de uma estratégia de atração de investimento;*
- *Programa de capacitação de instituições de ação e proteção social com intervenção nos territórios de mais baixa densidade, focado na melhoria das condições de resiliência das populações residentes nesses territórios, com destaque para a população mais envelhecida;*
- *Valorizar, gerir e monitorizar os serviços de ecossistema (nomeadamente, a agricultura e as florestas), quer na vertente produtiva, quer na de lazer e cultura, quer ainda em termos de regulação, descarbonização e adaptação às alterações climáticas.*
- *Modernizar a rede de instituições do serviço público de saúde no sentido de assegurar simultaneamente a melhoria das condições de vida da população já residente, superar carências existentes e criar condições para uma mais efetiva atração de novos residentes;*
- *Conceber e implementar um programa coerente de projetos e ações que materializem pactos territoriais urbano-rurais no território de VDL, viabilizados pela governança inovadora proporcionada e acolhida pela CIM, capitalizando o efeito de demonstração que o modelo urbano de Viseu tem vindo a adquirir do ponto de vista dos indicadores de qualidade de vida;*
- *Avaliar recursos e viabilidade de constituição de Centro para a Gestão Integrada, Valorização de bio-resíduos, subprodutos e energia sustentável.*

A projeção da estratégia também se reflete num conjunto de projetos estruturantes apresentados na tabela seguinte:

Tabela 14. Exemplos de projetos estruturantes

<b>Transportes e Mobilidade</b>	<b>Ferrovias</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promoção da mobilidade elétrica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Corredor Internacional Norte: Novo troço Aveiro/Mangualde (PNI 2030).</li> </ul>
<b>Rodovia (PNI2030)</b>	<b>Energia - Redes</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ligação ao IP3 dos concelhos localizados no corredor sul;</li> <li>Conclusão do IC12 entre Canas de Senhorim e Mangualde /ligação A25;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promoção das interligações de gás natural: "Investimentos que visem o reforço das interligações de gás natural, nomeadamente: (i) 3ª Interligação entre Portugal-Espanha (projeto consta da 3ª lista de Projetos de Interesse Comum); (ii) Aumento da Capacidade de armazenamento de GNL (condicionado à construção da 3ª interligação entre Portugal e Espanha) (PNI 2030).</li> </ul>
<b>Recursos hídricos</b>	<b>Saúde</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Construção de nova barragem em Fagilde e remodelação de todo o sistema de distribuição em alta (Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, Sátão e Viseu);</li> <li>Barragem de Sanguinhedo das Maças (Viseu);</li> <li>Barragem de Pinhosão   Maeira (São Pedro do Sul).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Centro Oncológico no Centro Hospitalar Tondela - Viseu E.P.E.;</li> <li>Reforço da rede de saúde mental/demência, nomeadamente no Hospital Psiquiátrico de Viseu</li> </ul>

Fonte: CCDRC - Visão Estratégica para a Região Centro 2030, outubro 2020

#### 4.1.1.5 Revisitação da Estratégia de Desenvolvimento Territorial Viseu Dão Lafões 2020

O processo de revisitação da Estratégia Viseu Dão Lafões 2020 e lançamento da reflexão estratégica sobre o próximo período de programação dos Fundos Europeus Estruturais de Investimento culmina no desenvolvimento de uma síntese estratégica e linhas de atuação futura que permitam dotar o subespaço regional de um documento referencial capaz de orientar as opções a tomar ao longo do processo de negociação e de programação. Deste modo, este documento estrutura-se em **oito eixos de intervenção**:



Figura 7. Eixos de intervenção Viseu Dão Lafões 2030

Fonte: Revisitação da Estratégia de Desenvolvimento Territorial Viseu Dão Lafões 2030 – II Síntese Estratégica e Domínios Prioritários de Ação, novembro 2020

Para cada eixo de intervenção foram definidos domínios prioritários, objetivos estratégicos e linhas de ação. A tabela seguinte sintetiza para cada eixo de intervenção, os domínios prioritários e respetivos objetivos.

Tabela 15. Eixos de intervenção, domínios prioritários para a ação e objetivos estratégicos Viseu Dão Lafões 2030

EIXO DE INTERVENÇÃO I: EDUCAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E COMPETÊNCIAS	
Domínios prioritários	Objetivos estratégicos
Sucesso educativo e escolar	<b>OE1.</b> Aumentar o sucesso escolar e a formação integral das crianças e jovens. <b>OE2.</b> Aumentar os níveis de escolaridade e de literacia da população residente.
Aprendizagem ao longo da vida e empregabilidade	<b>OE3.</b> Assegurar oportunidades e maior igualdade no acesso à aprendizagem ao longo da vida. <b>OE4.</b> Assegurar ofertas de educação-formação que respondam a desafios do exercício da cidadania, do território, do desenvolvimento económico e do tecido empregador.
Cooperação e gestão de competências	<b>OE5.</b> Capacitar para a ação e reforçar redes de partilha de conhecimento e de competências. <b>OE6.</b> Assegurar um sistema de acompanhamento e de monitorização de projetos e polos de competência.
EIXO DE INTERVENÇÃO II: COESÃO SOCIAL	
Domínios prioritários	Objetivos estratégicos
Envelhecimento ativo e qualidade de vida das pessoas idosas e suas famílias	<b>OE1.</b> Melhorar a qualidade de vida de pessoas idosas e de pessoas dependentes, bem como das suas famílias e seus/suas cuidadores/as, favorecendo o desenvolvimento de competências, a autonomia, o envelhecimento ativo e saudável e a participação social e comunitária. <b>OE2.</b> Reconhecer, valorizar e qualificar o papel e ação dos/as cuidadores/as formais e informais de pessoas idosas e de pessoas dependentes.
Inclusão social, dinamização comunitária e cidadania	<b>OE3.</b> Promover a inclusão social e melhorar a qualidade de vida e o bem-estar de pessoas com deficiência e suas famílias e cuidadores/as. <b>OE4.</b> Dinamizar a prevenção e a confrontação da violência doméstica e de género, nas suas diferentes configurações e manifestações e considerando diferentes grupos sociais e as distintas etapas do ciclo de vida. <b>OE5.</b> Promover a diversidade social e cultural, a inclusão de minorias e o reforço do tecido associativo, da vida comunitária e dos valores da cidadania. <b>OE6.</b> Fomentar percursos intergeracionais qualificantes nos planos educativo e sociocultural, favorecendo a capacitação das famílias e contribuindo para a melhoria das condições de exercício e vivência da parentalidade.
Saúde mental e comunitária	<b>OE7.</b> Melhorar a condição e a qualidade de vida de pessoas com desafios em matéria de saúde mental, bem como das respetivas famílias e cuidadores/as, promovendo formas adequadas de apoio e modalidades de intervenção favorecedoras da respetiva autonomia e participação social plena. <b>OE8.</b> Fomentar a produção e difusão de conhecimento científico sobre doença e saúde mental, favorecendo a prevenção em saúde mental e comunitária, nos seus diversos níveis e expressões, e incentivando a atuação multissetorial e o trabalho em rede. <b>OE9.</b> Aprofundar os mecanismos e ferramentas de diálogo e concertação interinstitucional, favorecendo a coerência dos diagnósticos e planos, a atuação intermunicipal e a simplificação de processos de decisão.
Inovação social e organizacional, trabalho em rede e qualificação da intervenção	<b>OE10.</b> Promover a inovação social e organizacional, dinamizando a comunicação e o trabalho em rede, capacitando as lideranças institucionais e técnicas e favorecendo a experimentação, a partilha de boas práticas e a sustentação de modalidades de atuação próximas, personalizadas e flexíveis, bem como de dispositivos de intervenção rápida e integrada, incluindo em contexto de emergência. <b>OE11.</b> Apoiar a modernização e simplificação administrativa, a harmonização, integração e digitalização de processos e o aprofundamento da participação dos promotores diretos e dos destinatários na conceção, melhoria contínua e avaliação das respostas adotadas.

EIXO DE INTERVENÇÃO III: COMPETITIVIDADE, EMPRESAS E EMPREENDEDORISMO	
Domínios prioritários	Objetivos estratégicos
Contexto Competitivo e Performance Empresarial em Viseu Dão Lafões	<b>OE1.</b> Promover o Ecossistema Competitivo e o Esforço de Inovação do Tecido Produtivo Local.
Dinâmicas Empreendedoras e Diferenciação Sustentável do Território	<b>OE2.</b> Ativar e potenciar a transição para uma economia mais sustentável.
	<b>OE3.</b> Reforçar a aposta no Empreendedorismo e na Valorização do Potencial Endógeno.
EIXO DE INTERVENÇÃO IV: TURISMO, RECURSOS E ATRATIVIDADE	
Domínios prioritários	Objetivos estratégicos
As Pessoas, Território e Investimento	<b>OE1.</b> Promover a capacitação, empregabilidade e a articulação emprego / formação. <b>OE2.</b> Preservar a memória coletiva, reforçar a identidade cultural, trabalhar a criatividade e o conhecimento. <b>OE3.</b> Promover um desenvolvimento turístico sustentável baseado nas melhores práticas nacionais e internacionais de gestão e desenvolvimento de destinos. <b>OE4.</b> Integrar, inovar, estruturar e promover a oferta e o investimento turístico.
EIXO DE INTERVENÇÃO V: AMBIENTE, TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E ECONOMIA CIRCULAR	
Domínios prioritários	Objetivos estratégicos
Ciclo urbano da água	<b>OE1.</b> Melhorar a qualidade das massas de água e a sua disponibilidade. <b>OE2.</b> Gestão Eficiente e Integrada dos Recursos Hídricos.
Resíduos sólidos e economia circular	<b>OE3.</b> Reduzir a produção de resíduos. <b>OE4.</b> Aumentar a recolha seletiva. <b>OE5.</b> Concretizar a Economia Circular e Regenerativa.
Transição energética	<b>OE6.</b> Fomento da Mobilidade Sustentável. <b>OE7.</b> Promoção do consumo energético mais eficiente. <b>OE8.</b> Produção descentralizada de energias renováveis.
EIXO DE INTERVENÇÃO VI: ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, PREVENÇÃO DE RISCOS E PROTEÇÃO CIVIL	
Domínios prioritários	Objetivos estratégicos
Adaptação às alterações climáticas e prevenção dos riscos	<b>OE1.</b> Promover o Aumento do Conhecimento sobre as Alterações Climáticas e Sobre os Riscos. <b>OE2.</b> Criar ou Melhorar as Ferramentas de Suporte à Decisão. <b>OE3.</b> Implementar Medidas de Adaptação do Território às Alterações Climáticas e de Prevenção dos Riscos.
EIXO DE INTERVENÇÃO VII: SISTEMA TERRITORIAL – URBANO RURAL	
Domínios prioritários	Objetivos estratégicos
Centralidades, redes e sistemas territoriais	<b>OE1.</b> Reforçar as centralidades urbanas no sistema urbano nacional e nas redes internacionais. <b>OE2.</b> Aumentar a atratividade residencial e o acesso de todos à habitação. <b>OE3.</b> Promover redes interurbanas e valorizar sistemas socio-ecológicos de base territorial. <b>OE4.</b> Aumentar a resiliência nos sistemas urbanos e territoriais.
Serviços de interesse geral	<b>OE1.</b> Melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde atendendo às mudanças sociodemográficas. <b>OE2.</b> Reforçar os níveis de acesso à educação e à formação ao longo da vida. <b>OE3.</b> Melhorar a qualidade de vida da população idosa. <b>OE4.</b> Promover uma vida saudável e sustentável.
Acessibilidade e mobilidade	<b>OE1.</b> Melhorar a rede viária e favorecer as mobilidades verdes. <b>OE2.</b> Reforçar os transportes e a mobilidade sustentável.

sustentável e inteligente	OE3. Reduzir o impacto negativo do sistema de transportes.
	OE4. Reforçar as redes e as soluções inteligentes.
<b>EIXO DE INTERVENÇÃO VIII: NOVAS AGENDAS PARA O FUTURO</b>	
Governança multinível e capacitação institucional	
Inteligência territorial	
Novas ruralidades	

Fonte: Revisitação da Estratégia de Desenvolvimento Territorial Viseu Dão Lafões 2030 – II Síntese Estratégica e Domínios Prioritários de Ação – novembro 2020

Destaca-se, pela pertinência para o exercício futuro de definição da EDL 2030, a agenda “Novas ruralidades”, na qual se sustenta que “as áreas rurais devem assumir-se como motores de crescimento, já que detêm o capital natural capaz de alavancar uma parte significativa das economias locais e regionais”. Neste contexto, é proposto como crucial:

- Identificar o papel e o tipo de parcerias a desenvolver e facilitar os respetivos mecanismos de governança de base territorial, articulando as políticas urbanas e regionais com as políticas de desenvolvimento rural;
- Dinamizar as cadeias de valor, nomeadamente associadas ao sistema alimentar urbano e aos circuitos curtos agroalimentares;
- Reforçar a sustentabilidade e a atratividade dos recursos naturais e da qualidade da paisagem;
- Valorizar, gerir e monitorizar os serviços de ecossistema (nomeadamente, a agricultura e as florestas), quer na vertente produtiva, quer na de lazer e cultura, quer ainda em termos de regulação, descarbonização e adaptação às alterações climáticas.

Este exercício da CIM Visão Dão Lafões indica como fundamental a capacidade de assegurar a coerência estratégica e a intervenção à escala NUTS III em matéria de desenvolvimento rural, propondo para tal a promoção de um processo colaborativo liderado pela CIM e pelas ADL do território que conduza à elaboração de uma estratégia comum de desenvolvimento rural, suscetível de declinação e concretização em cada um dos três territórios de intervenção.

## 4.1.2 Específicos – Agricultura e Desenvolvimento Rural

### 4.1.2.1 Política Agrícola Comum após 2020 / Plano estratégico da PAC - Portugal

Com as bases definidas no [Tratado do Funcionamento da União Europeia](#), a **Política Agrícola Comum (PAC)** apoia, entre vários pilares, a vitalidade e a viabilidade económica das comunidades rurais através de medidas de **desenvolvimento rural**. Estas complementam as medidas de apoio ao mercado e ao rendimento com estratégias e financiamento para reforçar os setores agroalimentares e florestais da União Europeia, a sustentabilidade ambiental e o bem-estar das zonas rurais em geral.

Como política europeia, a PAC é crucial no desenho das abordagens locais/de proximidade pois resulta de um exercício europeu de priorização de áreas e setores de aposta que determina o quadro de apoios comunitários para os vários estados membro no domínio da agricultura e desenvolvimento rural. Neste contexto, tendo em vista o período de programação 2021-27, no seguimento de uma consulta sobre o futuro da PAC e da [comunicação sobre o futuro da alimentação e da agricultura](#), foram apresentadas (junho de 2018) as propostas legislativas sobre a PAC após 2020<sup>8</sup>.

Focados na sustentabilidade do desenvolvimento da exploração agrícola, dos alimentos e das zonas rurais, os **objetivos gerais (OG) da PAC** visam (1) promover um setor agrícola inteligente, resiliente e diversificado, de modo a garantir a segurança alimentar; (2) apoiar a proteção do ambiente e a luta contra as alterações climáticas e contribuir para a consecução dos objetivos da União relacionados com o ambiente e o clima; e (3) reforçar o tecido socioeconómico das zonas rurais. Estes são complementados pelo **objetivo transversal de modernização do setor através da promoção e da partilha de conhecimentos, da inovação e da digitalização da agricultura e das zonas rurais** e dos incentivos à adoção de medidas para o efeito. Neste quadro, a nova PAC persegue os seguintes objetivos específicos (Oe) (Figura 8):

- **Oe1.** Apoiar os rendimentos e a resiliência das explorações agrícolas viáveis em toda a UE, de modo a reforçar a segurança alimentar.

<sup>8</sup> Propostas regulamentares para a PAC 2021-2027:  
[Planos Estratégicos da PAC COM\(2018\) 392 / Anexos](#)  
[Financiamento, gestão e acompanhamento da PAC COM\(2018\) 393 / Anexo](#)  
[Organização comum de mercados COM\(2018\) 394](#)  
[Planos estratégicos, financiamento, gestão e acompanhamento da PAC, organização comum de mercados - avaliação de impacto – SWD\(2018\) 301 / Parte 2 - Anexo / Parte 3 - Anexo](#)



- **Oe2.** Reforçar a orientação para o mercado e aumentar a competitividade, com maior incidência na investigação, na tecnologia e na digitalização.
- **Oe3.** Melhorar a posição dos agricultores na cadeia de valor.
- **Oe4.** Contribuir para a adaptação às alterações climáticas e para a atenuação dos seus efeitos, bem como para a energia sustentável.
- **Oe5.** Promover o desenvolvimento sustentável e uma gestão eficiente de recursos naturais como a água, os solos e o ar.
- **Oe6.** Contribuir para a proteção da biodiversidade, melhorar os serviços ligados aos ecossistemas e preservar os habitats e as paisagens.
- **Oe7.** Atrair os jovens agricultores e facilitar o desenvolvimento das empresas nas zonas rurais.
- **Oe8.** Promover o emprego, o crescimento, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, nomeadamente a bioeconomia e a silvicultura sustentável.
- **Oe9.** Melhorar a resposta dada pela agricultura europeia às exigências da sociedade em matéria de alimentação e de saúde, incluindo a oferta de produtos alimentares seguros, nutritivos e sustentáveis e o bem-estar dos animais.



Figura 8. Objetivos gerais e específicos da PAC 2021-2027

Fonte: GPP, Plano Estratégico da PAC 2021-2027 – Documento de contexto para consulta alargada (novembro de 2020)

A proposta de Regulamento dos Planos Estratégicos da PAC (PEPAC) estabelece que cada Estado-Membro apresente um plano estratégico único incluindo as medidas de apoio para se

alcançarem os objetivos específicos da UE para a futura PAC e a CE verifica esses planos e procede à sua aprovação. Os planos estratégicos da PAC combinarão os instrumentos de apoio da PAC financiados pelo FEAGA (pagamentos diretos e intervenções setoriais) e pelo FEADER (intervenções do desenvolvimento rural).

A nível nacional, o Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP) é a entidade coordenadora responsável pela elaboração do PEPAC.

O diagnóstico feito aos diversos objetivos estratégicos e transversal encontra-se sistematizada no documento [Análise SWOT e identificação das necessidades](#).

Com base no exposto, no documento “[Orientação estratégica e Lógica de Intervenção](#)” (versão *draft* de novembro de 2020) é apresentada a visão e esquema estratégico nacional (Figura 9) demonstrando a articulação com os objetivos da PAC e também com as Estratégias Europeias do Prado ao Prato<sup>9</sup>, da Biodiversidade 2030<sup>10</sup> e Pacto Ecológico Europeu<sup>11</sup> que visam contribuir para a neutralidade carbónica em 2050 e para os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS).

À visão “Uma gestão ativa de todo o território baseada numa produção agrícola e florestal inovadora e sustentável” estão associadas duas dimensões âncora “as pessoas” e a “gestão e tecnologia”, ativos essenciais na valorização de recursos e na resposta aos desafios da resiliência territorial, alterações climáticas, demografia e assimetrias.

---

<sup>9</sup> [ec.europa.eu/food/farm2fork\\_en](https://ec.europa.eu/food/farm2fork_en) e [ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal/actions-being-taken-eu/farm-fork\\_pt](https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal/actions-being-taken-eu/farm-fork_pt)

<sup>10</sup> [ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal/actions-being-taken-eu/eu-biodiversity-strategy-2030\\_pt](https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal/actions-being-taken-eu/eu-biodiversity-strategy-2030_pt)

<sup>11</sup> [ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal\\_pt](https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal_pt)



Figura 9. Desafios nacionais e objetivos da PAC

Fonte: GPP, Orientação estratégica e Lógica de Intervenção (novembro de 2020)

No pilar “Abordagem Integrada Território/recursos” encontra-se o **Objetivo Específico 8 - Promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, nomeadamente a bioeconomia e a silvicultura sustentável**, no qual se integra a atuação dos GAL / DLBC Rural. A este Oe, para além da análise SWOT, com a identificação de pontos fortes/fracos, oportunidades/ameaças, está associada a definição de necessidades, categorizadas em principais e complementares, como a seguir se transcreve:

#### Necessidades principais:

- Apoiar a manutenção e desenvolvimento da pequena e média agricultura familiar e sua integração no mercado (N1.8).
- Apoio à valorização dos recursos endógenos através de atividades complementares como o turismo nas zonas rurais, o artesanato, a cinegética e pesca em águas interiores (N2.8).
- Promover abordagens de desenvolvimento local integrado (incluindo serviços básicos às comunidades rurais) (N3.8).
- Potenciar a expansão da economia circular e da bioeconomia nomeadamente através da utilização da biomassa natural, lamas, estrumes, e de subprodutos da agroindústria e da floresta (N4.8).

- Promoção de uma gestão florestal ativa e sustentável do ponto de vista económico e geradora de bens públicos ambientais/paisagem/lazer (N5.8).
- Priorizar a gestão conjunta ou de escala dos espaços florestais com rentabilidade (N6.8).
- Aproximar os níveis de empregabilidade e de direção empresarial entre géneros (N7.8).

#### **Necessidades complementares:**

- Criar e melhorar infraestruturas coletivas (regadio, acessos, banda larga, redes proteção das florestas) (N2.2).
- Promover a cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e o setor agrícola, nomeadamente o desenvolvimento de produtos e processos (N1.OT).
- Estruturar e melhorar a transferência de conhecimento (I&D) que permita tornar os sistemas agrícolas e florestais mais resilientes designadamente às alterações climáticas (N2.OT).
- Melhorar as competências (técnicas, empresariais, sustentabilidade, economia rural) dos produtores agrícolas/florestais e outros agentes do sector, designadamente nos jovens agricultores (N3.OT).
- Incentivar a transição digital na agricultura (N4.OT).

No que diz respeito ao Oe8, é referido<sup>12</sup> que “o desenvolvimento destes territórios (OE8) deve apoiar-se no surgimento de novas atividades com maior potencial de crescimento económico, podendo a agricultura ser um elemento catalisador neste quadro pela ligação à agroindústria, turismo, produtos regionais, restauração, gastronomia, num quadro promotor da igualdade de género. Outras vias em que Portugal tem potencial são a bioeconomia, a economia circular e a silvicultura sustentável.” “Este diagnóstico aponta para a importância de se desenvolverem e apoiar de forma seletiva instrumentos que promovam uma gestão ativa dos territórios de vocação florestal. Neste quadro, existe a necessidade de uma abordagem que potencie os recursos públicos disponíveis (dentro e fora do PEPAC) para promover os necessários investimentos nomeadamente em infraestruturas (caso das redes de proteção) e a promoção de investimento privado sob formas integradas associando medidas de cooperação para garantir a necessidade de assegurar compromissos de ordenamento, gestão produtiva, ambiental e climática.”

<sup>12</sup> [www.gpp.pt/images/PEPAC/Orientao\\_Estrategica\\_e\\_Leica\\_de\\_Interveno.pdf](http://www.gpp.pt/images/PEPAC/Orientao_Estrategica_e_Leica_de_Interveno.pdf)

Neste contexto, “o Desenvolvimento Local de Base Comunitária Rural multifundo, onde se integra a abordagem LEADER, desempenhará um papel fundamental na resposta integrada às diferentes necessidades locais, nomeadamente a diversificação de atividades e valorização dos recursos endógenos, incluindo as oportunidades da bioeconomia e a promoção da multifuncionalidade dos espaços agroflorestais”.

Destaca-se ainda o exercício em curso da Federação Minha Terra referente ao “**Desenvolvimento Local em Portugal 2030**”, que visa demonstrar a importância da abordagem LEADER/DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária) no desenvolvimento local, perspetivando o futuro, em linha com os vários documentos enquadradores, em termos de fortalecimento de dinâmicas locais e de promoção da competitividade e da coesão territorial.

#### 4.2 Avaliação de estratégias de desenvolvimento local

A monitorização e a avaliação fornecem a base de evidências que permitem aos GAL validar a lógica da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) e verificar se os resultados pretendidos estão a ser alcançados.

Enquanto a monitorização diz respeito à gestão, controlo e demonstração de progresso, assumindo um carácter mais quantitativo; a avaliação, por sua vez, é uma verificação periódica da conceção, implementação e resultados de um processo em curso ou concluído. No contexto do DLBC, a avaliação pode dizer respeito à EDL e/ou trabalho do GAL, com o objetivo de apoiar a tomada de decisão, verificar a realização ou valor, obter uma visão sobre iniciativas anteriores ou existentes, para permitir a reflexão e ajudar identificar mudanças futuras.

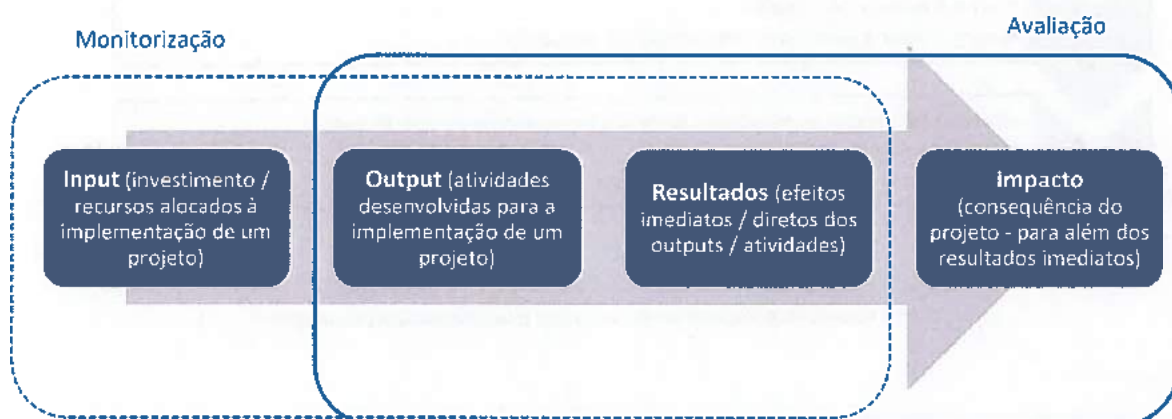


Figura 10. Monitorização e avaliação

Fonte: CE, [Manual para GAL e GAL-Pescas – Avaliação do DLBC](#), 2018

Considerando os desafios relacionados com a avaliação dos efeitos da LEADER/DLBC aos níveis local, regional, dos Estados Membros e da UE, do período de programação 2014-2020, a Comissão Europeia desenvolveu um conjunto de [orientações da LEADER/DLBC](#)<sup>13</sup> (2017) destinado aos GAL sobre os modos de avaliação à escala local.

De um modo geral, além da apreciação obrigatória da estratégia de DLBC, as orientações recomendam uma apreciação ao nível local (i) da animação do GAL; (ii) da capacidade do mecanismo de execução da LEADER/DLBC para assegurar a aplicação do método LEADER e (iii) do valor acrescentado da LEADER/DLBC.

Na realização das suas atividades de avaliação, os GAL devem analisar questões essenciais associadas ao seu planeamento, preparação, estruturação e realização, conforme Figura 11 tendo em consideração pressupostos obrigatórios e recomendados (ver

Tabela 16).

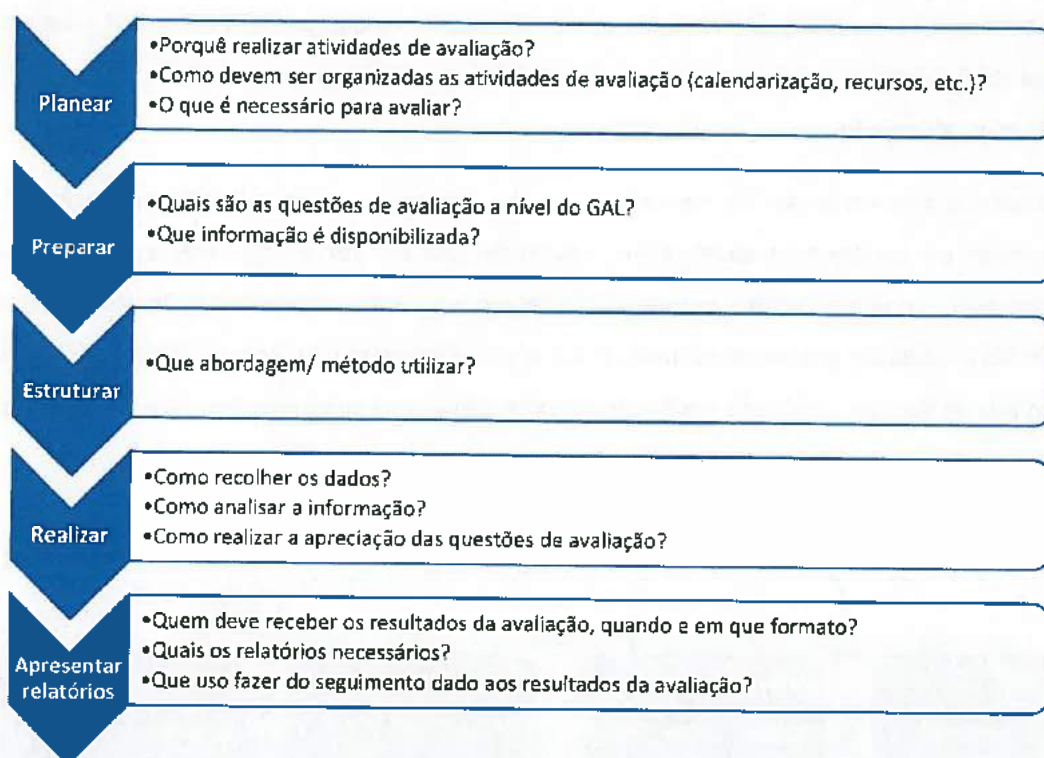


Figura 11. Questões essenciais a responder nas etapas de avaliação  
Fonte: Serviço Europeu de Assistência na Avaliação para o Desenvolvimento Rural, 2017<sup>14</sup>

<sup>13</sup> [enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/evaluation-leaderclld\\_en](http://enrd.ec.europa.eu/evaluation/publications/evaluation-leaderclld_en)

<sup>14</sup> [https://enrd.ec.europa.eu/evaluation\\_en](https://enrd.ec.europa.eu/evaluation_en)

Tabela 16. Etapas da avaliação da LEADER/DLBC a nível do GAL (pressupostos obrigatórios e recomendados)

Etapa	1. Planeamento das atividades de avaliação ao nível do GAL
Obrigatório:	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apresentar uma descrição das disposições de acompanhamento e de avaliação.</li> </ul>
Recomendado:	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decidir das disposições específicas para as atividades de avaliação ao nível local.</li> <li>Descrever a finalidade e os objetivos da avaliação/autoavaliação.</li> <li>Acordar no modo de organização e coordenação das atividades de avaliação/autoavaliação.</li> <li>Planear os tópicos e as atividades de avaliação/autoavaliação.</li> <li>Assegurar dados e informações para a avaliação/autoavaliação.</li> <li>Assegurar as capacidades necessárias para as atividades de avaliação ao nível local.</li> <li>Definir o calendário da avaliação/autoavaliação.</li> <li>Planear a comunicação e o seguimento das atividades de avaliação.</li> <li>Descrever os recursos previstos para as atividades de avaliação.</li> </ul>
Etapa	2: Preparação das atividades de avaliação ao nível do GAL
Obrigatório:	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não existem especificações.</li> </ul>
Recomendado:	<ul style="list-style-type: none"> <li>Preparar a apreciação das atividades do GAL.</li> <li>Verificar a coerência da lógica de intervenção da estratégia do DLBC.</li> <li>Coerência da estratégia do DLBC com a análise SWOT atualizada do território do GAL (à data da avaliação/autoavaliação) e apreciação das suas necessidades (pertinência). Os objetivos da estratégia e os resultados e impactos previstos devem refletir as necessidades da zona do GAL.</li> <li>Coerência da estratégia do DLBC, nomeadamente se as atividades e os orçamentos previstos são suficientes para as realizações, os resultados e os impactos previstos. Existe a probabilidade de as atividades contribuírem para o cumprimento hierarquizado dos objetivos da estratégia (verificação da coerência interna)? Estão as atividades em consonância com os objetivos de desenvolvimento territorial estabelecidos ao nível nacional/regional (coerência externa)? Podem as realizações previstas produzir os resultados e os impactos previstos (coerência vertical)? Em que medida correspondem os efeitos emergentes aos objetivos estratégicos (coerência horizontal)?</li> <li>Estabelecer uma ligação entre a lógica de intervenção e os elementos de avaliação da estratégia do DLBC (questões de avaliação, critérios de apreciação e indicadores).</li> <li>Desenvolver as questões de avaliação e os indicadores para a apreciação do mecanismo de execução da LEADER/DLBC e das atividades de animação.</li> <li>Elaborar questões de avaliação para a análise dos impactos esperados no valor acrescentado do DLBC ao nível local.</li> </ul>
Etapa	3 e 4: Estruturação e realização da avaliação ao nível do GAL
Obrigatório:	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recolha de dados através da base de dados das operações para a avaliação do PDR.</li> </ul>
Recomendado:	<ul style="list-style-type: none"> <li>Definir o calendário da abordagem de avaliação/autoavaliação.</li> <li>Assegurar a adequação dos dados e das informações às necessidades da avaliação/autoavaliação.</li> <li>Assegurar a recolha de dados e de informações.</li> <li>Analisar os dados e as informações recolhidos utilizando métodos e ferramentas de avaliação.</li> <li>Interpretar os resultados das avaliações, responder às questões da avaliação e apresentar conclusões e recomendações.</li> </ul>
Etapa	5: Comunicação, divulgação e seguimento dos resultados da avaliação ao nível do GAL
Obrigatório:	<ul style="list-style-type: none"> <li>Comunicação dos dados de monitorização à autoridade de gestão/ao organismo pagador.</li> </ul>
Recomendado:	<ul style="list-style-type: none"> <li>Comunicar os resultados da avaliação/autoavaliação.</li> <li>Comunicar e divulgar os resultados da avaliação/autoavaliação.</li> <li>Assegurar o seguimento dos resultados da avaliação/autoavaliação.</li> </ul>

Com base nestas orientações da Comissão Europeia, foi desenvolvido o [Manual para GAL e GAL-Pescas – Avaliação do DLBC](#) com o objetivo de fornecer ferramentas e métodos fáceis de usar, assentes nas etapas que devem estruturar o trabalho de avaliação (Tabela 17).

Tabela 17. Etapas do trabalho de avaliação e exemplos de métodos a implementar

Planejamento da avaliação	Recolha de dados/informação	Métodos de avaliação	Utilização das conclusões
<p>Principais elementos a considerar</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>■ Objetivo e foco.</li> <li>■ Fontes e recolha de dados (pode ser relevante apresentar a situação de referência/partida para permitir a comparação).</li> <li>■ Ferramentas e métodos de avaliação (interna ou externa); a definição prévia dos métodos a utilizar permite a coerência de atividades; por exemplo, se o GAL pretender realizar inquéritos sobre mudanças de opinião/perceção, a mesma questão deve ser colocada antes e depois da intervenção).</li> <li>■ Cronograma.</li> <li>■ Recursos.</li> <li>■ Funções e responsabilidades.</li> <li>■ Utilização dos resultados da avaliação.</li> </ul> <p>Nesta fase é relevante definir o que deve ser avaliado através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>■ <b>Questões de avaliação:</b> relevância, eficácia, eficiência, utilidade e sustentabilidade das intervenções.</li> <li>■ <b>Indicadores:</b> informações quantitativas ou qualitativas sobre um fenómeno; pode ser usado para medir o grau em que um objetivo é alcançado.</li> </ul>	<p>Exemplos de métodos de recolha</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>■ <b>Monitorização estratégica:</b> registo de informações quantitativas sobre a implementação para verificar se as atividades estão em curso de acordo com as prioridades estabelecidas na EDL (pode ser feito, simplesmente através de excel ou outra ferramenta TIC). Útil para a identificação oportuna de execução ou desempenho insuficiente numa área específica, o que permite ao GAL adaptar as atividades ou EDL, se relevante.</li> <li>■ <b>Reuniões do GAL:</b> devem ser frequentes. Útil para discutir as conclusões da monitorização estratégica, bem como recolher dados adicionais; ajuda a garantir a participação ativa dos membros do GAL na melhoria do trabalho e/ou na implementação da EDL.</li> <li>■ <b>Monitorização de projetos:</b> registo de <i>outputs</i>, <i>milestones</i> e resultados esperados de projetos apoiados e comparação dos resultados. Útil para manter o foco na obtenção de resultados.</li> <li>■ <b>Reuniões de projetos:</b> com beneficiários, de forma a verificar a implementação e resultados alcançados. Podem seguir uma <i>check list</i> padronizada para verificar o progresso de cada projeto, as dificuldades enfrentadas ou os apoios necessários. Os dados podem ser usados para compilar o relatório anual do GAL. Útil para análise qualitativa de projetos e identificação de quaisquer problemas de implementação ou atrasos, de forma a tomar ações corretivas em tempo útil; permitem também manter uma relação estreita com os promotores de projetos e discutir informalmente ideias.</li> </ul>	<p>Exemplos de métodos de avaliação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>■ <b>Pesquisa documental:</b> análise de informação disponível. Útil para definir a estrutura básica da avaliação e identificar outras necessidades de informação.</li> <li>■ <b>Autoavaliação:</b> efetuada pelo GAL, em particular pela equipa responsável pelo desenvolvimento e implementação da estratégia. Útil para verificar como o trabalho levou à mudança, com base numa situação inicial definida.</li> <li>■ <b>Inquéritos:</b> focam-se na obtenção de dados quantitativos dos membros do GAL, beneficiários ou população local. Útil para recolher observações, perceções e feedback.</li> <li>■ <b>Entrevistas:</b> As perguntas podem ser ajustadas e abranger elementos qualitativos e quantitativos. Útil para a avaliação de projetos, recolha de observações, perceções e feedback sobre a implementação da EDL e trabalho do GAL.</li> <li>■ <b>Estudos de caso:</b> análise aprofundada de determinado assunto (projetos individuais ou implementação da EDL). Útil para complementar as abordagens de avaliação quantitativas; tendem a ser úteis para expor o motivo da mudança e capturar o valor acrescentado do DLBC não é possível apenas com números.</li> <li>■ <b>Focus groups:</b> abordagem a determinado tema/questão ou segmento específico da população, uma oportunidade de diálogo, partilha de experiências e diferentes pontos de vista. Envolvem um pequeno número de indivíduos apoiados por facilitador imparcial. Útil para explorar um tópico específico ou tema de avaliação e/ou para discutir e validar descobertas iniciais; pode desempenhar papel crucial na compreensão do que está a acontecer, identificar impactos mais amplos e valor acrescentado; capitalizar o conhecimento e a experiência partilhada de modo a contribuir para decisões para o futuro.</li> <li>■ <b>Peer review:</b> avaliação do trabalho de um GAL por outro; fornece um ponto de vista externo; permite manter os padrões de qualidade, melhorar o desempenho e fornecer credibilidade. Útil para receber opiniões e feedback sobre o trabalho do GAL bem como propostas de melhorias.</li> <li>■ Outros.</li> </ul>	<p>Principais elementos a considerar</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>■ <b>Reporte de conclusões:</b> relatório; apresentação de conclusões nas reuniões do GAL.</li> <li>■ Implementação de conclusões – reforço dos resultados da EDL e melhoria do trabalho do GAL.</li> <li>■ <b>Comunicação de resultados:</b> materiais <i>online</i> e impressos, eventos e reuniões; imprensa.</li> </ul>



## 5 Conclusões e contributos

### 5.1 Contributos para a visão estratégica para o futuro – linhas estratégicas 2030

#### 5.1.1 Aspectos metodológicos a considerar

A **definição da visão estratégica para o futuro**, que enquadra na respetiva estratégia de desenvolvimento local, deve, de acordo com as diretrizes estabelecidas a nível europeu<sup>15</sup> e à semelhança do que tem vindo a acontecer, ser um processo participado e mobilizador, reunindo a experiência da ADDLAP e do GAL. Neste sentido, é essencial assegurar:

- um método de preparação participativo e ativamente gerido;
- o envolvimento de uma parceria devidamente estruturada;
- a participação ativa da comunidade e a sua validação e aceitação.

Colocando em prática a abordagem LEADER e dando continuidade ao trabalho desenvolvido ao longo dos vários períodos de programação, considera-se relevante reforçar os **aspectos metodológicos chave** que a seguir se listam e que devem ser garantidos também no desenho do período 2021-2027 e que se baseiam nas orientações da Comissão Europeia.

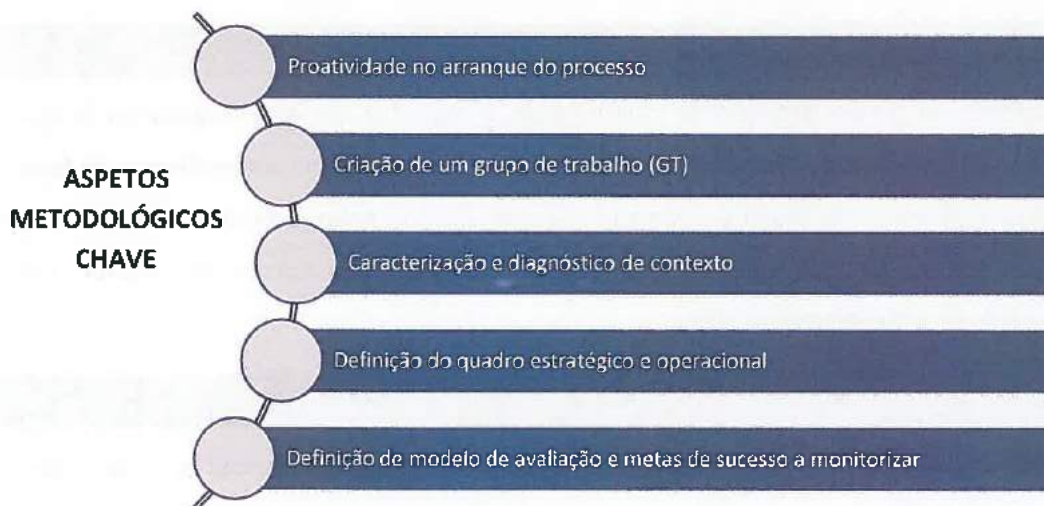


Figura 12. Aspectos metodológicos chave para a construção da visão estratégica 2030  
Fonte: ENRD, *LEADER Local Development Strategies (LDS) – Guidance on designing and implementation*, 2016

<sup>15</sup> [https://enrd.ec.europa.eu/sites/enrd/files/enrd-guidance\\_lds.pdf](https://enrd.ec.europa.eu/sites/enrd/files/enrd-guidance_lds.pdf)

### Proatividade no arranque do processo

Considerando que se prevê essencial dar continuidade à abordagem LEADER e à contratualização da gestão de apoios financeiros comunitários associados a estratégias locais fundamentadas e construídas com base nas reais necessidades das comunidades locais/rurais, **é essencial que os processos sejam iniciados atempadamente garantindo o adequado envolvimento da comunidade e entidades locais e assim o sucesso dos resultados.**

### Criação de um grupo de trabalho (GT)

É essencial a criação de um GT que acompanhe o processo de elaboração e seja corresponsável pela mobilização da comunidade e parceiros. Neste GT, liderado pela ADDLAP, devem estar representadas entidades estratégicas, com especial destaque para as que possam ser representativas do tecido económico rural, setor social e também outras entidades, como a Comunidade Intermunicipal que abrange o território (CIM Viseu Dão Lafões), responsável pela elaboração e implementação da EIDT – Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, cuja articulação e complementaridade com a EDL é essencial. Neste GT deverá ser promovido um trabalho regular, pelo que é importante que haja um compromisso equivalente a tempo efetivo dedicado ao processo.

### Caracterização e diagnóstico de contexto

Considerando ser um processo de continuidade, é essencial que este diagnóstico integre a avaliação de resultados da implementação da EDL, com a necessária sistematização de fatores críticos e necessidades de correção/ajuste nos pressupostos. Assim, é fundamental que integre a dimensão quantitativa (dados estatísticos, análises de investimentos, etc.) e qualitativa com a valoração de trabalho colaborativo.

### Definição do quadro estratégico e operacional

Tendo por base a concretização das diretrizes anteriormente apresentadas, a definição do quadro estratégico e operacional deve integrar a visão de futuro, os objetivos e as prioridades para o território de intervenção. Neste passo metodológico é essencial o reforço da participação de toda a comunidade, num esforço coletivo de reconhecimento formal e de corresponsabilização na sua implementação e sucesso. O quadro estratégico e as medidas previstas para a sua concretização deve ser claro e realista, sendo crucial a predefinição de investimentos e apoios financeiros possíveis de mobilizar (FEADER e demais fundos da política

de coesão). Torna-se também fundamental assegurar a complementaridade com as demais estratégias definidas coincidentes para o território de intervenção da ADDLAP.

#### Definição de modelo de avaliação e metas de sucesso a monitorizar

A existência de um modelo de avaliação e de monitorização é essencial para o acompanhamento da implementação da estratégia, devendo ser definidas, desde logo, metas de sucesso a alcançar e formas de comunicação e disseminação dos resultados.

Por último, com base nas orientações da Comissão Europeia, na tabela seguinte é apresentada a síntese da abordagem metodológica para o desenho e implementação de uma EDL.

Tabela 18. Síntese da abordagem metodológica para o desenho e implementação de uma EDL

INÍCIO DO PROCESSO	
<b>Arranque atempado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mesmo antes do final das negociações europeias e nacionais, irá permitir um trabalho local efetivo, sem comprometer a qualidade.</li> </ul>
<b>Preparação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Com o estabelecimento de uma equipa responsável pela coordenação da pesquisa, planeamento e condução do processo de envolvimento da comunidade, etc..</li> </ul>
<b>Alocação de tempo e competências</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nomeadamente competências adequadas ao desenvolvimento das tarefas (por ex. capacidades de animação e facilitação, bem como experiência em técnicas de pesquisa relevantes e desenvolvimento territorial).</li> </ul>
<b>Análise preliminar de dados e fontes de informação relevantes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Essencial para desenvolver o perfil da área de intervenção (fontes secundárias; outras iniciativas, planos ou estratégias que abrangem o território, quer para garantir a complementaridade, quer como potenciais fontes de informação).</li> <li>A estruturação de um modelo com as informações necessárias é uma abordagem útil, uma vez que fornece uma base em torno da qual a análise da equipa e o pensamento inicial sobre as possíveis prioridades da EDL podem ser desenvolvidos, bem como as consultas subsequentes à comunidade.</li> </ul>
ABORDAGENS/ARRANQUE	
<b>Identificação de um grupo relativamente pequeno de stakeholders locais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Esta consulta tem o duplo objetivo de permitir que a equipa teste e desenvolva a abordagem inicial de pesquisa, à luz do conhecimento e experiência local para explorar os principais problemas e oportunidades do território; e de conhecer a opinião dos atores locais que podem apoiar o desenvolvimento da EDL.</li> </ul>
<b>Ampla participação da comunidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Como uma prioridade no fortalecimento da relevância, adequação e capacidade de resposta do GAL, EDL e alcance de resultados.</li> <li>Para além da informação da população, é necessário motivar e permitir a participação, assegurando que é acessível a todos.</li> <li>Reuniões/eventos públicos são abordagens comuns, mas o seu planeamento deve garantir que todas as partes têm oportunidade de contribuir, acautelando eventuais obstáculos (local e horário, por ex.), e desenhando métodos de trabalho que permitam que todos se sintam confortáveis a apresentar contributos (grupos de discussão, exercícios de priorização, entre outros).</li> </ul>

<b>Aprofundamento e reforço do processo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Análise assente em aspetos temáticos, setoriais ou locais e focada em necessidades específicas ou prioridades – contributo para a SWOT; abordagem geral da EDL e identificação de objetivos e prioridades.</li> </ul>
<b>PRIORIDADES E OBJETIVOS</b>	
<b>Análise da situação do território através de análise SWOT</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A análise pode ser levada a cabo por todo o GAL; por um grupo de trabalho específico ou pela articulação de vários (de acordo com análise setorial ou temática, se for aplicada) e apontar para ações possíveis para a acentuar as forças, mitigar as ameaças e responder às necessidades e oportunidades.</li> </ul>
<b>Incentivo ao grupo para considerar a “visão”</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Esta deve ser traduzida em algo mais realista e realizável, através de objetivos SMART (específicos, mensuráveis, alcançáveis, realistas/relevantes e com prazo definido). Ao pensar no que é alcançável, é útil considerar também o potencial de recursos disponíveis e o que deve ser abordado pelo GAL/DLBC ou o que deve ser feito através de outros programas. Assim, os objetivos devem ser ordenados segundo o seu contributo para atender às necessidades e oportunidades fundamentais identificadas anteriormente (a sua proporção no orçamento proposto também deve refletir esta prioridade).</li> </ul>
<b>Quadro global de problemas e necessidades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Objetivos relacionados com essas necessidades; prioridade relativa e possíveis meios práticos para os alcançar.</li> </ul>
<b>CONCLUSÃO E ORGANIZAÇÃO DAS COMPONENTES</b>	
<b>Associação de elementos e construção de consenso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Através de reuniões / negociações para chegar a acordo sobre os princípios, objetivos e prioridades principais da EDL, juntamente com a proposta orçamental e composição / estrutura da parceria.</li> <li>Neste contexto, é necessária uma liderança forte para encorajar um compromisso real e construtivo na identificação das ligações (sinergias ou complementaridade) entre as ações e os atores, bem como para desenvolver abordagens partilhadas (normalmente, tendo como ponto de partida ações e projetos sobre os quais há acordo e construir / avançar sobre isso).</li> </ul>
<b>Manutenção e reforço do impulso participativo no processo de implementação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>É importante encontrar projetos que apresentem resultados rápidos e projetos emblemáticos com fortes efeitos locais ou que contribuam fortemente para os objetivos da EDL. Deve ser dada alta prioridade aos projetos ou ações que se articulam e reforçam mutuamente e que, ao fazê-lo, mobilizam diferentes atores locais.</li> <li>Ao longo de todo este trabalho, o GAL tem de estar atento à parte técnica do processo, preparando a EDL na forma final que será apresentada como candidatura a apoio LEADER/DLBC e desenvolvendo o plano operacional através do qual será implementada.</li> </ul>

Fonte: ENRD, *LEADER Local Development Strategies (LDS) – Guidance on designing and implementation*, 2016

### 5.1.2 Desafios e constrangimentos a acautelar

Tendo por base o processo metodológico de definição da EDL com as características apresentadas no ponto 5.1.1., é essencial que o mesmo tenha em consideração os constrangimentos e desafios já identificados em exercícios estratégicos anteriores e, igualmente importante, no processo de implementação da EDL atualmente em vigor. Deste modo, com base nos **constrangimentos** verificados ao longo da implementação da EDL e sistematizados no **subcapítulo 3.3.** do presente documento, o Relatório de Avaliação Intercalar do DLBC Rural - GAL ADDLAP (abril de 2019) apresenta as seguintes pistas de atuação para o próximo período de

programação no que respeita às grandes temáticas de intervenção<sup>16</sup>, pistas estas que se assumem no presente exercício como importantes **desafios** a abordar:

- **Intervenção abrangente/multissetorial. Medidas-Alavanca. Especificidades territoriais:**
  - Possibilidade de definição de “eixos-chapéu” (suportados na regulamentação nacional) os quais poderiam enquadrar diferentes tipologias de intervenção, a definir em cada EDL de acordo com as especificidades dos territórios.
  - Simplificação na legislação nacional de apoio a recursos endógenos e produtos locais e formas de organização de produtores para que os mesmos possam vir a ser cofinanciados pela dotação orçamental das estratégias.
  - Verdadeira auscultação e aplicação da Especialização Inteligente, com novos critérios adequados às realidades dos territórios, fazendo da Região Centro um núcleo demonstrativo de valorização de domínios fortes e consensuais.
- **Ações Teste/Projetos-Piloto:**
  - Possibilidade de desenvolvimento de *benchmarking* como metodologia corrente.
  - Margem para aceitar o insucesso e incorporá-lo na cadeia de capacitação do território. Os projetos financiados ao abrigo da abordagem LEADER deveriam ser entendidos como projetos experimentais, sem enquadramento nas medidas convencionais e aos quais está subjacente o risco e a possibilidade de fracasso, devendo-se olhar para este como espaço de aprendizagem e de desenvolvimento.
  - Defesa da criação do estatuto do jovem investidor em meio rural, com fortes apoios à instalação em zonas de interior em qualquer área desde que dentro da estratégia de desenvolvimento local.
- **Cooperação, como vetor de desenvolvimento:**
  - Numa primeira instância, a cooperação ao nível local, quando a comunidade reflete e define o seu futuro em torno de uma estratégia comum.
  - Em segundo lugar, a cooperação enquanto instrumento metodológico na implementação da estratégia, com o envolvimento dos parceiros locais e outros parceiros interterritoriais ou transnacionais.

<sup>16</sup> “Os GAL da Região Centro ainda prosseguindo a sua estratégia de diálogo adiantam neste ponto alguns contributos que indiciam pistas de atuação para o futuro e eventualmente podem constituir-se como suporte para a construção de uma Posição nacional para o próximo período de programação” (página 71, Relatório de Avaliação Intercalar do DLBC Rural - GAL ADDLAP (abril de 2019).

- Em terceiro lugar, a cooperação como fator multiplicador e potenciador de inovação nos territórios.
- **Atividades de Animação** (componente mais estrutural, para além da habitual) e Capacitação e Formação específica dos agentes locais;
- **Outras Áreas Temáticas passíveis de enquadramento nos DLBC (exemplos):**
  - Coesão social.
  - Envelhecimento da população.
  - Ligação rural-urbano.
  - Floresta.
  - Linhas de água.
  - Qualidade alimentar.
  - Ambiente e Energias limpas.
  - Recursos culturais.
  - Atração de novos residentes.
  - Economia verde.
  - Migração.
  - Tecnologias da informação.
  - Novos Processos de qualificação dos territórios.
  - Renovação de Aldeias (conceito lato e específico de *smart villages*).
  - Mediação e Cooperação Inter territorial e Transnacional para obter territórios mais competitivos, conectados e colaborativos na resolução de problemas comuns.
  - Redes Colaborativas.
  - *Networking*.

Por último, de acordo com o mesmo documento, em termos de **programação futura** é importante:

- “Refletir-se uma **estratégia global e multisectorial de desenvolvimento local** considerando as características distintas, a história e as especificidades dos territórios em causa, devendo no futuro deixar-se de aplicar “um pacote” de medidas comuns e transversais a todos os territórios esquecendo-se assim as assimetrias e especificidades de cada território.

- Deve ser realçada a **importância dos territórios rurais se afirmarem como “territórios de alta densidade de recursos”**, capazes de superar e contrapor o efeito negativo da baixa densidade populacional.
- **Ao nível regional deverá haver uma inversão na definição da estratégia** relativamente ao atual quadro, uma vez que todas as estratégias locais tiveram de estar alinhadas com a estratégia previamente definida pela CCDRC.
- Evidenciamos ainda o maior valor e adequação às necessidades do território a existência de uma **abordagem ascendente**, ou seja, primeiramente cada GAL definir a sua estratégia e depois as estratégias de NUT III e NUT II virem a incorporar essas linhas.
- Recordamos, por fim, e à **laia de conclusão deste Relatório de Avaliação Intercalar** que, “segundo o Tribunal de Contas Europeu, os projetos LEADER não apresentam mais erros do que os outros projetos ao abrigo de medidas diferentes” (citação no parecer do Comité Económico e Social Europeu, publicado no Jornal Oficial da União Europeia de 11-abril-2018), logo não há razão para a desconfiança da Tutela relativamente aos GAL e para a falta de vontade em **desburocratizar os processos**”.

Face a este enquadramento, tendo em conta os resultados da implementação da EDL e as orientações/dimensões de intervenção propostas para o próximo período de programação nas estratégias de várias escalas (apresentadas no **capítulo 4** do presente documento), os **desafios (objetivos específicos e domínios de intervenção) identificados mantêm-se relevantes para a EDL e conseqüentemente essenciais na visão de futuro a definir para o período 2030** (Tabela 19).

Tabela 19. Matriz de correlação entre os objetivos específicos e domínios de intervenção da EDL e as macro estratégias 2030

Quadro estratégico da EDL		Oe I. Desenvolver uma Economia da Terra, mais verde, social e circular <sup>17</sup>				Oe II. Promover uma Ruralidade Moderna - Empreendedora, competitiva e colaborativa <sup>18</sup>				Oe III. Consolidar um Território de Bem-estar e de Coesão - Território de sucesso educativo e de acesso à cultura e à saúde <sup>18</sup>				Oe IV. Dar uma nova visibilidade às “marcas” do território <sup>20</sup>		
		DI.I.1.	DI.I.2.	DI.I.3.	DI.I.4.	DI.II.1.	DI.II.2.	DI.II.3.	DI.II.4.	DI.III.1.	DI.III.2.	DI.III.3.	DI.III.4.	DI.IV.1.	DI.IV.2.	DI.IV.3.
<b>Estratégias 2030 e principais domínios / objetivos estratégicos PAC (objetivos específicos)</b>																
i. Apoiar os rendimentos e a resiliência das explorações agrícolas viáveis em toda a UE, de modo a reforçar a segurança alimentar		◆◆														
ii. Reforçar a orientação para o mercado e aumentar a competitividade com maior incidência na investigação, na tecnologia e na digitalização		◆		◆												
iii. Melhorar a posição dos agricultores na cadeia de valor		◆◆														
iv. Contribuir para a adaptação às alterações climáticas e para a atenuação dos seus efeitos, bem como para a energia sustentável		◆◆		◆◆												
v. Promover o desenvolvimento sustentável e uma gestão eficiente de recursos naturais como a água, os solos e o ar		◆◆		◆◆												
vi. Contribuir para a proteção da biodiversidade melhorar os serviços ligados aos ecossistemas e preservar os habitats e as paisagens		◆		◆												
vii. Atrair os jovens agricultores e facilitar o desenvolvimento das empresas nas zonas rurais		◆◆														
viii. Promover o emprego, o crescimento, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, nomeadamente a bioeconomia e a silvicultura sustentável		◆◆		◆◆		◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆
ix. Melhorar a resposta dada pela agricultura europeia às exigências da sociedade em matéria de alimentação e de saúde, incluindo a oferta de produtos alimentares seguros, nutritivos e sustentáveis e o bem-estar dos animais		◆◆		◆◆		◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆	◆◆
<b>Estratégia Portugal 2030 (agendas temáticas e domínios estratégicos)</b>																
1 — As pessoas																
primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade										◆◆						
Sustentabilidade demográfica										◆◆						
Promoção da inclusão e luta contra a exclusão														◆◆		
Resiliência do sistema de saúde														◆		
Garantia de habitação condigna e acessível														◆		

<sup>17</sup> DI.I.1. Economia da terra | DI.I.2. Economia Verde | DI.I.3. Empreendedorismo social e tecnológico | DI.I.4. Laboratório de Inovação Socio territorial.

<sup>18</sup> DI.II.1. Empreendedorismo em ação - Novos e renovados negócios | DI.II.2. Envelhecimento ativo | DI.II.3. Oferta turística e inovação | DI.II.4. Valorizar o Mundo rural e reforçar as identidades, num Mundo aberto.

<sup>19</sup> DI.III.4. Inclusão Ativa | DI.III.2. Núcleos de Criatividade | DI.III.3. Parcerias Culturais | DI.III.4. Territórios de Hospitalidade.

<sup>20</sup> DI.IV.1. Territórios de lazer e prazer | DI.IV.2. Rotas Intermunicipais | DI.IV.3. Promover as “Marcas” do Território.



**Relatório “Instrumentos de Avaliação do DLBC Rural e Visão Estratégica para o futuro” (R1)**  
**“Instrumentos de Avaliação DLBC e Visão Estratégica para o Futuro”**

Estratégias 2030 e principais domínios / objetivos estratégicos	Quadro estratégico da EDL														
	Oe I. Desenvolver uma Economia da Terra, mais verde, social e circular <sup>17</sup>				Oe II. Promover uma Ruralidade Moderna - Empreendedora, competitiva e colaborativa <sup>18</sup>				Oe III. Consolidar um Território de Bem-estar e de Coesão - Território de sucesso educativo e de acesso à cultura e à saúde <sup>19</sup>				Oe IV. Dar uma nova visibilidade às “marcas” do território <sup>20</sup>		
	DI.I.1.	DI.I.2.	DI.I.3.	DI.I.4.	DI.II.1.	DI.II.2.	DI.II.3.	DI.II.4.	DI.III.1.	DI.III.2.	DI.III.3.	DI.III.4.	DI.IV.1.	DI.IV.2.	DI.IV.3.
2 — Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento				♦					♦						
3 — Transição climática e sustentabilidade dos recursos		♦													
4 — Um país competitivo externamente e coeso internamente	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦	♦
<b>Visão para a Região Centro 2030 (prioridades estratégicas e linhas de ação)</b>															
1. Reforçar e diversificar territorialmente as dinâmicas de inovação				♦											
2. Promover a melhoria das condições de conectividade digital e de mobilidade em geral															
3. Valorizar e densificar o sistema urbano regional															
4. Combater as fragilidades e vulnerabilidades de diferentes tipos de territórios da região															
5. Adaptar proativamente a região à emergência climática e à descarbonização		♦	♦												
6. Acelerar a conceção e operacionalização de respostas a novos e velhos problemas sociais															
7. Promover e reforçar a melhoria de qualificações de ativos e de população em geral															
8. Promover as melhores condições para a internacionalização e cooperação internacional															

**Relatório “Instrumentos de Avaliação do DLBC Rural e Visão Estratégica para o futuro” (R1)**  
 “Instrumentos de Avaliação DLBC e Visão Estratégica para o Futuro”

Quadro estratégico da EDL		Estratégias 2030 e principais domínios / objetivos estratégicos														
		De I. Desenvolver uma Economia da Terra, mais verde, social e circular <sup>17</sup>			De II. Promover uma Ruralidade Moderna - Empreendedora, competitiva e colaborativa <sup>18</sup>				De III. Consolidar um Território de Bem-estar e de Coesão - Território de sucesso educativo e de acesso à cultura e à saúde <sup>19</sup>				De IV. Dar uma nova visibilidade às “marcas” do território <sup>20</sup>			
		DI.I.1.	DI.I.2.	DI.I.3.	DI.I.4.	DI.II.1.	DI.II.2.	DI.II.3.	DI.II.4.	DI.III.1.	DI.III.2.	DI.III.3.	DI.III.4.	DI.IV.1.	DI.IV.2.	DI.IV.3.
<b>1. Educação, qualificação e competências</b>		Sucesso educativo e escolar														
	Aprendizagem ao longo da vida e empregabilidade	♦♦														
	Cooperação e gestão de competências	♦														
	Envelhecimento ativo e qualidade de vida das pessoas idosas e suas famílias				♦♦♦											
<b>2. Coesão social</b>		Inclusão social, dinamização comunitária e cidadania	♦							♦♦♦	♦♦	♦♦				
	Saúde mental e comunitária									♦♦						
	Inovação social e organizacional, trabalho em rede e qualificação da intervenção		♦		♦♦♦											
<b>3. Competitividade, empresas e empreendedorismo</b>		Contexto Competitivo e Performance Empresarial em Viseu Dão Lafões				♦♦										
	Dinâmicas Empreendedoras e Diferenciação					♦♦										
	Sustentável do Território					♦♦										
<b>4. Turismo, recursos e atratividade</b>		As Pessoas, Território e Investimento							♦♦♦	♦♦♦				♦♦♦	♦♦♦	♦♦♦
<b>5. Ambiente, transição energética e economia circular</b>		Ciclo urbano da água	♦♦													
	Resíduos sólidos e economia circular	♦♦														
	Transição energética	♦♦														
<b>6. Alterações climáticas, prevenção de riscos e proteção civil</b>		Adaptação às alterações climáticas e prevenção dos riscos	♦													
<b>7. Sistema territorial – urbano rural</b>		Centralidades, redes e sistemas territoriais														
	Serviços de interesse geral	♦♦														
	Acessibilidade e mobilidade sustentável e inteligente															
<b>8. Novas agendas para o futuro</b>		Governança multinível e capacitação institucional	♦♦													
	Inteligência territorial	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦
	Novas ruralidades	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦	♦♦

A matriz de correlação apresentada visa aferir a pertinência de manter e/ou a necessidade de ajustar os objetivos específicos e respectivos domínios de intervenção e identificar elementos-chave para a construção / revisão da EDL para o novo período de programação. Face a este contexto, verifica-se a pertinência da **continuidade do quadro estratégico da atual EDL** e o seu alinhamento com agendas macro estratégicas, salientando-se, contudo, a importância de adaptações que permitam reforçar e/ou incorporar novas prioridades que se verificam relevantes para o território de intervenção da ADDLAP e que estão alinhadas com agendas prioritárias a nível global, nomeadamente as seguintes:

- **Sustentabilidade demográfica;**
- **Digitalização, inovação e qualificações;**
- **Sustentabilidade dos recursos, alterações climáticas e prevenção de riscos;**
- **Competitividade e coesão na baixa densidade.**

### 5.1.3 Dimensões estratégicas a avaliar e incorporar na visão de futuro do território ADDLAP

Com base a informação recolhida e sistematizada neste relatório, sugere-se que a definição da visão para o futuro e do quadro estratégico da EDL do território da ADDLAP sejam ancorados nas suas “marcas territoriais”, nomeadamente a terra, a água, a serra e a floresta. Assim, partindo dos objetivos específicos da EDL em vigor, propõe-se a avaliação da incorporação das dimensões estratégicas/domínios de intervenção elencadas na Figura 13.

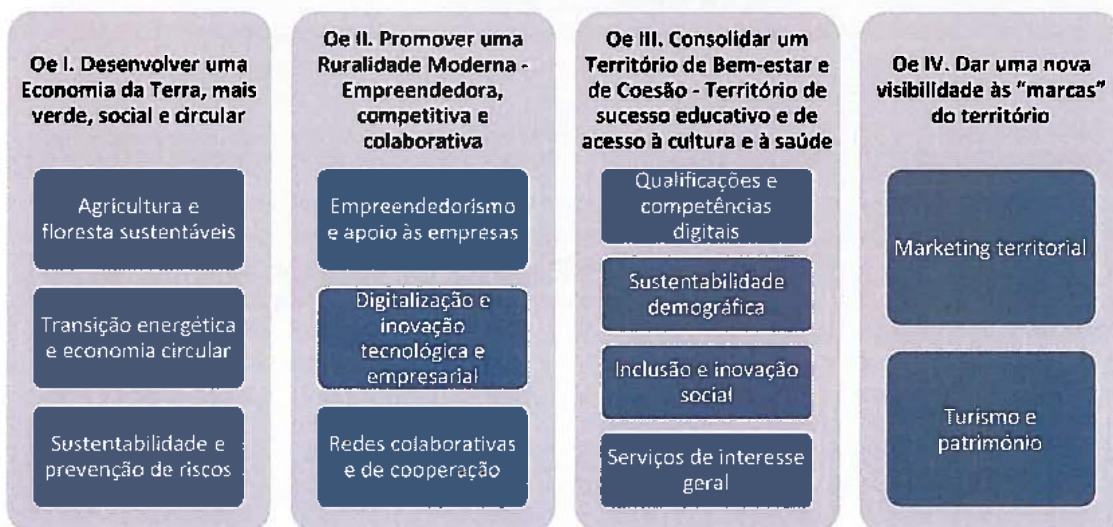


Figura 13. Proposta de dimensões estratégicas/domínios de intervenção a avaliar e incorporar na visão de futuro ADDLAP 2030

De forma sistematizada, expõem-se de seguida as dimensões estratégicas/domínios de intervenção que se propõe possam ser avaliados e incorporados na visão de futuro para o território de intervenção da ADDLAP, detalhando possíveis linhas de atuação a equacionar para o horizonte 2030:

## OE I. DESENVOLVER UMA ECONOMIA DA TERRA, MAIS VERDE, SOCIAL E CIRCULAR

Dimensão estratégica/ domínio de Intervenção	Possíveis linhas de atuação
<b>Agricultura e floresta sustentáveis</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apoiar o investimento nas explorações agrícolas nos domínios da produção, transformação e comercialização e reforçar a segurança e qualidade alimentar.</li> <li>▪ Apoiar a implementação dos circuitos curtos de comercialização.</li> <li>▪ Promover e apoiar a produção sustentável e biológica, em linha com os objetivos da “Estratégia do Prado ao Prato” no âmbito do Pacto Ecológico Europeu.</li> <li>▪ Atrair e apoiar os jovens agricultores e facilitar o desenvolvimento das empresas nas zonas rurais.</li> <li>▪ Apoiar a modernização agrícola sob a forma de digitalização da agricultura (<i>high tech farming</i>).</li> <li>▪ Valorizar e promover os recursos endógenos do território, nomeadamente os que ainda carecem de uma maior aposta e trabalho de valorização.</li> <li>▪ Promover a gestão sustentável das florestas e seu contributo para a sustentabilidade do território assim como a sua resiliência (face a incêndios, secas, pragas, entre outros).</li> <li>▪ Utilizar eficientemente os recursos nos setores agrícola e florestal, através da aposta na investigação, na tecnologia e na digitalização.</li> </ul>
<b>Transição energética e economia circular</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apoiar a produção de energias limpas e renováveis.</li> <li>▪ Promover a melhoria das condições do uso racional da água em termos agrícolas, industriais e de consumo.</li> <li>▪ Apoiar projetos de economia circular em contexto empresarial e comunitário.</li> <li>▪ Apoiar a adoção de modelos de mobilidade sustentável adequados às necessidades do território.</li> </ul>
<b>Sustentabilidade e prevenção de riscos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover a proteção da natureza e o restauro dos ecossistemas rurais e da biodiversidade.</li> <li>▪ Apoiar a valorização dos espaços naturais através de uma política de gestão do território e de ordenamento da paisagem.</li> <li>▪ Apoiar a implementação de medidas de adaptação do território às alterações climáticas e ao nível da prevenção de riscos (incêndios florestais, seca, etc.).</li> </ul>

**OE II. PROMOVER UMA RURALIDADE MODERNA - EMPREENDEDORA, COMPETITIVA E COLABORATIVA**

Dimensão estratégica/ domínio de intervenção	Possíveis linhas de atuação
<b>Empreendedorismo e apoio às empresas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apoiar a diversificação e promoção de novas atividades geradoras de valor e criadoras de emprego, baseadas nos recursos específicos/endógenos do território e nas necessidades da comunidade e do tecido económico local.</li> <li>▪ Promover a criação do próprio emprego e de empresas e o empreendedorismo social.</li> <li>▪ Apoiar a manutenção e criação de novos postos de trabalho das empresas já instaladas no território.</li> </ul>
<b>Digitalização e inovação tecnológica e empresarial</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover a melhoria das condições de conectividade digital através do reforço das infraestruturas tecnológicas e da rede wi-fi em contexto rural.</li> <li>▪ Apoiar e estimular a presença das empresas rurais em meios digitais, nomeadamente ao nível da promoção e venda de produtos.</li> <li>▪ Aumentar a digitalização e desmaterialização de processos - simplificação.</li> <li>▪ Promover a inovação, o desenvolvimento tecnológico e a transferência de conhecimento entre o Sistema Científico e Tecnológico/empresas/território.</li> </ul>
<b>Redes colaborativas e de cooperação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover a criação de redes colaborativas com as escolas superiores e universidades, de modo a ligar os territórios ao conhecimento.</li> <li>▪ Participar ativamente em redes e projetos de cooperação/projetos transfronteiriços de grande impacto regional, nomeadamente no âmbito da cultura, biodiversidade, ambiente, floresta, património natural, cultural e imaterial.</li> </ul>

**OE III. CONSOLIDAR UM TERRITÓRIO DE BEM-ESTAR E DE COESÃO - TERRITÓRIO DE SUCESSO EDUCATIVO E DE ACESSO À CULTURA E À SAÚDE**

Dimensão estratégica/ domínio de intervenção	Possíveis linhas de atuação
<b>Qualificações e competências digitais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover e reforçar a melhoria de qualificações dos ativos e da população em geral, de acordo com as necessidades do tecido empresarial e social do território de intervenção.</li> <li>▪ Disponibilizar oferta formativa focada no aumento de competências digitais da população em geral.</li> </ul>
<b>Sustentabilidade demográfica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aumentar a disponibilidade de habitação, nomeadamente através de políticas ativas de apoio à renovação e revitalização das aldeias e da reabilitação do edificado existente e a sua integração no mercado em regime de arrendamento ou venda a custos acessíveis.</li> <li>▪ Promover a fixação de população através do apoio a novos modelos de negócio e criação do próprio negócio assim como modelos empresariais que promovam o teletrabalho.</li> <li>▪ Apoiar programas de atração de jovens casais e de atração e integração de imigrantes, de modo a contribuir para a sustentabilidade demográfica e territorial.</li> </ul>
<b>Inclusão e inovação social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover ações de inclusão e inovação social, nomeadamente através de projetos piloto e boas práticas na resposta aos problemas dos territórios rurais</li> </ul>

<p><b>Serviços de interesse geral</b></p>	<p>de baixa densidade (articulação com o Laboratório de Inovação Socio territorial da EDL em vigor).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover o envelhecimento ativo.</li> <li>▪ Melhorar o acesso e a qualidade dos serviços nas áreas da educação, desporto, saúde, cultura, social e de índole económica e associativa, assegurando níveis adequados de provisão de bens e serviços públicos e acesso às redes digitais, potenciando as ligações rural-urbano.</li> <li>▪ Apoiar projetos piloto de modelos de prestação de serviços de carácter móvel, modular, a pedido, a distância, entre outros que possam contribuir para a equidade e coesão social e o pleno acesso de toda a população.</li> <li>▪ Apoiar o setor cultural e associativo através dos núcleos de criatividade e parcerias culturais previstas na EDL em vigor.</li> </ul>
---	---

#### OE IV. DAR UMA NOVA VISIBILIDADE ÀS “MARCAS” DO TERRITÓRIO

Dimensão estratégica/ domínio de intervenção	Possíveis linhas de atuação
<p><b>Marketing territorial</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elaboração do plano de marketing territorial e promoção integrada (viver, investir e descobrir – residentes, investidores e turistas).</li> <li>▪ Implementação de estratégia de marketing cruzada produtos/território e campanhas dirigidas a públicos alvo.</li> </ul>
<p><b>Turismo e património</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apoiar o levantamento do património material e imaterial do território, criando uma base de dados/portefólio que permita alavancar novos projetos e produtos turísticos e culturais.</li> <li>▪ Potenciar a proteção e valorização do património, nomeadamente com o estímulo da sua incorporação como matéria prima de atividades culturais ativadas pelo tecido associativo local.</li> <li>▪ Apostar nos produtos turísticos consolidados e nos complementares/em consolidação, como o ecoturismo, enoturismo, turismo cinematográfico e turismo de saúde e médico, diversificando a oferta e atenuando efeitos de sazonalidade na procura.</li> <li>▪ Dar continuidade ao trabalho realizado no âmbito da promoção dos itinerários de observação da natureza e dos itinerários de animação cultural e de visitação da religiosidade; das rotas intermunicipais (centradas na gastronomia, doçaria regional e nos produtos com ADN; de aventura e de descoberta) e dos roteiros religiosos e rotas do património ambiental.</li> </ul>

## 5.2 Contributos para a avaliação do DLBC rural

### 5.2.1 Aspetos metodológicos a considerar

O processo de monitorização e avaliação associado à estratégia DLBC e do trabalho do GAL é uma responsabilidade basilar da ADDLAP, com a colaboração das entidades parceiras, devendo ser desenhado e/ou revalidado durante a preparação da estratégia, tal como proposto no Manual para GAL e GAL-Pescas – Avaliação do DLBC.

Assumir o processo de monitorização e avaliação como uma **atividade contínua** (Figura 14), é essencial para o sucesso dos resultados, uma vez que, se planeado em conjunto com a EDL, possibilita que os objetivos estratégicos e as metas sejam realistas e mensuráveis e que o sistema de recolha de dados necessários (incluindo o cenário de referência/ linhas de base) seja desenhado coletivamente e, como tal, incorporado por todos os parceiros nas suas dinâmicas e atividades, poupando tempo e recursos *à posteriori* na sensibilização para a sua importância e operacionalização.

Monitorizar e avaliar o impacto da implementação do trabalho do GAL, nomeadamente através da implementação da EDL, é reconhecidamente um desafio que obriga a uma abordagem proativa e sistémica, mas que pode ser crucial para o desenvolvimento sustentado do território da ADDLAP e para a deteção de novas necessidades e, conseqüentemente, para o reforço da capacidade de negociação de novos projetos e financiamentos.

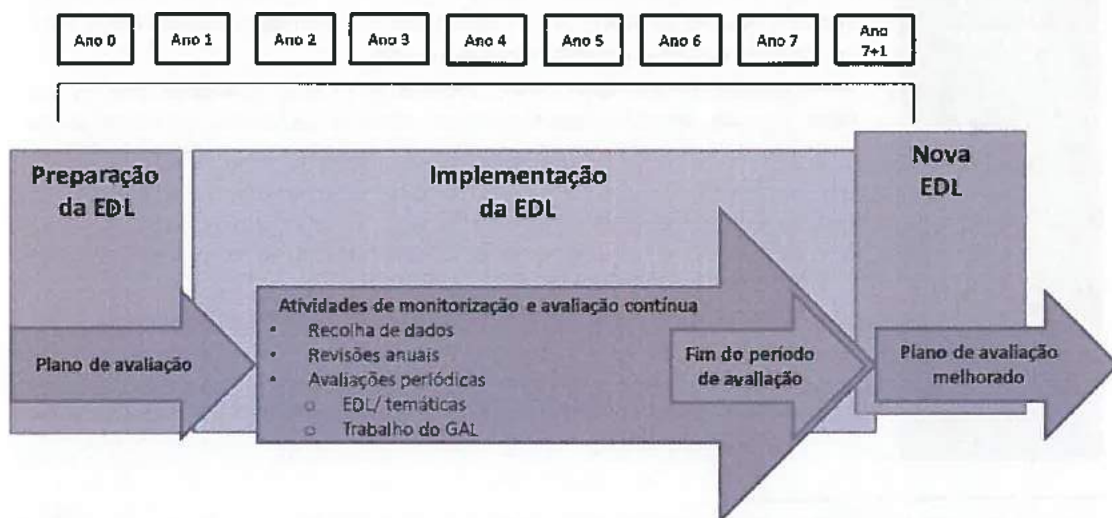


Figura 14. Cronograma proposto para o planeamento e implementação da avaliação

Fonte: adaptado de CE, Manual para GAL e GAL-Pescas – Avaliação do DLBC, 2018

Face ao exposto, propõe-se que a avaliação seja entendida como um processo que tem uma **função sumativa** (responsabilização e transparência) e **uma função formativa** (aprendizagem coletiva), e que deve ser executada de forma contínua, podendo e devendo ultrapassar o âmbito das disposições legais aplicáveis ao acompanhamento e à avaliação das estratégias de DLBC<sup>21</sup>. Isto é, para além da incidência obrigatória da avaliação (coerência e pertinência da estratégia; contributos das operações do DLBC para o cumprimento da estratégia e análise dos fatores de sucesso e insucesso, realizada num contexto de avaliação de execução - relatórios anuais de execução apresentados à AG PDR 2020), importa também ter uma perspetiva mais abrangente dos exercícios de monitorização e avaliação, nomeadamente através da (i) medição de indicadores de caracterização social, ambiental e económica do território, verificando o seu desempenho ao longo dos últimos anos e cruzando esta informação com apoios disponibilizados e com fatores externos registados, e (ii) mobilização, para o efeito, de entidades estratégicas, nomeadamente outras entidades que sejam responsáveis por outras estratégias de base territorial com incidência no território de intervenção da ADDLAP; permitindo uma **melhoria contínua na implementação da EDL e do envolvimento de todos os agentes do território**.

A tabela seguinte apresenta os elementos indispensáveis para o (re)desenho do processo de avaliação de acordo com as “Orientações para a avaliação das EDL”.

Tabela 20. Sistema comum de acompanhamento e avaliação para o desenvolvimento rural

Lógica de intervenção	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Constitui a ligação lógica entre os objetivos a cumprir, tendo presente as necessidades e as potencialidades identificadas, e as opções políticas / estratégicas a alcançar e, como tal, norteia o exercício de monitorização e avaliação.</li> </ul>
Indicadores de contexto, de realização, de resultado, de impacto	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Dados quantitativos e/ou qualitativos a aferir regular e ininterruptamente, uma vez que deste processo decorre a possibilidade de medir e demonstrar as evidências de realizações e do cumprimento de objetivos e de impactos no contexto de intervenção (devem abranger, entre outras as dimensões económica, social e ambiental). Os indicadores devem ter características <b>SMART</b>:                         <ul style="list-style-type: none"> <li>○ <b>Specific</b> (específico): claros e não permitir qualquer tipo de interpretação dúbia ou controversa;</li> <li>○ <b>Measurable</b> (mensurável): mensuráveis (quantitativa ou qualitativamente; o que não pode ser medido, não pode ser avaliado);</li> <li>○ <b>Attainable</b> (atingíveis): realizáveis. Atendendo aos fatores de contexto e recursos alocados à estratégia, é essencial que as metas atribuídas aos indicadores sejam realistas e alcançáveis;</li> </ul> </li> </ul>

<sup>21</sup> Artigo 33.º e 34.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 (Disposições comuns aplicáveis ao FEDER, FSE, FEADER e FEAMP); Regulamento (UE) n.º 808/2014 (normas dos programas de desenvolvimento rural); Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro (modelo de governação dos FEEI para o período de 2014-2020); Portaria n.º 418/2015, de 10 de dezembro (regime de aplicação da ação n.º 10.4, «Funcionamento e animação», integradas na «Medida n.º 10 - LEADER», do PDR 2020).



	<ul style="list-style-type: none"><li>○ <i>Relevant</i> (relevante): em linha com os resultados esperados da implementação da estratégia;</li><li>○ <i>Time bound</i> (limite no tempo): com um prazo associado à sua realização.</li></ul>
Questões de avaliação (QA)	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Enquanto os dados sobre a execução física e financeira da EDL devem respeitar o estabelecido no sistema de informação do PDR2020, sugere-se que outros indicadores sejam definidos e o seu desempenho analisado pelo GAL, utilizando as metodologias consideradas mais adequadas.</li><li>▪ As QA ajudam a estruturar o processo de avaliação, devendo estar diretamente ligadas aos resultados esperados. Para que as QA tenham uma definição o mais concreta possível, há que definir também critérios de avaliação, os quais especificam o êxito de determinado domínio de intervenção e ajudam na resposta à QA. De cada questão de avaliação resulta um ou mais critérios de apreciação, e de cada critério de avaliação resulta um ou mais indicadores de realização e de resultado.</li></ul>

Fonte: Rede Rural Nacional e Federação Minha Terra, [Orientações para a avaliação das EDL](#)

Deste modo, é importante que estes aspetos-chaves sejam delimitados com clareza desde o início do processo, de forma a garantir a coerência da avaliação ao longo de todo o período de implementação da estratégia, bem como o compromisso de todas as partes envolvidas.

### 5.2.2 Propostas de instrumentos de avaliação/monitorização

Paralelamente ao desenvolvimento da EDL e da definição da visão de futuro para o território de abrangência do GAL ADDLAP, sugere-se que o plano/sistema de avaliação e monitorização possa ser desenvolvido em simultâneo, de forma a assegurar que traduz as prioridades da estratégia e que permite aferir a evolução do território em relação ao cenário de partida, os resultados e o impacto da implementação da EDL.

Deste modo, o exercício metodológico que, de forma exploratória, se propõe, pode ser entendido como uma ferramenta de apoio às atividades/tarefas a desenvolver no âmbito de diversas etapas do processo de avaliação, apresentando-se as seguintes **propostas de instrumentos que podem ser incorporados no sistema de monitorização e avaliação**:

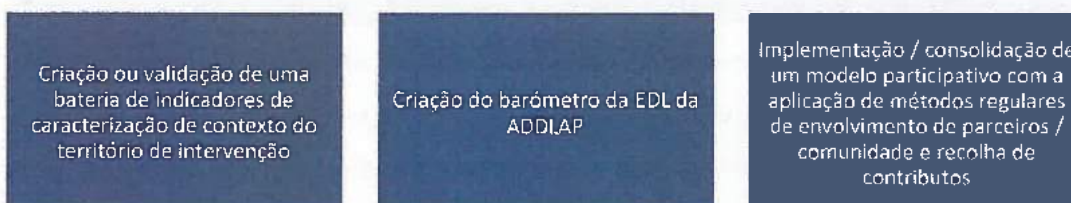


Figura 15. Propostas de instrumentos a incluir no sistema de monitorização e avaliação

### Criação ou validação de uma bateria de indicadores de caracterização de contexto do território de intervenção

A criação ou validação de uma bateria de indicadores de caracterização de contexto do território de intervenção deve estar alinhada com o quadro estratégico e com as respetivas linhas de atuação que serão operacionalizadas. Sugere-se, desde já, que se possam considerar temas como a demografia, economia, ambiente e mercado de trabalho, ou outros que se alinham com o definido estrategicamente e que servirão de suporte às orientações estratégicas da EDL. Estes dados/informações correspondem a indicadores de contexto que podem ser de natureza quantitativa ou qualitativa e que poderão ser recolhidos através de fontes oficiais produtoras de estatísticas ou outros dados relevantes (INE, IEFP, ICNF, APA, ISS, etc.) ou através de recolhas diretas (com recurso a inquéritos ou entrevistas a agentes do território / parceiros).

Sugere-se a constituição de uma base de dados, simples e intuitiva (Figura 16) organizada com recurso a ferramentas TIC, de fácil utilização e atualização, permitindo verificar periodicamente as evoluções de contexto. Constitui, assim, um mecanismo de monitorização e avaliação essencial para a próxima proposta (criação de barómetro da EDL).

Tema:							
Id Indicador	Fonte de recolha	Método de recolha	Periodicidade de recolha	Metas Ano x, y, z	Registo de valores		
					Ano 0 (arranque da EDL de ref#)	Ano 1	Ano 2, 3, 4, n

Figura 16. Exemplo de modelo de suporte à recolha de informação/indicadores de contexto

### Criação do barómetro da EDL da ADDLAP

A criação de um barómetro corresponde a uma ferramenta de avaliação do ponto de situação de um determinado contexto, constituída por um conjunto de indicadores passíveis de serem medidos e monitorizados, utilizada para aferir evoluções sociais, económicas ou de outra natureza, de acordo com o foco pretendido.

Em alinhamento com o referido anteriormente, sugere-se que o Barómetro seja bidimensional, ou seja, que incorpore necessariamente a execução da própria EDL e a evolução do contexto do território, da atuação do GAL, permitindo assim, sempre que possível e adequado, estabelecer relações de causa-efeito e identificar áreas em que se está, ou não, a conseguir alcançar as metas e resultados esperados.

A sua utilidade prende-se também com a forma simples e clara com que apresenta a informação previamente recolhida e tratada, na maioria das vezes veiculada sob a forma de estatísticas, gráficos ou quadros para uma imediata perceção da evolução dos indicadores.

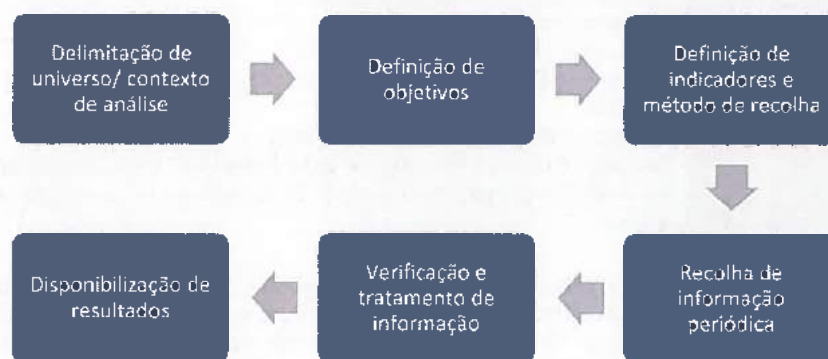


Figura 17. Metodologia de construção do barómetro da EDL

Atendendo à metodologia de construção de um barómetro e às especificidades da avaliação, de modo a que esta ferramenta seja útil e permita uma fácil verificação e disponibilização de resultados, importa ter bem definidos os elementos chave do processo (lógica de intervenção, indicadores e QA), uma vez que se pretende que exista articulação entre o universo/contexto de análise do barómetro e o da EDL.

Visando tornar expedita a sua construção e atualização sugere-se o alinhamento dos indicadores de contexto com os utilizados no diagnóstico do território (ano 0), simplificando a sua recolha e atualização periódica (estatísticas e modelos de recolha direta por parte do GAL, como inquéritos/entrevistas); complementados com os indicadores de realização e resultado da EDL, alguns deles recolhidos através do sistema de informação do PDR.

Em termos de disponibilização dos resultados propõe-se que sejam definidos *à priori* quais os dados do barómetro que deverão ser divulgados publicamente e quais deverão ser para utilização do GAL (ou qualquer outro público específico identificado). Propõe-se que, após esta

definição, a disponibilização dos dados possa ser feita *online*, quer através de *dashboard*/painel de visualização interativo ou através da disponibilização de boletim, que agregue os dados e contenha elementos gráficos para uma fácil leitura da informação (exemplo na figura seguinte).


	
Entidade responsável	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
Objetivos	<p>O Barómetro do Centro de Portugal tem como objetivo monitorizar o progresso alcançado pela Região Centro, em alinhamento com o Plano de Ação Regional. Incorpora cinco dimensões de análise:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Crescimento e Competitividade</li> <li>2. Potencial Humano</li> <li>3. Qualidade de Vida</li> <li>4. Coesão</li> <li>5. Sustentabilidade Ambiental e Energética</li> </ol> <p>Para além da perspetiva temática, o Barómetro do Centro de Portugal tem ainda como objetivo acompanhar a evolução da região numa perspetiva global do sucesso regional.</p>
Metodologia na recolha de indicadores/resultados	<p>Dentro destas cinco dimensões de análise desenvolveu-se uma bateria de 25 indicadores, permitindo concertar as energias e focalizar os esforços de todos na obtenção de resultados concretos em torno destes mesmos indicadores, considerados prioritários igualmente no que se refere à afetação de recursos orientada para resultados. Cada um destes indicadores resulta numa ficha de análise da sua evolução, sendo atualizada sempre que nova informação é disponibilizada. Os dados utilizados são provenientes do Instituto Nacional de Estatística (INE) e de outras entidades que recolhem estatísticas setoriais.</p>
Periodicidade de atualização	Anual.
Disponibilização de resultados	<i>Online</i> : <a href="#">boletim disponível no site da CCDRC</a> (última versão: fevereiro de 2021) e <a href="#">dashboard</a>
Mais informação	<a href="http://datacentro.ccdrc.pt/">http://datacentro.ccdrc.pt/</a>   <a href="https://tinyurl.com/vy9dswy4">https://tinyurl.com/vy9dswy4</a>

Figura 18. Exemplo de barómetro/boas práticas

### Implementação/consolidação de um modelo participativo com a aplicação de métodos regulares de envolvimento de parceiros/comunidade e recolha de contributos

Tendo em vista a implementação/consolidação de um modelo participativo, propõe-se a aplicação regular dos seguintes métodos de envolvimento de parceiros e/ou comunidade para recolha de contributos:

- **Entrevistas a agentes do território/beneficiários (privilegiando, no atual contexto, um formato *online*)**, uma vez que permitem recolher factos e informações para a sua verificação, opiniões, perspetivas e sugestões, esta ferramenta é útil para desenvolver hipóteses e análises, podendo ser utilizada em conjugação com outros métodos (para testar as principais questões a tratar no início da avaliação com o objetivo de preparar sessões de *focus group*; para ser um dos principais métodos de análise, se apoiado por questionários). As entrevistas podem ser estruturadas ou semiestruturadas, seguindo um guião de entrevista previamente preparado. Sugere-se que possa ser utilizado na fase inicial de preparação da EDL/plano de avaliação, como um exercício exploratório sobre as visões do território dos parceiros (pode ser selecionado um grupo mais restrito), as necessidades que detetam, as prioridades a abordar, indicadores a utilizar para aferir a implementação da estratégia, etc. numa fase posterior do processo de avaliação contínua, este método pode ser reutilizado visando conhecer a opinião/*feedback* dos intervenientes sobre a evolução do território; implementação da estratégia; atuação do GAL, etc.
- **Questionários/inquéritos em formato *online***, para recolher informação para aferir diversos tipos de indicadores, por exemplo, relacionados com a execução dos projetos (ponto de situação; tipo e valor de investimento realizado; postos de trabalho criados, etc.); ou de carácter qualitativo (por ex. perceções sobre a evolução do território; trabalho do GAL, etc.). Sugere-se que o questionário se apresente estruturando com um conjunto de perguntas que possa ser replicado periodicamente (por exemplo, anualmente), de forma a possibilitar a obtenção de dados de referência para verificar o desempenho da estratégia, as alterações ocorridas ao longo do tempo e comparar as mudanças reais com as metas estabelecidas. Podem ser aplicados a membros do GAL, beneficiários ou população local, de acordo com os indicadores estabelecidos. A este nível, destaca-se o trabalho já realizado pelo GAL relativo ao desenvolvimento e

aplicação de três questionários de avaliação destinados à comunidade, beneficiários e parceiros<sup>22</sup>.

- **Grupos de trabalho/*Focus groups* temáticos (privilegiando um formato *online*).** No contexto de avaliação, esta ferramenta é útil para recolher dados qualitativos (embora também possa ser obtida informação quantitativa); examinar análises e perspetivas (a interação dos participantes durante a sessão facilita uma troca espontânea de pontos de vista, análises, sugestões); desenvolver e testar hipóteses de trabalho no início ou durante a avaliação; desenvolver e testar conclusões, recomendações e sugestões com os detentores de interesse e beneficiários numa avaliação no percurso, ao nível local e institucional.

Tal como as entrevistas, sugere-se que possa ser utilizado na fase inicial de preparação da EDL/plano de avaliação e utilizado periodicamente para obter *feedback* sobre a implementação. Propõe-se ainda que estes grupos de discussão tenham um foco temático relacionado com os ativos/recursos do território (por exemplo, reunindo um conjunto selecionado de agentes com a atuação nas “marcas” associadas a este território, nomeadamente a “terra, a “água”, a “serra” e a “floresta”).

---

<sup>22</sup> Os modelos de questionário podem ser consultados no [Anexo IV](#).

## 6 Anexos

### 6.1 Anexo I – Síntese dos resultados obtidos através da aplicação de métodos diretos de recolha de informação

#### 6.1.1 Formulário *online*

Enquadrado no presente estudo sobre instrumentos de avaliação do DLBC Rural e visão estratégica para o futuro, foi disponibilizado um formulário *online* que teve como objetivo promover uma auscultação alargada das entidades locais estratégicas com vista à recolha de contributos sobre o percurso desenvolvido e metodologias de avaliação e sobre os desafios e prioridades para 2030 para o território de intervenção da ADDLAP.

#### Caracterização geral da amostra

A amostra compreende **24 respostas** que foram obtidas até ao dia 28 de fevereiro de 2021. A informação obtida através da aplicação do formulário *online* encontra-se integrada ao longo do documento, nomeadamente nos pontos referentes aos contributos para a visão estratégica e para a avaliação do DLBC rural (Capítulo 5).

#### Entidades

- AIRV
- Associação da Indústria Hoteleira e Similares das Termas de São Pedro do Sul
- Centro de Artes do Espectáculo de Viseu
- CERV
- Chão de S. Francisco Lda.
- CVRDÃO
- DRAPC
- Eon. Indústrias Criativas, Lda.
- Escola Profissional de Vouzela, Lda.
- FELBA
- FENAFRUTAS
- Ferreira da Fonseca (Historiador)
- GAPMEC Economistas e Consultores, Lda.
- Individual
- Instituto Politécnico de Viseu
- Instituto Politécnico de Viseu
- João Pereira
- Junta de Freguesia de Côta
- Junta de Freguesia de Mundão
- Município de Oliveira de Frades
- Município de Vila Nova de Paiva
- Município de Vouzela
- Rosa Maria de Almeida Arede
- Termalístur - Termas de S. Pedro do Sul

#### Enquadramento das entidades

	N.º	%
Entidades parceiras do GAL/ADDLAP2020	13	54,2
Promotores de projetos cofinanciados através do GAL/ADDLAP2020	9	37,5

Outro (individual; entidade cultural local; consultor privado; empresa que se dedica a projetos culturais; órgãos sociais; administração pública)	6	25
<b>Localização</b>		
	<b>N.º</b>	<b>%</b>
Oliveira de Frades	3	12,5
São Pedro do Sul	3	12,5
Vila Nova de Paiva	2	8,3
Viseu	16	66,7
Vouzela	4	16,7
Outros (Douro Sul)	1	4,2

### Análise do percurso de desenvolvimento do território e metodologias de avaliação

Considera que os investimentos realizados no período 2014-2020 contribuíram para a melhoria da qualidade de vida e para a fixação das populações rurais no território de abrangência do GAL/ADDLAP2020 (concelhos de Oliveira de Frades, São Pedro do Sul, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela)?

	<b>N.º</b>	<b>%</b>
<b>Sim</b>	<b>22</b>	<b>91,7</b>
<b>Não</b>	<b>2</b>	<b>8,3</b>

Breve reflexão sobre o percurso de desenvolvimento do território de abrangência do GAL/ADDLAP2020 nos últimos anos:

- *A falta de ligação, rede e os problemas do território o dificultam.*
- *Se considerarmos o conceito "Qualidade de vida" nas suas múltiplas dimensões, é expectável que os investimentos realizados (GAL e outros) tenham criado condições para melhoria do nível de rendimentos nos territórios rurais, aumentado o nível de qualificações e baixado a idade dos agricultores, melhorado o nível de cooperação entre as pessoas e organizações, aumentado o acesso a serviços de cultura, educação, saúde, apoios sociais. Já será mais discutível o impacto desses investimentos no ambiente, não pelos seus efeitos diretos (estes terão melhorado), mas sim pelos desastres ambientais ocorridos (incêndios, secas). O modo de vida nas aldeias terá melhorado porque haverá melhores infraestruturas, tem havido um olhar por parte das autarquias para as populações mais afastadas, mesmo em termos de mobilidade (apesar das dificuldades que persistem).*
- *Na possibilidade de requalificação e preservação do património natural, imaterial e edificado, bem como, na defesa do meio ambiente e na criação de postos de trabalho em comunidades muito debilitadas.*
- *A ADDLAP tem dinamizado um vasto conjunto de atividades, em torno e em colaboração com um universo alargado de parceiros e atores, e tendo por base um conjunto de dinâmicas participadas e de co-construção, que contribuem a curto e a médio prazo para a melhoria da qualidade de vida e para a fixação das populações rurais no território de abrangência, quer através da capacitação do agentes do território, da promoção de novas atividades, da implementação de projetos de investigação, divulgação, entre outros.*
- *O GAL/ADDLAP2020, nos últimos anos, tem vindo a desenvolver/atribuir meios financeiros, através de candidaturas, com alguma heterogeneidade, setor diversos, que, de alguma forma, vem dando oportunidade a empreendedores no desenvolvimento dos seus negócios, e, que por inerência concorrem para o desenvolvimento económico da Região do Interior, Dão Lafões.*
- *Contribuiu para consolidar e melhorar a qualidade de vida e fixar as populações através de uma atuação sustentada e que contribui para o desenvolvimento socioeconómico do território.*
- *Contribui para o aumento de produção do setor primário, ajudando a fixar pessoas.*
- *O GAL/ADDLAP2020 foi e é importante para a melhoria da qualidade de vida e para a fixação das populações rurais no seu território de abrangência.*
- *Os apoios efetuados foram importantes para a fixação e desenvolvimento da população das zonas rurais.*
- *A ADDLAP tem vindo, ao longo dos últimos anos, a pôr em prática projetos, que conjuntamente com promotores e entidades, serviram de alavanca para a aplicação ativa dos mesmos.*
- *A fixação de população em meios rurais é cada vez mais notória, tendo em conta novas perspetivas para os territórios e o seu desenvolvimento associado.*
- *Devemos aplaudir e congratular as entidades que contribuem para o desenvolvimento socioeconómico do nosso território. Deveria haver medidas mais abrangentes para se poder dar uma melhor qualidade de vida e melhor fixação da população mais jovem nos meios rurais, pois eles são o futuro. Continuem o bom trabalho.*



- *Sim, mas pouco o território está em desertificação acelerada. As populações locais pura e simplesmente não conseguem aceder aos financiamentos necessários à criação de riqueza que é necessário para a criação de empregos com remuneração condigna e à fixação de população.*
- *Há um foco excessivo na criação de serviços que não serão os que as populações sentem falta mas que antes respondem a modas e que no longo prazo são de sustentabilidade económica duvidosa (sempre dependente de financiamentos externos) e insuficiente na economia real, na promoção de atividades económicas sustentáveis e geradoras de mais-valia económica para o território e as suas populações.*
- *Os apoios que existem à economia real esbarram nos entraves e complexidade burocrática inerente às candidaturas, potenciadas pelas idiosincrasias de organismos como o IFAP, que fazem com que a maior parte dos proveitos económicos dos fundos para investimentos vá para aqueles que organizam o processo ao promotor. Pior, o mercado nestes territórios está longe de ser perfeito, os prestadores de serviços, são em número reduzido, e acabam por ficar com outra fatia de leão dos financiamentos, caso contrário não fornecem aos promotores os documentos de faturação descritas nos termos bizarros em que o IFAP, e organismos afim, os exigem.*
- *Enquanto não se perceber que as verificações dos investimentos são feitas nos locais do investimento, que a função legal das faturas é verificar a correta cobrança de impostos e não verificar a realização material de investimentos não há como melhorar a eficiência dos fundos e da sua execução.*
- *Os projetos, públicos e privados, promovem territórios de baixa densidade, minimizando as assimetrias, aumentando a coesão, criando emprego, fixando a população (incluindo jovens qualificados).*
- *O apoio às pequenas empresas locais permite a fixação dos próprios investidores, criação de emprego e permite a atração de turistas que poderão adicionalmente dinamizar outras atividades locais.*
- *Os investimentos foram importantes pese embora não contribuíssem diretamente para a fixação das populações rurais, mas sim para a melhoria da sua qualidade de vida.*
- *Os apoios concedidos que promoveram a economia rural e criativa promoveram a cooperação entre as unidades de comércio e serviços locais, fomentando e valorizando as parcerias locais abrangendo não só o mercado local mas também nacional e internacional, em prol do nosso património e cultura social e cultural.*
- *Na área que me diz respeito, património cultural e turismo cultural, foram dados passos importantes. Embora haja ainda um longo percurso a fazer, as ações desenvolvidas têm permitido, por um lado, criar alguma estruturação de produtos culturais, sejam eles monumentos, centros de interpretação ou percursos/itinerários e, por outro, igualmente importante, têm aberto as mentalidades do poder local para uma realidade que até então se encontrava um pouco relegada. Referimo-nos ao potencial que o património cultural, material e imaterial, possui como fator de desenvolvimento regional.*
- *A região continua a ter imensas fragilidades rurais. Os investimentos são isolados e a região precisa de uma rede de cooperação promotora de uma visão integradora da região nas suas várias vertentes da proteção do ambiente, onde se inclui a biodiversidade, mitigação das alterações climáticas e maior sustentabilidade das cadeias de valor.*
- *Foram criados postos de trabalho e acrescentada riqueza ao território.*
- *Nos últimos anos, o GAL/ADDLAP contribuiu para a melhoria da qualidade de vida e para a fixação das populações rurais no território de abrangência.*
- *Alguns equipamentos e atividades culturais/socias.*
- *A fixação de pessoas no meio rural, além dos investimentos em projetos de turismo natureza, produtos endógenos, alojamentos locais, serviços complementares, necessita obrigatoriamente de serem melhoradas as comunicações, nomeadamente a internet e rede móvel.*

Considera importante a realização de exercícios de monitorização e de avaliação da Estratégia de Desenvolvimento Local?

	N.º	%
Sim	24	100
Não	0	0

Classificação de 1 (menos importante) a 5 (mais importante) os seguintes instrumentos/métodos associados à recolha de informação e ao envolvimento de atores-chave no âmbito da avaliação de uma estratégia de desenvolvimento local

	1	2	3	4	5	Não sabe responder
	N.º					
Pesquisa de dados/indicadores – análise documental, de dados e de estatísticas (consiste na recolha e análise de bibliografia de referência, bem como na análise de sistemas de informação)	1	0	6	6	11	0

<b>Entrevistas/contactos diretos</b> (consiste na obtenção de Informação de natureza qualitativa centrada na visão dos principais <i>stakeholders</i> , através da sua auscultação direta)	0	1	1	5	17	0
<b>Grupos de trabalho</b> (consiste no envolvimento das partes interessadas e outros atores com opinião qualificada nas diferentes análises a efetuar)	0	0	4	4	16	0
Inquérito por questionário (consiste na obtenção de informação de natureza qualitativa e quantitativa, permitindo o envolvimento dos beneficiários da EDL no processo avaliativo)	0	2	4	8	10	0
<b>Estudo de casos</b> (consiste na recolha de informação quantitativa e qualitativa que permite aprofundar e complementar os dados obtidos através de outras fontes, contribuindo para uma compreensão integrada do objeto de avaliação – análise comparativa/ <i>benchmarking</i> )	0	0	3	4	17	0

**Outros instrumentos/métodos adequados para a avaliação da Estratégia de Desenvolvimento Local:**

- *Por vezes esquecemos a informação gerada internamente, em cada organização (tempo gasto com as tarefas, p ex, ou outros recursos). Por isso, valerá a pena, mesmo usando as técnicas anteriores, olhar para dentro da organização e recolher e analisar os dados produzidos e que podem ajudar à avaliação da eficiência, à identificação de tarefas desadequadas, etc.*
- *Visitas de técnicos de acompanhamento e aconselhamento.*
- *Questionários ao público em geral relativos as percepções e conhecimento dos instrumentos, projetos, casos de sucesso, não só como forma de monitorização como também de divulgação.*
- *Os instrumentos associados à recolha de informação bem trabalhados são mais que adequados para a avaliação.*
- *Avaliação da execução das verbas, características sociodemográficas dos promotores e dos projetos. Definição prévia dos grupos alvo dos programas e avaliação a posteriori se foram, de facto, estes que beneficiaram dos mesmos.*
- *Questionar as autarquias sobre as mais-valias para a freguesia/concelho em que o promotor se encontra.*
- *Talvez reconhecimentos no terreno. Conhecer algumas realidades in loco. Depende do tipo de projeto/ação*
- *É importante que o benchmarking seja realizado ao nível nacional, europeu e internacional.*
- *Levantamento do volume de faturação e a sustentabilidade do projeto.*
- *Trabalhos científicos e os índices de satisfação, regularmente publicados pelos serviços públicos, (INE, Saúde, Justiça...).*

**Desafios e prioridades para o desenvolvimento local**

**Necessidades atuais de intervenção no território de abrangência do GAL/ADDLAP2020:**

- *Qualificação e inovação.*
- *Continua a ser importante, a intervenção nas áreas da formação, de preferência ligadas às áreas de intervenção da EDL, da inovação - ligação das IES às empresas -, apoios sociais, valorização dos recursos endógenos alimentares (na produção e na ligação ao mercado, particularmente). O problema central da região (mesmo alargado à NUT III) é a baixa competitividade. Tudo o que fizer melhorar este indicador é bem-vindo.*
- *No área da biodiversidade e meio ambiente e na área social.*
- *Dinâmicas de fixação de população jovem, identificação e promoção de sistemas alimentares sustentáveis desde a produção ao consumo, dinâmicas de promoção e apoio à comercialização, capacitação técnica e digital, apoio a atividades de economia social, apoio e formação para à conversão para a eficiência ambiental/energética e preparação para contextos de alterações climáticas e outras crises.*
- *Consideramos que existe uma grande lacuna na intervenção da GAL/ADDLAP2020 ao nível cultural.*
- *Apoio à agricultura; apoio às micro e pequenas empresas já existente e que estas garantam capacidade de continuidade, com um bom rácio de capitais próprios e solvabilidade.*
- *Continuação da fixação da população nos meios rurais.*
- *Setor primário, produção de bens agrícolas com enfoque nas uvas, fruticultura.*
- *Maior apoio às empresas na manutenção e criação de postos de trabalho.*
- *Combater a desertificação dos meios rurais e apoiar os atuais e os futuros investidores de uma forma sustentável a curto prazo.*
- *Parcerias culturais, inclusão ativa.*

- Promover as marcas existentes, apoiar mais a produção frutícola e desenvolver rotas mistas entre a produção, o rural e o histórico, seria sem dúvida uma mais-valia e traria mais visibilidade à região.
- Criação de riqueza e condições para a fixação de população. Linhas de investimento de apoio aos meios de produção em moldes que não distorçam o mercado e fomentem a corrupção, sobretudo através da colocação de entraves burocráticos insuperáveis ao comum dos cidadãos dos territórios. Linhas em que a verificação dos investimentos seja feita materialmente, no terreno, e através de faturas passadas nos termos da lei, e não nos termos desadequados das OT da realidade paralela em que o IFAP se movimenta. A função legal das faturas é a contra a do pagamento de impostos e não aquele que tem sido entendido pelo IFAP, o controlo da forma como decorrem os investimentos. Ou seja, enquanto se exigir que um promotor tenha de exigir, caso contrário o IFAP não aceita a despesa, que um viveirista italiano coloque na fatura a parcela do SIP onde eventualmente serão colocadas as plantas (como se isto provasse ou controlasse o que quer que seja)... e outros disparates afim... não haverá mudanças significativas.
- Melhoria da economia e recuperação do património, reabilitação urbana.
- Apoiar criação de infraestruturas como percursos/passadiços e outros. Apoiar os pequenos produtores agrícolas e silvícolas.
- Apoio à renovação das aldeias.
- Fomentar a história e cultura local, implementando formas de divulgação mais abrangente e focadas.
- Restauro de Ecossistemas rurais; Valorização e promoção do Património Cultural Rural (material e imaterial); Valorização e promoção dos recursos endógenos.
- Mais intervenção em dinâmicas locais, como Grupos Focais com os atores locais responsáveis pela sustentabilidade económica, ambiental e social da região de intervenção do GAL/ADDLAP. Através de dinâmicas a acontecerem no terreno com os atores locais em processos co criativos e multi-atores fomentar e operacionalizar cadeias curtas agroalimentares, valorização dos recursos endógenos, proteção da Dieta Mediterrânica como património imaterial da região e a inovação social, envolvendo aspetos do digital e de uma maior proteção do ambiente e sustentabilidade das cadeias de valor.
- Formação.
- Necessidade de apoiar, financeiramente através dos fundos estruturais, as empresas do território, para que estas consigam continuar a laborar, manter e criar mais postos de trabalho.
- Criar mecanismos de fixação das populações, tornando os territórios do interior mais conhecidos e com as respostas que quem os procura, necessitam.
- Apoio ao empreendedorismo, comunicações.

Classificação de 1 (menos importante/menos prioritário) a 5 (mais importante/mais prioritário) os quatro objetivos estratégicos da Estratégia de Desenvolvimento Local em vigor.

	1	2	3	4	5	Não sabe responder
	N.º					
Objetivo I - Desenvolver uma Economia da Terra, mais verde, social e circular	0	0	0	5	19	0
Objetivo II - Promover uma Ruralidade Moderna - Empreendedora, competitiva e colaborativa	0	0	2	7	15	0
Objetivo III - Consolidar um Território de Bem-estar e de Coesão - Território de sucesso educativo e de acesso à cultura e à saúde	0	1	3	3	17	0
Objetivo IV - Dar uma nova visibilidade às «marcas» do território	0	1	0	10	13	0

Outros pilares/objetivos estratégicos que também devam ser considerados na horizonte 2030:

- **Sustentabilidade.**
- Talvez mais importante que "outros objetivos" deva ser a necessidade de os explicitar melhor no sentido de apontarem para alvos mais concretos: a produtividade (já referida anteriormente), a coesão social com enfoque claro nos apoios aos grupos sociais mais frágeis (os mais velhos, as crianças, os desempregados/mais velhos ou jovens/desqualificados/já excluídos do mercado de trabalho, ... associadas a estes grupos normalmente vêm as doenças. Criar alguma estrutura que ajude a organizar a vida destas populações, nomeadamente nas aldeias, - do género "Centros Comunitários" pode ser importante). Como objetivos transversais não esquecer a 'digitalização' (não apenas na perspetiva setorial - empresas, estado - mas também na perspetiva territorial - é preciso que chegue a todo o território) e não esquecer as 'alterações climáticas', seja na perspetiva da transição energética (uma vez mais olhar para o território), seja na preservação da biodiversidade e na valorização desta biodiversidade (sem exagerar no turismo! Mas pensando, p.ex., na valorização económica de recursos naturais endógenos).
- Respostas sociais e culturais.
- Digitalização e Inclusão.
- Património cultural da região com expressão ao nível do turismo cultural.

- Apoio à produção agrícola.
- Desenvolver uma economia produtiva com base no setor primário puro e duro.
- Promoção da economia de mercado, num sistema de concorrência que respeite os artigos 101 a 105 do TFUE, em que haja uma real preocupação com o acesso às medidas pelo comum dos cidadãos; que estas não sejam artificialmente restritas a pequenos grupos de interesses por um construto burocrático promotor de iniquidade.
- Embora os objetivos específicos suprarreferidos sejam suficientemente abrangentes, talvez dar um enfoque no objetivo IV à identidade deste território, o que o define, a sua alma, o seu ser.
- No III incluir o envelhecimento ativo e assistido e no IV diria mais do que dar uma nova visibilidade às "marcas" do território, criar e implementar uma estrutura de marketing territorial em rede com os atores locais.
- Planeamento do território e proteção da floresta contra incêndios.

**Domínios de intervenção de maior importância para a estratégia do território da ADDLAP no horizonte 2030**

	N.º	%
<b>Economia da terra</b>	<b>14</b>	<b>58,3</b>
<b>Economia verde</b>	<b>13</b>	<b>54,2</b>
Empreendedorismo social e tecnológico	8	33,3
Laboratório de Inovação Socio territorial	3	12,5
Empreendedorismo em ação - Novos e Renovados negócios	10	41,7
Envelhecimento ativo	6	25
<b>Oferta turística e inovação</b>	<b>11</b>	<b>45,8</b>
<b>Valorizar o Mundo rural e reforçar as identidades, num Mundo aberto</b>	<b>18</b>	<b>75</b>
Inclusão Ativa	2	8,3
Núcleos de Criatividade	5	20,8
Parcerias Culturais	5	20,8
Territórios de Hospitalidade	4	16,7
Territórios de lazer e prazer	6	25
Rotas Intermunicipais	3	12,5
<b>Promover as "Marcas" do Território</b>	<b>14</b>	<b>58,3</b>

**Principais desafios e prioridades para o território da ADDLAP no horizonte de 2030.**

- *Redes, parcerias, inovação.*
- *'Competitividade', 'Inovação', 'nível de formação', 'aldeias como comunidades' - com oferta de serviços organizada - estruturadas em torno de "centros comunitários" de gestão autónoma, mas financiados pelo orçamento público e privados'.*
- *Empreendedorismo, ambiente, cultura/educação.*
- *Digitalização, Inclusão, Promoção de sistemas alimentares sustentáveis como base para o território, para a saúde, para a inclusão e para a economia.*
- *Atratividade e fixação de pessoas e bens, contribuindo assim, para o desenvolvimento socioeconómico do território do interior, Dão Lafões.*
- *Deveria incidir nas marcas do território, para dar maior visibilidade e apoio.*
- *Manter o setor primário a produzir.*
- *Economia Circular, Digitalização.*
- *Atração e fixação de população no território.*
- *Continuar a fomentar projetos interessantes do ponto de vista social e económico que contribuam para a revitalização do território envolvente.*
- *Fazer parcerias entre a cultura e o meio rural aliado à produção agrícola, promovendo as nossas marcas nomeadamente a DQP e IGP, entre outras decerto chamará a atenção para a nossa região e nos trará benefícios a longo prazo. Continuar a apoiar a fixação no meio rural, criar rotas mistas, juntando a cultura com a aprendizagem do saber fazer no meio rural aliado à produção seria sem dúvida um grande desafio.*
- *Criação de riqueza e consequentemente de emprego condignamente remunerado para fixar população e combater o maior flagelo com que o território se depara, a desertificação.*
- *Fixação de população.*
- *Promover a fixação da população, envelhecimento de qualidade e economia local dinâmica.*
- *Desafios: fixar pessoas, promover o envelhecimento ativo, tornar o mundo rural mais atrativo.*
- *Prioridades: apostar numa economia circular; criar condições nas aldeias para atrair população mais jovem e se fixar.*
- *Manter o dinamismo cultural, social, arqueológico e histórico da região. Desenvolver a ruralidade nas suas várias perspetivas, incentivando o setor na sua vertente turística e cultural, através de apoios e promoção nacional e internacional.*

- *Combater o despovoamento; Restaurar ecossistemas rurais; Preservação do património cultural rural, preservar e promover as paisagens históricas rurais.*
- *Na minha opinião, o principal desafio que é, igualmente, uma prioridade, é atrair pessoas para as zonas mais deprimidas. Infelizmente, este é um desafio que vem de trás e de solução difícil. Toda a Europa tem esta luta. Mas, nós também temos que lutar. Por isso, tudo aquilo que possa ser feito nesse sentido, deve ser potenciado. Esta captação pode ser feita por duas vias paralelas: captar fluxos de pessoas para permanência temporária (turismo) e a captação de pessoas para permanência definitiva (residentes). Começamos a ter um território estruturado, mas ainda há muito para fazer. As pessoas já não procuram apenas estradas alcatroadas e rotundas. Procuram bem-estar. E esse bem-estar pode ser uma peça de teatro ou uma ida ao spa. Pode ser a visita a uma queijaria artesanal ou uma tarde no cinema. O território tem que se articular de uma vasta gama de ofertas que permita que quem procure um sítio para viver ou visitar o escolha. Não é fácil, pois todas as regiões estão a querer fazer isto. Por isso, há que apostar e investir naquilo que nos torna diferentes e únicos, as tais “marcas”. É por isso crucial definir muito bem quais são essas marcas, pois delas pode depender o futuro do território.*
- *Um território menos burocratizado, mais ágil, e mais interventivo nas comunidades locais com mais dinâmicas multi-atores. Prioridades: inovação nas cadeias de valor dos recursos endógenos e maior integração vertical e horizontal, sistemas alimentares mais sustentáveis, inovação social e ambiental.*
- *Ser um agente de transformação e de criação de riqueza nos seus domínios de intervenção.*
- *Necessidade de apoiar, financeiramente através dos fundos estruturais, as empresas do território, para que estas consigam continuar a laborar, manter e criar mais postos de trabalho.*
- *Criar redes de informação e tecnologia verde, tornando o território mais acessível para as TI.*
- *Turismo natureza, Marcas, Serviços complementares ao turismo, comunicações.*

#### Principais comentários/sugestões:

- *Apesar da existência de perguntas abertas, o recurso sistemático a ideias estabelecidas na última década - objetivos atuais, prioridades, áreas de intervenção, ... - pode criar limitações nas respostas. Se fossem apresentadas, também, outras possíveis áreas de intervenção, na linha do que está a ser feito na UE e no país (no digital, etc.), talvez os inquiridos “abrissem” mais as respostas. Talvez ...*
- *Sem educação e manifestações de cultura num território ambientalmente cuidado não há empreendedorismo e economia que se fixe nas nossas comunidades, enquanto territórios diferenciadores.*
- *Que a GAL/ADDLAP2020, esteja atenta na absorção de todas as oportunidades aos Fundos Comunitários, abrindo concursos com rigor, utilizando a imparcialidade e o rigor na sua redistribuição, através das candidaturas mais proficuas.*
- *Apoio incondicional às novas autorizações de plantação de vinhas.*
- *Ao trabalhar em prol da cultura da nossa “terra”, estamos a dinamizar empregos, a implementar o seu crescimento, a criar produtividade a posicionarmo-nos enquanto região. Bem hajam!*
- *No seguimento do ponto anterior, e mesmo que necessitando de uma reflexão mais aprofundada, devese-à continuar a apostar nos produtos diferenciadores. Temos a sorte deste território poder oferecer um enorme conjunto de produtos relacionados com a Natureza e com o Homem. Contudo, há que elencar aqueles produtos que fazem a diferença. Claro que não se trata de inventar a roda, nem tampouco de desprestigiar o trabalho feito até agora. Pelo contrário, há um trabalho de continuidade que é preciso fazer. Por isso, se deve continuar a apostar no turismo de natureza, com especial enfoque para o ambiente de montanha (S. Pedro do Sul, Vouzela e Oliveira de Frades), no turismo gastronómico com especial enfoque para o vinho do Dão, o nosso principal embaixador, mas não único. Deve, também, continuar o investimento no património cultural: valorização e promoção de monumentos e sítios arqueológicos e históricos, rotas, percursos, itinerários, centros de interpretação, etc. Deve também continuar-se a apostar na oferta de condições de estadia, seja no apoio as instalações hoteleiras ou congéneres, como no apoio à promoção dos recursos endógenos.*
- *No fundo, no horizonte de 2030 o mais importante prende-se com a capacidade de promover os valores identitários deste território. Isso pode representar a continuação de algumas linhas de investimento estratégico que vêm de trás, mas também pode corresponder a projetos novos e/ou inovadores que complementem e justifiquem até investimentos anteriores. Temos a sorte de termos um território fantástico. Temos a sorte de ter pessoas extraordinárias. Temos a sorte de ter uma história singular. Há que aproveitar estas dádivas. Só depende de nós.*

### 6.1.2 Auscultação de entidades locais estratégicas: sessões individuais e sessão conjunta

A auscultação de entidades locais estratégicas, previamente identificadas pela ADDLAP, teve como objetivo a recolha de contributos sobre o percurso desenvolvido e os desafios futuros, nomeadamente no que se refere (i) à forma de avaliação das Estratégias de Desenvolvimento definidas para o território e (ii) e da definição da visão estratégica para 2030. Neste sentido, foram realizadas, durante o mês de fevereiro, sessões individuais de trabalho/entrevistas com as seguintes entidades:

- Bestcenter
- Comissão Vitivinícola Regional do Dão (CVR Dão)
- Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIMVDL)
- Diocese de Viseu
- Eon-Indústrias Criativas Lda.
- Instituto Politécnico de Viseu (IPV)/ Escola Superior Agrária de Viseu (ESAV)
- Município de Oliveira de Frades
- Município de São Pedro do Sul
- Município de Vila Nova de Paiva
- Município de Viseu
- Município de Vouzela
- Turismo Centro Portugal

Para além das sessões individuais, foi realizada, no dia 12 de fevereiro, uma sessão conjunta em formato online que envolveu a participação das seguintes entidades:

- Agente Local de Desenvolvimento
- Associação Vasconha BTT Vouzela
- Comissão Vitivinícola Regional do Dão (CVR Dão)
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAP)
- Escola Profissional de Vouzela
- Gazeta Rural
- Instituto Politécnico de Viseu (IPV)/ Escola Superior Agrária de Viseu (ESAV)
- Teatro Viriato
- Termalístur - Termas De S. Pedro Do Sul

Das sessões de trabalho realizadas, cujos resultados se encontram integrados ao longo do documento, nomeadamente nos pontos referentes aos contributos para a visão estratégica e para a avaliação do DLBC rural (Capítulo 5), destacam-se as seguintes conclusões:

**Análise do percurso de desenvolvimento do território de abrangência do GAL/ADDLAP2020:**

- Importância das ADL para o desenvolvimento do território, destacando-se a facilidade na escala micro em redescobrir oportunidades muito relevantes para estes territórios, através da criação de novos modelos de negócio e desenvolvimento de micro e pequenas empresas. Para além do apoio à economia rural, destaca-se o trabalho em mostrar que o mundo rural tem muitas dimensões, não é só agricultura, é também cultura, património e qualidade de vida.
- Falta de cocriação promovida pelo GAL. Para minimizar este constrangimento, devia haver uma reorganização dos sistemas/orgânicas do GAL (por ex. existência de 2 gabinetes técnicos, com focos distintos – por um lado, o desenvolvimento de tarefas relacionadas com a gestão de fundos/análise de candidaturas; e por outro, o desenvolvimento de tarefas de dinamização local, contacto mais próximo com atores locais, participação em grupos de trabalho, etc.).
- Falta uma lógica de rede: existem produtos locais/endógenos que não são devidamente aproveitados/conhecidos/divulgados.
- Acesso aos espaços patrimoniais/culturais: foram criadas rotas, mas os turistas/visitantes chegam aos espaços e estes não se encontram em bom estado de conservação e/ou estão encerrados.
- Comunicação do património: deverá ser melhorada (a comunicação interior e exterior), para abarcar diferentes tipos de público, ter QR Code com informação em diversas línguas.
- Perdeu-se o apoio a pequenos projetos de desenvolvimento das comunidades ao nível da cultura, património e associativismo.
- Baixa produtividade do tecido económico.
- Lafões (Oliveira de Frades, Vouzela e São Pedro do Sul) é um território homogéneo em termos geográficos, históricos e culturais porque concentra produtos endógenos muito singulares. Este território tem especificidades que não existem em mais nenhum território. A produção do vinho de Lafões tem vindo a diminuir e pode ser difícil garantir a sua sustentabilidade. Por outro lado, a polarização de Viseu tem de

ser vista e trabalhada não como um constrangimento, mas como uma oportunidade para os outros concelhos.

- Problema da capacitação dos agentes locais, *stakeholders* municípios, CIM;
- Inovação, disseminação da inovação e digitalização são ainda hoje problemas que é necessário ultrapassar; A banda larga que não chega a todos os sítios; capacitação e infraestruturas (físicas e digitais).
- Qualificação dos processos: existe ainda a visão conservadora sobre as estratégias e técnicas sobre a produção e valorização dos produtos (relacionada com as feiras temáticas, por exemplo).
- Excessiva carga burocrática dos programas de apoio e falta de comunicação e articulação entre as diferentes entidades (PDR, CENTRO 2020, GAL).
- Falta de recursos financeiros (exemplo do SIZÉ e do Programa + Coeso em que os projetos são aprovados, mas não são implementados por falta de dotação financeira).
- Impacto da pandemia quer no atraso quer na inviabilização da implementação de projetos no território.

#### Exercícios de monitorização e de avaliação da EDL:

- Inquéritos aos agentes locais.
- Avaliações mais estatísticas.
- Indicadores sobre a criação de valor e riqueza que foi possível conquistar e avaliação dos impactos.
- Workshops/Grupos focais (ou outros processos co criativos com múltiplos atores) deve ser assumida como um instrumento de reflexão e/ou avaliação importante para o GAL; é necessário juntar os atores locais e ouvir as pessoas que estão no terreno a implementar projetos/ realizar investimentos (agricultores, associações, empresas locais ou não, mas que possam alavancar projetos na região, etc.); bem como trazer a ciência, a tecnologia e inovação para estes processos de cocriação e planeamento, de forma a estruturar intervenções coerentes com as necessidades do território e capazes de potenciar a sua afirmação.
- Dados de monitorização da EDL.
- Visita ao território e às comunidades locais/contactos de proximidade.



### Perspetivas para o futuro/desafios e prioridades para o desenvolvimento local:

- Coesão territorial/integração rural e urbano (desenvolvimento local integrado).
- Fixação de população jovem/equilíbrio demográfico, através de novos modelos de negócio, apoios para a criação do próprio negócio, teletrabalho, programa de atração de jovens casais, programa de atração e integração de imigrantes, marketing territorial).
- Novas agendas: alterações climáticas, sustentabilidade, turismo ao ar livre, ODS (da ONU) são todas oportunidades para estes territórios que têm as características naturais para a aposta nestas novas agendas.
- Digitalização: transformar circuitos mais locais em circuitos globais; colocar os produtos em qualquer parte do mundo; interligação com a formação para uma sociedade de informação digital; reforço da conectividade nos territórios (infraestruturas).
- Inovação, desenvolvimento tecnológico e transferência de conhecimento entre o Sistema Científico e Tecnológico/empresas/território.
- Biodiversidade; gestão do território/ordenamento da paisagem, floresta, agricultura e pecuária.
- Valorização e promoção dos recursos endógenos (a tecnologia e a transição digital devem ser aproveitadas para este processo/ existência de recursos que ainda carecem de uma maior aposta e trabalho de valorização/ aprofundamento dos circuitos curtos).
- Domínios prioritários: cadeias curtas; recursos endógenos; dieta mediterrânica: articulação destas dimensões quer entre si, quer com o domínio do turismo, uma vez que são complementares.
- Produtos turísticos emergentes: Ecoturismo (não turismo de natureza); Enoturismo (com relevância nesta área de intervenção); Turismo cinematográfico (pode ser muito interessante para estes territórios); Turismo de saúde e médico – *upgrade* do termalismo e bem-estar, dada a importância das áreas relacionadas com a saúde e a segurança neste momento.
- Contrato-aldeia (renovação e revitalização das aldeias – existem muitos edifícios abandonados e degradados que deveriam ser colocados no mercado habitacional).
- Levantamento do património imaterial do território: posteriormente poderiam ser desenvolvidas atividades por associações locais – ideal para turismo sazonal.

- Projetos de cooperação/projetos transfronteiriços de grande impacto regional (no âmbito da cultura, biodiversidade, ambiente, floresta, património natural, património imaterial).
- Ligar os territórios ao conhecimento: articulação com as escolas superiores e universidades, de modo a não perder a autenticidade característica destes territórios e inovar.
- Capacitação e formação, de acordo com as potencialidades dos territórios e públicos-alvo: agricultores, produtores, artesãos, coletividades.

## 6.2 Anexo II – Relação de Associados do GAL ADDLAP

Designação	Sector de Atividade	Nº de Associados	Tipo de Entidade
ADIV- Associação para o Desenvolvimento e Investigação de Viseu	Entidades do Sistema Científico e Tecnológico	82	Associações e Fundações
AIRV- Associação Empresarial da Região de Viseu	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	800	Associações e Fundações
Associação Comercial do Distrito de Viseu	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	1074	Associações e Fundações
Associação de Andebol de Viseu	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	20	Associações e Fundações
Associação dos Apicultores da Beira Alta	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	321	Associações e Fundações
Associação de Futebol de Viseu	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	88	Associações e Fundações
Centro Cultural Distrital de Viseu	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	200	Associações e Fundações
APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Viseu	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	660	Associações e Fundações
CEDRUS- Associação de Produtores Florestais de Viseu	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	700	Associações e Fundações
EON - Indústrias Criativas, Lda	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	N.A.	Empresas
ZUNZUM Associação Cultural	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	678	Associações e Fundações
Centro de Artes do Espetáculo de Viseu – Associação Cultural e Pedagógica	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	17	Associações e Fundações
CERV - Conselho empresarial da região de Viseu – Associação empresarial	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	4	Associações e Fundações
CEC- Câmara de Comércio e Indústria do Centro	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	46	Associações e Fundações
Núcleo Distrital de Viseu da Associação da REAPN – Rede Europeia Anti Pobreza	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	1418	Associações e Fundações
Biosfera- As. Florestal de Caça e Pesca dos compartos de Ribeiradio	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	68	Associações e Fundações
Associação Amigos de Vasconha	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	130	Associações e Fundações
Sociedade Musical Vouzelense	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	375	Associações e Fundações
Associação Vasconha BTT	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	30	Associações e Fundações
Associação da Indústria Hoteleira e Similares das Termas de São Pedro do Sul	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	31	Associações e Fundações
Associação de Solidariedade Social de Farminhão - ASSF	Saúde e Ação Social	809	Associações e Fundações
Centro Social da Paróquia de Mundão	Saúde e Ação Social	N.A.	Associações e Fundações
Misericórdia de Santo António	Saúde e Ação Social	785	Associações e Fundações
Centro Social de Cambra	Saúde e Ação Social	318	Associações e Fundações
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vouzela	Saúde e Ação Social	2800	Associações e Fundações
Agrupamento de Escolas de Oliveira de Frades	Educação	N.A.	Administração Central
Fundação Joaquim dos Santos	Educação	N.A.	Associações e Fundações
Escola Profissional D. Mariana Seixas	Educação	N.A.	Associações e Fundações

Relatório “Instrumentos de Avaliação do DLBC Rural e Visão Estratégica para o futuro” (R1)  
 “Instrumentos de Avaliação DLBC e Visão Estratégica para o Futuro”

Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viseu	Entidades do Ensino Superior	N.A.	Administração Central
Instituto Piaget – Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, CRL	Entidades do Ensino Superior	53	Cooperativa
Universidade Católica Portuguesa	Entidades do Ensino Superior	N.A.	Associações e Fundações
Cooperativa de Linho de Várzea de Calde, CRL	Outras indústrias transformadoras	17	Cooperativa
Cooperativa Agro-Pecuária “O Arado”, CRL	Comércio por grosso e a retalho	980	Cooperativa
CASSEPEDRO- Cooperativa de Agro-Pecuária de S. P. Sul, CRL	Comércio por grosso e a retalho	2940	Cooperativa
FELBA – Promoção das Frutas e Legumes da Beira Alta, A.C.E.	Agricultura, produção animal, caça e atividades de serviços relacionados	8	Outras Entidades
Fenafrutas - Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Hortofruticultores, FCRL	Agricultura, produção animal, caça e atividades de serviços relacionados	17	Associações e Fundações
CPL- Serviço de Plantação e Limpeza, Lda	Agricultura, produção animal, caça e atividades de serviços relacionados	N.A.	Empresas
Cooperativa Agrícola do Alto Paiva, CRL	Agricultura, produção animal, caça e atividades de serviços relacionados	2310	Cooperativa
Promolafões - Promoção e Eventos, Lda	Outros	N.A.	Empresas
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Lafões, C.R.L	Atividades financeiras	N.A.	Empresas
Município de Viseu	Administração Pública	N.A.	Administração Local
Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal	Administração Pública	N.A.	Administração Regional
Município de Oliveira de Frades	Administração Pública	N.A.	Administração Local
Município de São Pedro do Sul	Administração Pública	N.A.	Administração Local
Município de Vouzela	Administração Pública	N.A.	Administração Local
Município de Vila Nova de Paiva	Administração Pública	N.A.	Administração Local
Diocese de Viseu	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	N.A.	Associações e Fundações
ANJE – Associação Nacional de jovens Empresários - Viseu	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	N.A.	Associações e Fundações
Comissão Vitivinícola Regional do Dão – CVR Dão	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	154	Associações e Fundações
Associação de Criadores de Gado da Beira Alta	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	2500	Associações e Fundações
Associação Académica de Santa Cruz	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	153	Associações e Fundações
CoopRaízes – Cooperativa de Produtores das Terras de São Pedro do Sul, CRL	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	41	Cooperativa
Centro Social de Vila Maior – IPSS	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	362	Associações e Fundações
AEL - Associação Empresarial de Lafões	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	217	Associações e Fundações
Montis - Associação para a Gestão e Conservação da Natureza	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	189	Associações e Fundações
Associação de Defesa do Património, Ambiente e Consumidor “Amigos da Beira”	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	715	Associações e Fundações

Misericórdia Nossa Senhor dos Milagres	Saúde e Ação Social	650	Associações e Fundações
Centro de Promoção Social de Carvalhais	Saúde e Ação Social	200	Associações e Fundações
Termalístur - Termas de São Pedro do Sul E.M., S.A.	Saúde e Ação Social	N.A.	Outras entidades públicas
ASSOPS - Associação de Passos de Silgueiros	Saúde e Ação Social	170	Associações e Fundações
Cáritas da Paróquia de Queiriga	Saúde e Ação Social	451	Associações e Fundações
Associação de Solidariedade e Cultural Cruz de Malta - IPSS	Saúde e Ação Social	150	Associações e Fundações
IPV - Instituto Superior Politécnico de Viseu	Entidades do Ensino Superior	559	Administração Central
Escola Profissional de Vouzela, Lda	Educação	3	Outras entidades públicas
Clube Desportivo de Caça e Pesca de Vila Nova de Paiva	Agricultura, produção animal, caça e atividades de serviços relacionados	300	Associações e Fundações
Expovis – Promoção de Eventos Lda	Outros	2	Empresa
Cooperativa Rádio Vouzela, CRL	Outros	147	Cooperativa

### 6.3 Anexo III – Excerto RCM 98/2020 de 13 de novembro

#### 3.4.2 — Competitividade e coesão na baixa densidade

*No que respeita à promoção do crescimento económico e emprego com base no potencial endógeno, as intervenções envolvem a valorização e qualificação das produções locais de qualidade e dos recursos naturais, a aposta em cadeias de valor completas estimulando a industrialização da atividade produtiva e as dinâmicas de inovação tecnológica, potenciar as oportunidades de desenvolvimento em torno dos recursos geológicos presentes no território, garantindo um modelo de exploração que respeite o ambiente, a melhoria e alargamento do circuito comercial dos produtos locais, bem como a sua integração em circuitos logísticos de âmbito mais lato, e o posicionamento do turismo como fator de competitividade e alavanca das economias locais.*

*Tendo em conta que muitos destes territórios são territórios predominantemente rurais, a dimensão do desenvolvimento rural será central visando as intervenções responder nesse contexto às fragilidades particulares apresentadas pelos territórios rurais, em que a principal ameaça à sobrevivência está ligada ao despovoamento e envelhecimento da população por inexistência de alternativas económicas e condições de bem-estar para os mais jovens e o consequente esvaziamento económico, com repercussões na competitividade territorial, constituindo uma ameaça à manutenção dos valores naturais, paisagísticas, culturais e económicos que lhe estão associados. As intervenções neste domínio envolverão estratégias coordenadas entre os diferentes agentes, setores e políticas com impacto nos territórios, promovendo a fixação de população, através*

da criação de condições socioeconómicas que viabilizem as economias rurais, nomeadamente no que se refere ao acesso aos serviços mas também providenciando as condições necessárias para aproveitar a nova tendência para prestação de trabalho à distância, a medidas sociais e medidas de promoção do empreendedorismo, e a promoção da atratividade do território e melhoria da qualidade de vida nas áreas rurais, por via do apoio ao património material e imaterial das zonas rurais, aos serviços básicos à população rural e à promoção do associativismo de base local em meio rural.

Relativamente à conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural, as intervenções serão desenvolvidas em articulação com as abordagens preconizadas na agenda temática 3 sobre este tema e pretendem valorizar o capital natural e cultural como ativos estratégicos para promover o desenvolvimento dos territórios de baixa densidade/interior e para enfrentar vulnerabilidades crónicas agravadas pelas alterações climáticas. Estas intervenções envolvem a conservação e valorização do património natural e cultural através da melhoria do estado de conservação do primeiro, contrariando a perda de biodiversidade e incrementando o seu capital natural e da reabilitação, requalificação e rendibilização do património histórico -cultural público, a promoção e a valorização do património natural e cultural, através da requalificação de infraestruturas de suporte à valorização e visitação de áreas classificadas, da promoção da criação artística e cultural do património material e imaterial e do apoio à produção e disponibilização de conteúdos e de elementos de promoção turística dos territórios de elevado valor natural e cultural e paisagístico, e a afirmação do valor económico e social do património natural e cultural, fomentando novas atividades geradoras de valor económico e de emprego e concretizar novas formas de governança, suportadas em modelos de gestão partilhada e seguindo o princípio de cooperação e intercâmbio.

Quanto à diversificação da base económica, as intervenções são supletivas em relação às intervenções transversais a implementar no quadro da agenda temática 2, para responder às especificidades destes territórios. Têm por objetivo a **melhoria do perfil da sua especialização produtiva, atualmente caracterizado por um peso maioritário de atividades de baixo valor, e o reforço das atividades transacionáveis, envolvendo a captação de investimento, o apoio à criação e atração de emprego, a qualificação do tecido produtivo e o apoio aos ganhos de escala e procura de novos mercados. Para tal, importa concluir as ligações rodoviárias aos parques de inovação, empresariais e industriais e aos mercados abastecedores, para garantir melhores ligações destes territórios ao mercado interno e aos mercados internacionais.** Nestes territórios assumirá ainda grande relevância neste eixo a promoção da economia social e solidária enquanto agente promotor do desenvolvimento da base económica dos territórios, sobretudo na valorização dos seus recursos endógenos.

No que se refere à otimização da gestão e prestação em rede dos serviços coletivos existentes nas áreas da educação, desporto, saúde, cultura, social e de índole económica e associativa, as intervenções serão articuladas com as desenvolvidas no domínio da competitividade das redes urbanas e visam assegurar níveis de acesso adequados aos diferentes serviços públicos, através de soluções integradas e flexíveis, bem como uma total cobertura destes territórios pelas redes digitais, garantindo

a equidade socioterritorial das regiões de baixa densidade e em declínio face às restantes regiões do País, o desenvolvimento de respostas de proximidade articuladas e integradas, numa lógica de flexibilidade e de adaptação às especificidades de contexto, tendo em vista reforçar a coesão entre os aglomerados urbanos do Interior e as áreas rurais envolventes, o estabelecimento de mecanismos transversais de governação integrada, que envolvam as diferentes áreas (educação, saúde, proteção social, etc.), por forma a assegurar um funcionamento ágil e eficiente das respostas de proximidade, a criação de condições que favoreçam a revitalização, diversificação e modernização dos tecidos económicos locais, estabelecendo incentivos ao investimento e valorizando os recursos e potencialidades dos territórios, e o desenvolvimento, ao nível das redes de transporte público, de novos modelos de mobilidade local, mais flexíveis e mais capazes de responder às necessidades, tendo em vista a reativação de fluxos entre os aglomerados urbanos e as áreas envolventes. Na sua articulação com o domínio da competitividade das redes urbanas, envolve, igualmente, o reforço da estruturação policêntrica do território, através de programas de investimento e financiamento das condições transversais (imateriais) de governança territorial e capacitação dos atores com vista à efetiva territorialização das políticas públicas, do estabelecimento de acordos multinível para a proximidade dos serviços e do desenvolvimento de ações inovadoras para a proximidade dos serviços.

Já quanto ao potencial do papel da economia social, as intervenções envolvem a capacitação e modernização das entidades da economia social existentes nestes territórios e a dinamização das economias locais, potenciando a criação de empresas e emprego e a oferta de um conjunto alargado de respostas sociais, direcionadas sobretudo para os grupos mais vulneráveis, tal como identificados no quadro da agenda temática 1 mas tendo em conta as especificidades destes territórios, com um papel determinante no combate às situações de pobreza, assim como na promoção da inclusão social e da conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar.

## 6.4 Anexo IV – Modelos de questionários de avaliação desenvolvidos pela ADDLAP

**Questionário - AVALIAÇÃO DO DLBC**  
**Destinatários: Comunidade (sem operações aprovadas)**

O presente questionário é parte integrante do processo de avaliação do DLBC do GAL-ADDLAP. Pretende avaliar o conhecimento sobre o GAL-ADDLAP o seu trabalho e a sua estratégia de desenvolvimento local para o território. O contributo é anónimo mas imprescindível a uma correta avaliação da pertinência e da coerência da intervenção.

**1-Reside no território de intervenção do GAL ADDLAP (Oliveira de Frades, Vila Nova de Paiva, Viseu, Vouzela, São Pedro do Sul):**

Sim  
 Não

**2-Como teve conhecimento da ADDLAP:**

Site ADDLAP  
 Site do Portugal 2020, PDR2020, POCentro  
 Redes sociais (facebook)  
 Comunicação social  
 Brochuras, folhetos  
 Divulgação através de outras entidades  
 Eventos, feiras ou outros  
 Ações de formação  
 Através de familiar, amigo, conhecido

**3-De 1 a 10 classifique o seu nível de conhecimento sobre as funções do GAL-ADDLAP**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**4-Das seguintes função selecione 3 que considere relevantes:**

Implementar uma estratégia de desenvolvimento local  
 Organizar sessões de divulgação dos apoios disponíveis  
 Análise de candidaturas dos apoios disponíveis (PDR2020, POCentro)  
 Acompanhamento da execução dos projetos aprovados  
 Análise de pedidos de reembolso  
 Desenvolvimento de projetos com outras entidades nacionais e internacionais  
 Organização Iniciativas temáticas para as comunidades locais (conferências, workshops, etc)  
 Informação sobre os apoios disponíveis e a sua execução  
 Facilitar a criação de redes entre atores locais  
 Promoção do território e os seus produtos

**5 – Se participou em alguma das iniciativas do GAL ADDLAP assinale qual ou quais:**

Sessões de construção da EDL (ateliers temáticos, brainstormings, assembleia de parceiros)  
 Sessões de divulgação/workshops sobre os apoios disponíveis  
 Reuniões Bilaterais/atendimento  
 Outros  
 Se assinalou outros indique quais?  
\_\_\_\_\_

**6 - De 1 a 10, classifique o seu nível de conhecimento da Estratégia de Desenvolvimento Local para o território de intervenção do GAL-ADDLAP:**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**7 – Se assinalou abaixo de 5 qual o motivo**



- Não sabe onde consultar
- Não considera relevante a informação nela contida
- Não foi divulgada convenientemente
- Outro
- Se assinalou indique qual? \_\_\_\_\_

### QUESTIONÁRIO - AVALIAÇÃO DO DLBC

Destinatários: Beneficiários

O presente questionário é parte integrante do processo de avaliação do DLBC do GAL-ADDLAP. Pretende apoiar a avaliação do modelo e governação e o valor acrescentado LEADER.

Entrevistado (a) \_\_\_\_\_

Designação do projeto \_\_\_\_\_

Localização: Freguesia \_\_\_\_\_, Concelho \_\_\_\_\_

Programa de financiamento (FEADER, FEDER, FSE) \_\_\_\_\_

Medida \_\_\_\_\_

Data da realização da entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

1 Como teve conhecimento do aviso de candidatura? Assinale as opções adequadas.

- Site ADDLAP
- Facebook
- Site Portugal 2020, Centro 2020, PDR2020
- Sessões de divulgação
- Comunicação social (jornais, rádio)
- Brochuras, folhetos
- Divulgação através de outras entidades
- Eventos, feiras ou outros
- Ações de formação
- Através de familiar, amigo, conhecido
- Divulgação através de outras entidades (direção regional de agricultura, municípios, associações empresariais, associações agrícolas, CIM, outra indicar qual)
- Empresa consultora
- Outros. Quais? \_\_\_\_\_

2. Avalie o processo de candidatura, quanto à sua facilidade, numa escala de 1 a 10, em que 1-Muito difícil e 10-Muito fácil:

Legislação/Informação disponível

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

Formulário de candidatura

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

Documentação de Suporte à candidatura

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

Esclarecimentos da Estrutura Técnica Local

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

Acompanhamento da entidade consultora

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

Duração do processo de decisão

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**3 - Como avalia a burocracia do processo de candidatura face à comparticipação pública das operações. Classifique quanto ao grau de adequação, numa escala de 1 a 10, em que 1-Nada adequado e 10-Muito adequado:**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**4 - Avalie o apoio da estrutura técnica local do GAL-ADDLAP durante a implementação do projeto:**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**5 - Avalie o processo de submissão/Análise de pedidos de pagamento  
Documentação justificativa do investimento**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**Apoio da equipa técnica**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**Acompanhamento da entidade consultora**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**Ação da equipa na VFL**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**Prazo de reembolsos**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**Pedidos de alterações**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**6 - Refira 3 funções do GAL ADDLAP que ache relevantes**

**Proximidade**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**Disponibilização de informações sobre apoios e concursos disponíveis**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**Organização de sessões de divulgação e workshops sobre os apoios**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**Atendimento presencial**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**Análise de candidaturas**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**Acompanhamento dos projetos aprovados**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**Análise dos pedidos de pagamento**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**Implementação da Estratégia de desenvolvimento local**

Outra:

Se respondeu outra indique qual? \_\_\_\_\_

**7. Voltaria a efetuar uma candidatura nos mesmos moldes?**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**8. Quantos projetos apresentou ao DLBC do GAL ADDLAP?**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**9. Qual a razão para candidatar o projeto a este Programa de financiamento?**

- Proximidade geográfica
- Apoio da equipa técnica local
- Falta enquadramento noutros apoios de:

- Objetivos do projeto
- Cumprimento de critérios de elegibilidade
- Montante de investimento
- Tipologia de despesa
- Outra(s)

Se respondeu outra indique quais: \_\_\_\_\_

**10. Assinale três palavras que sirvam para caracterizar o Programa de financiamento**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**QUESTIONÁRIO - AVALIAÇÃO DO DLBC**

Destinatários: Parceiros Estratégicos

O presente questionário é parte integrante do processo de avaliação do DLBC do GAL-ADDLAP. Pretende apoiar a avaliação do modelo de governação e do valor acrescentado LEADER.

Nome \_\_\_\_\_

Entidade que representa (se aplicável) \_\_\_\_\_

Cargo / Função / Profissão \_\_\_\_\_

Local \_\_\_\_\_

Data da realização da entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**1 – Conhecimento da EDL – Estratégia Local de Desenvolvimento**

1.1 Conhece os objetivos específicos da ELD? Assinale o seu nível de conhecimento, numa escala de 1 a 10, em que 1-Desconheço completamente e 10-Pleno Conhecimento:

Desenvolver uma Economia da Terra, mais verde, social e circular:

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**Promover uma Ruralidade Moderna - Empreendedora, competitiva e colaborativa**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**Consolidar um Território de Bem-estar e de Coesão - Território de sucesso educativo e de acesso à cultura e à saúde**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**Dar uma nova visibilidade às "marcas" do território**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

1.2. Considera os objetivos específicos da EDL adequados para combater as principais debilidades existentes na área de intervenção? Assinale quais?

- Baixo nível de cooperação entre empresas e institucional (instituições de ensino, formação, I&D, empresas)
- Desarticulação da oferta turística.
- Desenvolvimento heterogéneo dos concelhos do GAL ADDLAP (Oliveira de Frades, Vouzela, São Pedro do Sul e Paiva).
- Dinamização das estruturas socioculturais e recreativas com desequilíbrio entre reabilitação e revitalização
- Envelhecimento da população.
- Migrações da população para a cidade de Viseu.
- Ordenamento florestal insuficiente e que põe em causa o recurso florestal em termos económicos e de
- Preservação e valorização da biodiversidade e da paisagem com investimento residual.
- Qualificação insuficiente dos recursos humanos, como reflexo das elevadas taxas de abandono escolar e
- Redes de infraestruturas básicas (tratamento de águas residuais e abastecimento) incompletas.
- Redes de mobilidade deficitárias (p.ex., inexistência de transporte ferroviário; transporte público insuficiente)
- acessibilidade em áreas de serra; ...)
- Riscos ambientais, nomeadamente gerados pela atividade industrial e agropecuária.
- Taxa de desemprego.

2. Como tomou conhecimento da EDL?

- Em sessões de apresentação da EDL
- Em sessões de apresentação da EDL
- Em seminários / encontros temáticos
- Através dos técnicos do GAL
- Site ADDLAP
- Site do Portugal 2020, PDR2020, POCentro
- Redes sociais (facebook)
- Comunicação social
- Brochuras, folhetos
- Divulgação através de outras entidades
- Eventos, feiras ou outros
- Ações de formação
- Através de familiar, amigo, conhecido
- Outros. Quais? \_\_\_\_\_

3 – Importância da EDL para a área de intervenção

3.1 - Qual a apreciação que faz dos efeitos reais e potenciais da EDL para a área de intervenção nos seguintes domínios. Classifique, numa escala de 1 a 10, em que 1-Insuficiente e 10-Excelente:

**Abordagem ascendente- o GAL – ADDLAP define a sua EDL e promove a implementação a nível local:**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**Aparecimento de novas soluções empreendedoras – Inovação:**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**Dinamização da cooperação interterritorial e transnacional:**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**Ligação em rede (entre diferentes atores do território):**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**Dinamização de parcerias público-privadas:**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**Abordagens integradas e multisetoriais (estratégia abrangente em termos setoriais, com a participação de diferentes parceiros e entidades a nível local):**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**Potenciação do fator de identidade do território:**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**4. Perante a EDL definida e o modelo de governação em vigor, avalie a concretização dos seguintes domínios:**

**A EDL promove a gestão sustentável do território valorizando os recursos endógenos e fortalecendo laços de identidade local:**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**Articulação da EDL com outros instrumentos EIDT - Estratégias Integradas de Desenvolvimento territorial (CIM Dão Lafões):**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**A EDL obteve reconhecimento no território de intervenção (Oliveira de Frades, Vila Nova de Paiva, Viseu, Vouzela e São Pedro do Sul):**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**5. Considera que a preparação da ELD e a sua implementação contribuíram para motivar a participação local?**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**6- Considera o modelo de governação adequado?**

Mínimo ① ② ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧ ⑨ ⑩ Máximo

**7. Quais os obstáculos previsíveis ao desenvolvimento de fatores de inovação na área de intervenção da ELD?**

8. Refira o que poderá ser feito para melhorar no futuro esta EDL?

9. Tem algum projeto candidatado e aprovado no âmbito da ELD? Se Sim, qual / quais?

10. O(s) projeto(s) teria(m) ido avante sem o enquadramento nesta ELD? Porquê?

Anexo V – Documentos de referência

- ADDLAP, Estratégia de Desenvolvimento Local.
- CCDRC, Visão estratégica para a Região Centro (outubro de 2020).
- Comissão Europeia, Orçamento Europeu
- Comissão Europeia, Perguntas e respostas sobre a reforma da PAC (17 novembro de 2020)
- Comissão Europeia, Planos Estratégicos da PAC – Proposta de regulamento COM(2018) 392 / Anexos.
- Comissão Europeia, Financiamento, gestão e acompanhamento da PAC – Proposta de regulamento COM(2018) 393 / Anexo.
- Comissão Europeia, Organização comum de mercados – Proposta de regulamento COM(2018) 394.
- Comissão Europeia, Planos estratégicos, financiamento, gestão e acompanhamento da PAC, organização comum de mercados - avaliação de impacto – SWD(2018) 301 / Parte 2 - Anexo / Parte 3 - Anexo.
- Comissão Europeia, Estratégia do Prado ao Prato.
- Comissão Europeia, O futuro da alimentação e da agricultura COM(2017) 713 final.  
Comissão Europeia — Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural — Unidade C.4 (2017): Orientações. Avaliação da LEADER/DLBC. Bruxelas.
- Comissão Europeia, Pacto Verde Europeu.
- Comissão Europeia, LEADER Local Development Strategies (LDS) - Guidance on design and implementation (junho 2016).
- Minha Terra, Pacto de Desenvolvimento Rural 2030 (2019).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2020, estabelece os princípios orientadores e a estrutura operacional do período de programação de fundos europeus da política de coesão relativo a 2021-2027 (13 de novembro de 2020).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, aprova a Estratégia Portugal 2030 (13 de novembro de 2020).



**CENTRO** 2020

**PORTUGAL** 2020



**UNIÃO EUROPEIA**  
Fundos Europeus  
Estruturais e de Investimento